

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Sergio Simoni Junior

**Política distributiva e competição presidencial no Brasil:
Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral**

Versão Corrigida

São Paulo

2017

Sergio Simoni Junior

Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Limongi

São Paulo

2017

Simoni Jr., S. Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. 2017.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Edinha, Sergio, Marcelo, pelo carinho, pelo alicerce,
pelo apoio

À Lilian, meu amor, pela inspiração para vida

À vó Beth (*in memoriam*), pelo exemplo de humanidade

Agradecimentos

Costuma-se dizer que o trabalho acadêmico consiste em muita transpiração e um pouco de inspiração. Faltou incluir o apoio nesta sentença. Apoio de familiares, de amigos e de instituições e comunidades acadêmicas. Tudo o que eu poderia dizer aqui seria insuficiente para agradecer aos apoios que recebi no decorrer dos últimos anos.

Desde a graduação, passando pelo mestrado e doutorado, tive a oportunidade de aprender em aulas, cursos, estágios, projetos de pesquisa, seminários, grupos de estudo, discussões, na representação discente, e em conversas fortuitas com alunos, colegas, professores e pesquisadores. Valorizo cada momento e serei sempre grato ao Departamento de Ciência Política da USP e ao Cebrap, ao CEM, ao Nupps e ao CIS pela formação e pelos amigos que me proporcionaram.

Agradeço a Fernando Limongi, que me acompanha desde os tempos de iniciação científica, central na minha formação, com pensamento sempre perspicaz e instigante, um exemplo de pesquisador e professor comprometido com a qualidade acadêmica e com a formação de alunos e alunas.

Ao grupo de estudos eleitorais do NECI, agradeço as oportunidades de estudo e particularmente a Glauco Peres que, com dedicação e gentileza, faz-se presente na minha formação a alguns anos. Agradeço também a Joyce Luz, Juliana Olivera e Grazielle Silotto pela ajuda em disponibilizar bancos de dados e pelas conversas. A Maurício Izumi, sempre prestativo, que comentou versões anteriores de meu trabalho. Agradeço também a Samuel Moura pela amizade e pelo carinho.

No Nupps encontrei um agradável lugar de trabalho e estudo. Agradeço a José Álvaro Moisés pela oportunidade, à Vera pelo trabalho dedicado, e ao Gabriel Madeira, Adrián Albala, Fabrício Vasselai, Rafael Moreira e Lucas Mingardi pela amizade, as alegrias, pelas parcerias e leituras de versões de capítulos da tese.

Rafael Magalhães, que com paciência e dedicação ímpar, me ajudou imensamente com partes do desenvolvimento da tese. Fábio Lacerda, amigo sempre prestativo e parceiro na carreira acadêmica, leu e comentou diversas versões anteriores de capítulos desta tese. Natália Moreira, amiga desde os tempos do CIS, é um exemplo de dedicação à pesquisa e de bondade. Paulo Pirozelli, agradeço nossos muitos encontros de estudo de cálculo.

Agradeço ao professor Rogério Arantes, praticamente sinônimo de comprometimento acadêmico, pela condução da disciplina de Seminário de Tese. Agradeço a Graziella Testa e a Raphael Bruce pela amizade, pelas conversas e leituras de meus trabalhos; a Lucas Petroni,

Marcos Paulo Silveira e Roberta Soromenho pelas conversas sempre instigantes e a Edney Dias e a Ricardo Ribeiro pela parceria e pelos incentivos ao longo da trajetória acadêmica.

Agradeço a Lorena Barberia e Marta Arretche pela atenção, pelo interesse em meu trabalho, pelas conversas e pela dedicação ao trabalho acadêmico no DCP-USP. Agradeço ainda a Eduardo Lazzari e Victor Araújo pelas conversas e leituras a versões anteriores de capítulos desta tese.

Sou grato ao grupo do CEM sobre políticas de Assistência Social, particularmente à Renata Bichir e à Maria Clara Oliveira, pelas oportunidades de trabalho, pesquisa e pelas conversas. Agradeço aos funcionários do departamento de Ciência Política, particularmente ao Vasne, à Márcia e à Rai pelo trabalho e paciência em todos esses anos.

Tive oportunidade de apresentar versões anteriores de capítulos da tese em diversos congressos: ANPOCS, ABCP, Seminário Discente do DCP-USP, MPSA, Fórum de Pós-Graduação em Ciência Política. Nesses encontros recebi comentários valiosos de Celina Souza, Mara Telles, George Avelino, Maria do Socorro Souza Braga, Ednaldo Ribeiro, Orçun Selçuk, Yan Carreirão e Jonathan Phillips, a quem agradeço.

Quero registrar a gentileza, o respeito e o comprometimento com o trabalho acadêmico de Cesar Zucco, Jairo Nicolau e Vitor Peixoto, alguns dos principais interlocutores desta tese, que são um grande incentivo para seguir em frente na pesquisa.

Natália Bueno, Diego Corrêa, Fernando Guarnieri e Patrick Silva foram leitores perspicazes de versões anteriores e interlocutores privilegiados. Agradeço a Marcos Nakaguma pela gentileza, atenção e pelas conversas.

À San Romanelli Assumpção, Tiago Borges e Natália Pires, amigos queridos, sou grato pelas alegrias, conversas e pela ótima companhia.

Por fim, sem apoio de Sergio, Edinha, Marcelo e Lilian Sendretti não seria possível nenhum passo nesta carreira. Nunca serei capaz de retribuir o apoio, acolhimento, cuidado e paciência comigo. À Lilian, agradeço imensamente pelo seu amor, sua companhia, pelo diálogo e inteligência, pelo exemplo de luta contra as adversidades da vida e pela sinceridade e bondade de coração, que me elevam, inspiram e motivam o viver de cada dia. A vocês, dedico este trabalho.

Agradeço a Capes pelo financiamento.

Soli Deo gloria

Simoni Jr., S. Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. 2017.

Resumo

As eleições presidenciais são a principal competição do sistema político brasileiro. Há duas proposições dominantes que perpassam as análises da literatura sobre sua natureza e dinâmica: o Programa Bolsa-Família (PBF) é considerado central e determinante para os resultados eleitorais e teria contribuído, no pleito de 2006, para conformar um realinhamento das bases eleitorais do PT, único partido competitivo em todas as eleições. O programa social é considerado fundamental para explicar a força deste partido no Nordeste e entre eleitores pobres. Nesta tese, por meio de replicação de modelos da literatura e da análise de modelos originais a partir de *survey*, de dados agregados ao nível municipal e ao nível das urnas, e com a aplicação de diferentes metodologias, procuro debater essas hipóteses, apontando inconsistências e deficiências teóricas, metodológicas e empíricas. Os resultados apontam para diagnósticos alternativos às teses vigentes. Primeiro, procuro argumentar que a relação entre as mudanças eleitorais de 2006 e os perfis sociais dos eleitores ocorrem de forma heterogênea pelas regiões e tipos de localidade, e que, após mensuração adequada, essas flutuações são melhor compreendidas como movimentações de eleitores voláteis, e não como realinhamento de bases eleitorais. Além disso, contrariamente às análises correntes, ressalto que a investigação sobre o efeito eleitoral do PBF não deve ser restrita aos seus beneficiários e nem se pode inferir sua importância no resultado eleitoral a partir da sua distribuição regional. Antes, as análises conduzidas nesta tese revelam que o impacto do programa social para as decisões eleitorais foi mais importante no Sudeste que no Nordeste, e não se restringe a eleitores diretamente beneficiários do programa. Por fim, mostro que, após enquadramento adequado, é possível dizer que o impacto do PBF para o resultado eleitoral não foi tão pronunciado ou determinante dos resultados eleitorais. Do ponto de vista mais geral, meu argumento ressalta que as bases eleitorais de longo-prazo dos partidos influenciam os resultados presentes, matizando a importância das mudanças ocorridas em 2006, e sublinha que o efeito do PBF, assim como de qualquer outra política pública com peso político-eleitoral, não pode ser tomado isoladamente, fora do contexto da disputa eleitoral e política.

Palavras-chave: política distributiva, eleição presidencial, competição eleitoral, realinhamento eleitoral, PT, Programa-Bolsa Família.

Simoni Jr., S. Distributive politics and presidential competition in Brazil: Programa Bolsa-Família and the realignment thesis. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. 2017.

Abstract

The presidential elections are the main competition of the Brazilian political system. The current literature on the subject pointed out two thesis about the nature and dynamic of presidential elections: The Bolsa-Família (PBF) conditional cash transfer program is considered to be central and determinant to the electoral results and in 2006 would have contributed to realign the electoral bases of PT, the only party competitive in all elections. The policy is considered to be fundamental to explain the strength of the party on Northeast among poor electors. On this dissertation I examine these hypothesis and debate the theoretical, methodological and empirical inconsistencies and deficiencies of the current literature. In order to do so, I replicate models, analyze novel models looking at surveys and aggregate data on the municipal level and on ballot level, among other methods. The results highlight conclusions different from the standing literature. First, I argue that the correlation between the electoral changes of 2006 and the social profile of electors occur heterogeneously over different regions and localities. If the proper measure is applied, these variations are better understood as a movement of volatile electors and not as realignment of electoral bases. Moreover, contrary to the current literature, I emphasize that the investigation over the electoral effect of the PBF shouldn't be restricted to its beneficiaries and neither that it is possible to infer its importance on the electoral result based on its regional distribution. Contrarily, based on the data we gathered, the impact of the PBF to the electoral results was more important on the Southeast than on the Northeast and it is not restricted to electors directly benefited by the program. Still, I argue that if the adequate framework is adopted, it is possible to say that the impact of the PBF on the electoral results wasn't very strong or determinant to the electoral result. I conclude that the parties' long term electoral bases influence on present results, minimizing the fluctuations that occurred in 2006. As it happens with all the policies with high potential to impact on voters decisions, the effect of the PBF cannot be analyzed separately, it has to be considered inside the context of the electoral and political dispute.

Keywords: distributive politics, presidential elections, electoral competition, electoral realignment, PT, Programa-Bolsa Família.

Sumário

Lista de tabelas.....	10
Lista de quadros.....	10
Lista de gráficos.....	11
Lista de figuras.....	11
Introdução.....	12
Capítulo 1 - Realinhamento eleitoral e efeito do PBF: A eleição de 2006.....	18
Realinhamento e efeito eleitoral do PBF.....	22
Base eleitoral, <i>core</i> e <i>swing voter</i> e política distributiva.....	27
Modelo.....	31
Análise Empírica.....	34
Considerações Finais.....	44
Capítulo 2- Efeitos diretos e indiretos do Programa Bolsa-Família nas eleições presidenciais.....	47
PBF e o resultado eleitoral.....	51
Proposta empírica.....	58
Análise empírica – Ser e conhecer beneficiário.....	61
Análise empírica - Impacto eleitoral.....	65
Considerações finais.....	73
Capítulo 3 - O efeito do PBF e o realinhamento nas eleições presidenciais: As dimensões agregada, individual e a falácia distrital.....	76
Competição eleitoral agregado e individual, geografia eleitoral.....	81
Estudos sobre eleição presidencial brasileira - Efeito PBF.....	84
Impacto do PBF.....	87
Falácia distrital.....	91
Qual é o retorno do PBF em votos?	93
Estudos sobre eleição presidencial brasileira- Realinhamento.....	98
Considerações finais.....	106
Conclusão.....	109
Bibliografia.....	117
Anexos.....	129

Lista de tabelas

Tabela 1.1 – Estatísticas descritivas.....	33
Tabela 2.1 – Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral % PT 2002.....	35
Tabela 3.1 – Correlação entre as medidas de base eleitoral.....	36
Tabela 4.1 – Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral core e swing.....	37
Tabela 5.1 – Modelos interativos OLS base eleitoral core e swing.....	39
Tabela 6.1 – Modelo multinível variando intercepto e coeficiente % PBF.....	41
Tabela 1.2 - Distribuição das intenções de voto e resultados oficiais - % das respostas e votos válidos – 1º turno.....	66
Tabela 2.2 - AME – eleição 2006.....	71
Tabela 3.2 - AME – eleição 2010 – BEPS e ESEB.....	72
Tabela 1.3 – Modelo OLS e multinível.....	88
Tabela 2.3 - Efeito do PBF no % PT – 2006.....	90
Tabela 3.3 - Efeito do PBF - % votos válidos.....	96
Tabela 4.3 - Correlação % baixa educação % votos – Brasil.....	102
Tabela 5.3 - Correlação % baixa educação % votos – Região.....	103
Tabela 6.3 - Correlação % baixa educação % votos - IDH por cidade.....	104
Tabela 7.3 - Correlação % baixa educação % votos - 50 cidades com maior e menor IDH.....	105
Tabela 8.3 - Correlação % baixa educação % votos - IDH com base nos votos válidos.....	105
Tabela 1.4 – Modelo OLS % PT 2010.....	113
Tabela 2.4 – Modelo OLS % PT 2014.....	114

Lista de quadros

Quadro 1.3 – Eleição presidencial país hipotético.....	91
Quadro 2.3 – Resultado eleitoral sob 2 sistemas eleitorais.....	92

Lista de gráficos

Gráfico 1.1 – Distribuição geográfica de % votos do PT 2006 e de % de beneficiários do PBF em outubro de 2006.....	26
Gráfico 2.1 - Efeito predito de % PBF sobre % PT 2006.....	40
Gráfico 3.1 – Valor predito de % PT 2006 por região, a partir do coeficiente aleatório do % PBF, modelo multinível.....	42
Gráfico 4 – Valor predito de % PT 2006 por região, a partir do coeficiente aleatório do IDH e % PIB setor público, modelo multinível.....	43
Gráfico 1.2 - Relação com o PBF - % em respostas válidas.....	61
Gráfico 2.2- Distribuição dos eleitores entre ser e conhecer beneficiário - PBF - % das respostas válidas.....	62
Gráfico 3.2 – Determinantes de receber e conhecer PBF.....	64
Gráfico 4.2 – Determinantes de voto no PT – 2006.....	68
Gráfico 5.2 – Determinantes de voto no PT – 2010.....	69
Gráfico 1.3 – % PT 2006 predito a partir de modelo OLS.....	90

Lista de figuras

Figura 1.2 – Questionário Vox Populi.....	59
Figura 2.2 – Questionário BEPS.....	59
Figura 3.2 – Questionário ESEB.....	60
Figura 1.3 - Mapa % PT 2002 e 2006.....	99

INTRODUÇÃO

Uma característica essencial do regime democrático contemporâneo é a realização contínua de eleições competitivas. Partidos formulam plataformas, prometem e distribuem políticas públicas com vistas a obter, como retorno, votos. Os eleitores demandam políticas diferentes, avaliam os competidores com base em suas ideologias, punem e premiam ações do governo e da oposição.

A formação e a manutenção de bases eleitorais, a influência e o impacto da competição eleitoral na distribuição de políticas públicas são elementos centrais de estudo da Ciência Política. Mais ainda, dizem respeito a importantes princípios normativos, como os conteúdos da representação política e o papel (re)distributivo efetuado pelo Estado.

Dentro dessa perspectiva, países da América Latina, o Brasil em particular, ocupam papel central na literatura. A partir dos anos 90, uma série de governos da região (de diferentes matizes ideológicas) adotou políticas de transferência de renda condicionada (CCT, na sigla em inglês) como parte de uma nova agenda de políticas sociais (Fizbain et al., 2009; Rawlings e Rubio, 2005; Diaz-Cayeros e Magaloni, 2009; De la O, 2015).

As políticas de transferências de renda condicionada representam uma mudança de paradigma em relação às tradicionais políticas sociais adotadas na região. Essas se caracterizavam por possuir um caráter corporativista (Esping-Andersen, 1991; Santos, 1979; Diaz-Cayeros e Magaloni, 2009), pela exclusão da grande maioria dos trabalhadores informais; por consequências regressivas que contribuíam para aumentar as desigualdades sociais (Paes de Barros *et al.*, 2000), e, quando atingiam de fato as parcelas mais pobres, muitas vezes, eram operadas por mecanismos clientelistas de distribuição de cestas básicas, materiais de construção, vestuário, etc.

As crises econômicas e sociais ocorridas nas décadas de 80 e 90 resultaram em aumento da pobreza e desigualdade na América Latina combinada à crise fiscal dos governos. Nesse cenário extremo e difícil, começaram a ganhar força, entre formuladores de políticas públicas, instituições e bancos internacionais e setores governamentais, propostas de políticas sociais de transferência de dinheiro focalizadas nas famílias mais pobres, mas com exigências de condicionalidades relacionadas à educação e saúde das crianças. O objetivo, segundo seus formuladores, era aliviar a miséria no curto-prazo e

combater o ciclo da pobreza, buscando melhorar as condições das futuras gerações, sem onerar demasiadamente os gastos públicos.

Para além da análise e avaliação de seus efeitos sociais e econômicos (Fizbain *et al.* 2009; Soares *et al.*, 2010), os impactos políticos e eleitorais desses programas sociais chamaram atenção e como seria de se esperar, repercutiram e influenciaram a literatura acadêmica. Não é difícil entender porque programas de transferência de renda assumem importância em modelos explicativos dos resultados eleitorais: de um lado, partidos formuladores dessas políticas engajam-se na mobilização eleitoral e no *credit claiming* dos seus resultados; de outro, é razoável pensar que transferências monetárias diretas a parcelas mais pobres da população, com efetivo impacto nas suas condições de vida, constitua um importante ativo eleitoral para os incumbentes. (Hall, 2006, 2008; Bucheli, 2015; Sandberg e Tally, 2015).

Central na literatura preocupada com o impacto eleitoral dos CCT's é a dimensão relativa ao clientelismo¹, prática que, segundo visão dominante da política comparada, permeia a política eleitoral na América Latina (O'Donnell, 1996; Stokes, 2005, 2009; Hagopian, 1996; Kitschelt e Wilkinson, 2007; Stokes *et al.* 2013). Dessa forma, parece natural o interesse de muitos analistas em verificar se políticas focadas nos mais destituídos não seriam apenas mais uma expressão “of the old story of using the government to build clientelistic support” (Hunter e Power, 2007: 9).

Trabalhos sobre programas sociais pioneiros na região, como o mexicano *Pronasol* (Diaz-Cayeros *et al.* 2012) e o peruano *FONCODES* (Shady, 2000), mostram que o Executivo detinha considerável discricionariedade sobre a distribuição de benefícios, o que lhe permitiu levar em conta o comportamento eleitoral dos eleitores ao implementar a política. Em suma, nas palavras de Sewall (2008: 176) “in a region intimately familiar with clientelist politics, one must evaluate how these cash transfers affect the political relationship between the government and the beneficiaries”

O Programa Bolsa-Família (PBF, daqui em diante), o programa nacional de transferência de renda condicionada do Brasil, é, provavelmente ao lado do novo programa mexicano (*Progresar/Oportunidades*), o CCT mais conhecido, estudado e um dos mais bem avaliados por seus impactos sociais e econômicos, bem como pelo seu

¹ Entendendo por esse termo a distribuição individual de políticas ou recursos condicional ao comportamento eleitoral do eleitor (Kitschelt e Wilkinson, 2007; Stokes, 2009).

desenho (Lindert *et al.*, 2007). Mais do que isso, é considerado central para a conformação dos resultados das eleições presidenciais brasileiras, principalmente no pleito de 2006, mas também em 2010 e 2014, sendo uma das principais causas das reeleições do Partido dos Trabalhadores (PT), o partido incumbente e formulador da política. Mais interessante e desafiador para o estudioso é o fato de que sua implementação aparentemente está associada a um realinhamento de bases eleitorais do próprio PT.

No registro jornalístico e no debate político brasileiro, não é incomum a visão de que a relação política ensejada pelo PBF é permeada pelo clientelismo e personalismo, com a criação de “currais eleitorais” e de dependência direta entre os beneficiários e o incumbente federal. Essa visão perpassa importantes figuras políticas, bem como partidos de oposição à direita e à esquerda do PT.

Um dos ministros do Supremo Tribunal Federal e então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, declarou em outubro de 2016 que: “Com o Bolsa Família, generalizado, querem um modelo de fidelização que pode levar à eternização no poder. A compra de voto agora é institucionalizada”². Uma nota editorial do PSDB, principal partido de oposição ao PT, publicada em seu portal eletrônico em 2004 dizia que: “O principal programa social petista [o PBF] reduziu-se, enfim, a um projeto assistencialista. Resignou-se a um populismo rasteiro”³. O candidato a vice-presidente do PSOL, partido formado por dissidentes à esquerda do PT, declarou na campanha eleitoral de 2006 que o “O Bolsa-Família (...) é uma máquina de clientelismo”⁴.

Na produção acadêmica, a maior parte dos autores considera que o desenho da política, que envolve o governo federal e municipal, com regulamentos e induções por meio de incentivos fiscais, assim como fiscalização por parte dos órgãos de controle⁵, não

² <http://oglobo.globo.com/brasil/gilmar-mendes-diz-que-bolsa-familia-compra-de-voto-institucionalizada-20334383#ixzz4gYpief00>. Acessado em setembro de 2017.

³ <http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/bolsa-esmola-editorial/>. Acessado em setembro de 2017.

⁴ Folha de São Paulo, 23/7/2006.

⁵ O governo federal, por meio do MDS (Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social – nome original do Ministério criado para gerir programa) estabelece, a partir de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), uma meta estimada de famílias beneficiárias para cada município. As prefeituras cadastram as famílias no Cadastro Único de programas sociais, e o governo federal, seguindo diretrizes de elegibilidades e prioridades, seleciona as famílias beneficiárias e distribui os benefícios diretamente, por meio de cartões bancários. Todo processo, ainda, é monitorado pela CGU (Controladoria Geral da União) e pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Para maiores detalhes, consultar Bichir (2011).

permitiria, ao menos não em nível suficiente, a alocação de benefícios de acordo com a direção do comportamento eleitoral dos eleitores⁶.

No entanto, dada a magnitude e a centralidade da política, essa constatação não é feita sem certa relutância ou mesmo surpresa, e alguns autores afirmam que o uso eleitoral da política, mesmo que por mecanismos não clientelistas, acabaria por prejudicar sua efetividade. Por exemplo, Hall (2006: 705) afirma que o PT se engajou em um populismo eleitoral e na criação de imagem de seu presidente como “Pai dos Pobres”. Sewall (2008: 185) afirma que “the timing and nature of Lula’s expansion and promotion of Bolsa Família suggest a relatively larger role of self-interested motives [em comparação com o caso mexicano *Oportunidades*]”. Hevia (2011) ressalta que, dado que a população-alvo do PBF, é pobre e vulnerável, esses programas podem levar a clientelismo e compra de votos.

Rocha (2011: 123:), por exemplo, após constatar boa focalização do programa, relata que “este resultado não deixa de ser surpreendente (...) especialmente frente à reconhecida tradição clientelista/paternalista brasileira, que se faz mais evidente no que concerne a aspectos vinculados à questão social”. Fenwick (2009) defende que o sucesso do PBF só ocorreu por meio de combinação virtuosa de fatores que confluíram na minimização dos poderes clientelistas locais.

A maior parte da literatura que analisa o retorno eleitoral do PBF não assume ou não concluiu que este enseja relações clientelistas. No entanto, como procurarei mostrar ao longo da tese, algumas das principais explicações e interpretações sobre o efeito eleitoral do PBF guardam similaridades com uma visão eleitoral pautada pelo clientelismo ou por uma determinada visão de política distributiva na qual a renda transferida pelo governo afeta única, direta e mecanicamente seus beneficiários, sendo crucial para sua decisão de voto e para o resultado eleitoral.

Perpassa a literatura a visão de que o programa social de transferência de renda é primordial para o resultado eleitoral e que seu efeito se manifestaria na força do PT no Nordeste (a região mais pobre do País) e nas cidades mais carentes do Brasil. Usando o termo jornalístico, às vezes empregado por acadêmicos, o PBF é uma das principais explicações para a penetração do PT nos “grotões”.

⁶ Ainda que poucos trabalhos tenham procurado testar essa proposição, como Fried (2009).

O PBF, ainda segundo os principais diagnósticos, seria causa suficiente para alterar a preferência eleitoral dos indivíduos beneficiários, e apenas desse grupo, o que por sua vez contribuiria para um realinhamento das bases eleitorais do PT, outrora assentadas nas regiões mais ricas e em eleitores de classe média.

Esta tese procura mostrar algumas inconsistências e deficiências teóricas, metodológicas e empíricas nas análises correntes sobre efeito eleitoral do PBF e o realinhamento nas eleições presidenciais brasileiras, buscando elaborar diagnósticos alternativos.

O foco da tese recai sobre o pleito de 2006 em razão de seu caráter paradigmático, por ser considerada a eleição em que teria se verificado o realinhamento eleitoral. Sendo a primeira competição presidencial a ter lugar depois da implementação do PBF, a associação é direta e imediata: o PBF estaria na raiz da mudança do apoio social ao PT, de acordo com as interpretações correntes.

A tese se compõe de três artigos relacionados, mas independentes. Ao longo dos capítulos, procurarei argumentar que o conjunto de trabalhos existentes sobre as eleições presidenciais brasileiras não mensura adequadamente as tais base eleitorais dos partidos e, além disto, não modela a heterogeneidade regional do efeito eleitoral do programa (Cap.1); considera indevidamente que o PBF influencia a decisão de voto apenas dos beneficiários, com força suficiente para reverter sua direção de voto, ignorando importante efeitos indiretos (Cap.2); faz extrapolação indevida de estimativas de efeito do PBF por nem sempre se dar conta da diferença entre o grau de agregação dos dados e o distrito eleitoral da eleição presidencial, confundindo ainda os níveis macro e micro do realinhamento eleitoral (Cap. 3).

Minhas evidências apontam no sentido (i) de minimizar a magnitude do realinhamento de 2006, ressaltando que as movimentações eleitorais que ocorreram foram em grande medida do eleitorado volátil, e não configuram mudanças de base eleitoral; (ii) de que os efeitos eleitorais marginais do PBF, tanto na análise de dados agregados, quanto de dados individuais, foram maiores no Sudeste em comparação ao Nordeste, indicando que o PT não dependeu fortemente do PBF para penetrar nas regiões mais pobres; (iii) de que a influência eleitoral do programa incide sobre um maior de pessoas que não apenas os diretamente beneficiários e, enfim, (iv) de demonstrar que o efeito total do PBF no resultado eleitoral, quando se estima resultados substantivos e se

respeita o distrito eleitoral da eleição presidencial, são relativamente diminutos, e não podem ser considerados como determinantes dos resultados eleitorais.

Do ponto de vista teórico e mais geral, meus objetivos nessa tese são argumentar que o efeito do PBF, assim como de qualquer outra política pública com peso político-eleitoral, não pode ser tomado isoladamente, fora do contexto da disputa partidária. Partidos competidores disputaram bandeiras e plataformas e não se pode dar como assentado que o PT seria capaz de capitalizar o retorno eleitoral do PBF.

Ainda, é importante considerar que, mesmo que a política social produza impactos, esses incidem sobre preferências de longo-prazo do eleitorado, e este vota sopesando vários parâmetros e dimensões, sem determinantes únicos, de modo que a maior (menor) cobertura geográfica do PBF pode não coincidir, como de fato não coincide, com o maior (menor) efeito eleitoral marginal da política.

Por fim, é essencial sublinhar a importância de não se confundir “os efeitos de uma causa, com as causas de um efeito”: ainda que a literatura, assim como esta tese, encontre efeitos estatisticamente significativos do programa social nos resultados presidenciais, disso não se segue necessariamente que a política determine os resultados eleitorais: os resultados e a dinâmica das eleições presidenciais vão muito além do PBF.

São estes os pontos que procurarei explorar na tese.

Capítulo 1

Realinhamento eleitoral e efeito do PBF:

A eleição de 2006

A competição eleitoral constitui o elemento-chave do funcionamento das democracias contemporâneas. De um lado, cada partido interage com suas bases eleitorais, formula plataformas, promete e distribui políticas públicas com vistas a obter, como retorno, votos. De outro, os eleitores demandam políticas diferentes, avaliam os competidores com base em suas preferências, punem e premiam ações de governo e da oposição. No processo contínuo de eleições que caracteriza a democracia, preferências e vínculos partidários são formados, reforçados, quebrados e reformulados.

Há duas proposições dominantes que perpassam as discussões sobre as eleições presidenciais brasileiras, a competição mais importante deste sistema político. A partir do pleito de 2006, segundo grande parte dos analistas (Hunter e Power, 2007; Nicolau e Peixoto, 2007; Zucco, 2008; Soares e Terron, 2008; Canêdo-Pinheiro, 2015), teria ocorrido um realinhamento eleitoral⁷. As bases eleitorais do PT, único partido competitivo em todas as eleições presidenciais, teriam passado por uma inversão: o partido desde então receberia maior apoio no Nordeste, principalmente nas pequenas cidades, enquanto perderia força na sua antiga base do Sudeste e Sul, e nas grandes metrópoles. Processo análogo, segundo alguns autores (Holzhacker e Balbachevsky, 2007; Singer, 2012; Zucco e Power, 2013), teria ocorrido ao nível individual: eleitores de menor escolaridade e renda, outrora avessos a votar no partido, passariam a constituir a base eleitoral do PT a partir daquele pleito⁸.

As eleições de 2006, dessa forma, são consideradas eleições críticas, ressoando o conceito formulado por Key Jr. (1955: 4): “the decisive results of the voting reveal a sharp alternation of the pre-existing cleavage within the electorate”, com duração de longo-prazo e impactos importantes no funcionamento do sistema político como um todo (Key Jr. 1959). Dentro dessa perspectiva, alguns autores argumentam que o padrão inaugurado em 2006 se manteria em 2010 e 2014 (Marzagão, 2013; Pereira *et al.*, 2015; Magalhães

⁷ Exceções existem e serão debatidas adiante.

⁸ Neste capítulo, meu foco é no debate com os estudos que utilizam dados agregados ao nível dos municípios. Uma análise de dados individuais e a relação entre esses níveis é objeto de outros capítulos da tese.

et al., 2015), ressaltando a centralidade daquele pleito para a compreensão da competição eleitoral brasileira recente.

A outra proposição corrente na Ciência Política é a de que uma das principais explicações para o fenômeno do realinhamento, e, desse modo, para os resultados eleitorais presidenciais, é a distribuição do Programa Bolsa-Família⁹ (daqui em diante, chamado PBF). Esse programa de transferência de renda teria impactado a decisão de voto dos eleitores pobres beneficiários, levando-os à maior propensão de apoio aos incumbentes petistas¹⁰. Como a distribuição do programa tem forte concentração regional no Nordeste¹¹, o PBF é visto como uma das causas do realinhamento eleitoral. Nas palavras de Zucco e Power (2013: 4): “there is a broad consensus in the political science literature that PBF did play a significant and independent role in this shift [na mudança de base eleitoral do PT entre 2006 e 2002]”.

Neste texto, analisando a eleição de 2006, dada sua centralidade nas análises e interpretações, discuto alguns pontos consensuais em torno dos quais o debate tem se desenvolvido. Procuro argumentar que as duas proposições da literatura padecem de deficiências conceituais e teóricas e não foram submetidas a teste adequado, com consequências importantes para as interpretações realizadas. Particularmente, ressalto que as medidas usuais de base eleitoral não são apropriadas e a heterogeneidade do efeito do PBF não foi devidamente estimada.

No modelo analítico convencionalmente adotado, o desempenho eleitoral do PT em 2002, último ano antes de assumir o governo, é utilizado como medida de sua base partidária, ao passo que os eleitores dos outros partidos naquele ano são considerados como seus opositores. Nessa perspectiva, os coeficientes negativos de correlações simples ou os contrastes de mapas de distribuição do voto municipal do PT em 2006 e 2002 bastariam para demonstrar a hipótese do realinhamento.

A definição e mensuração de base eleitoral dos partidos não é fácil nem trivial. No entanto, independente do mecanismo considerado (clivagens sociais, identificação

⁹ Para o leitor e leitora interessados, consultar texto anexo A.1 onde exponho brevemente o contexto de criação do PBF e sua relação com a disputa partidário-eleitoral e a eleição de 2006. Para maiores detalhes sobre o desenho do programa e suas características, ver Soares e Sátyro (2009), Bichir (2010), Paiva *et. al* (2013), dentre outros.

¹⁰ Em outro capítulo da tese, discuto que o foco no efeito do PBF somente na decisão de voto do beneficiário revela uma visão parcial da importância dessa política para o resultado eleitoral.

¹¹ Enquanto o Nordeste concentrava, em 2006, menos de 30% das famílias brasileiras, cerca de metade das beneficiárias do PBF se encontrava nessa região.

partidária, redes partidárias, dentre outros) existem diversas razões que indicam que tomar a distribuição de votos de 2002 como base do PT não é adequado. Em primeiro lugar, e em que pese à obviedade, é importante sublinhar que se o partido perdeu as eleições de 1989, 1994 e 1998 e ganhou a de 2002, segue que o eleitorado de 2002 não pode ser considerado sua base. Sua votação tem que ter aumentado para o que partido tenha vencido.

Em segundo lugar, o conceito de base eleitoral faz referência a uma relação de longo-prazo, não captada em uma medida baseada em uma única eleição passível de idiosincrasias e choques externos. Isso é ainda mais premente em um sistema multipartidário como o brasileiro, onde cada pleito tem uma estrutura de competição diferente.

Por fim, o foco no pleito de 2002 não permite analisar uma dimensão central das teorias de competição eleitoral e no debate sobre o caso brasileiro: o comportamento do eleitor volátil (*swing voter*). A distribuição de votos de uma eleição é sempre formada pelo comportamento de eleitores partidários e voláteis. Por exemplo, é possível obter a correlação negativa entre a votação do PT de 2002 e 2006 em um cenário no qual os *swing voters* conquistados em 2002 abandonam o partido em 2006. Como o PT teve, do ponto de vista proporcional, votação similar em 2002 e 2006, novos *swing voters* devem ser adicionados em 2006, o que acarretaria em correlação negativa, mas sem mudança de base eleitoral.

Baseando-me em elaborações metodológicas anteriores, como Wright (1974) e Diaz-Cayeros *et al.* (2012), busco oferecer propostas alternativas de mensuração de base eleitoral. Como medida de *core* e *swing voter*, utilizo a média e o desvio-padrão, respectivamente, da porcentagem de votos válidos de PT e PSDB por município nas eleições presidenciais de 1994 a 2002¹².

Além de ser mais adequada conceitualmente, minha proposta permite testar de modo mais apropriado as proposições da literatura acerca do realinhamento que teria ocorrido em 2006. O eleitorado partidário do PT, entendendo por isso as cidades nas quais este partido historicamente recebeu as mais elevadas votações médias, teriam retirado o apoio em 2006? A base eleitoral que tradicionalmente apoiava seu adversário, o PSDB,

¹² Conforme falarei abaixo, cabe notar que, devido ao multipartidarismo, nesse modelo não existe apenas um conjunto de eleitorado volátil.

tornou-se seu principal bastião naquele pleito? E o comportamento do eleitorado volátil? As medidas que ofereço permitem responder essas perguntas.

Na segunda parte do artigo, procuro debater outra proposição da literatura, a saber, que a distribuição do PBF seria uma das principais responsáveis pela forte penetração do PT no Nordeste no período recente. Ainda que grande parte da literatura descarte mecanismos clientelistas, esta tese coaduna-se com visões sobre a política eleitoral no Brasil, e na América Latina de modo geral, nos quais recursos públicos são utilizados para ganhar votos em localidades e entre eleitores pobres.

Procurarei mostrar que os modelos empregados pela literatura não são adequados para mostrar esse efeito. A simples constatação de que o Nordeste concentra elevados percentuais de beneficiários do PBF e de votos no PT não é suficiente para confirmar esta hipótese na medida em que desconsidera que outros fatores, observáveis e não-observáveis, também influenciam o resultado eleitoral. Este argumento é de natureza condicional, e como tal, deve assim ser modelado. Para tanto, utilizo interações e modelos multiníveis, técnicas adequadas para estimar a heterogeneidade do efeito do PBF.

Os resultados encontrados nas diferentes análises e métodos empregados neste artigo apontam para necessidade de rever as teses correntes da literatura. Movimentações eleitorais ocorreram em 2006, mas não há evidências que permitem qualificá-las como implicando em uma inversão de bases eleitorais. A medida de eleitorado partidário do PT impactou positivamente no seu desempenho naquele ano, ao passo que o *core voter* do PSDB apresenta coeficiente negativo com os votos do PT de 2006. O eleitorado volátil, tanto do PT, quanto do PSDB, apoiou a candidatura incumbente. Minha sugestão é que a literatura tomou por realinhamento o que é, na verdade, o comportamento deste eleitorado *swing*. Não se trataria, assim, de mudanças de bases eleitorais, mas de movimentos dentro de parâmetros esperados dadas as divisões do eleitorado.

Além disso, a partir do emprego de modelos adequados, procuro demonstrar que o efeito marginal do PBF não foi mais pronunciado no Nordeste. Antes, o PT dependeu mais do programa social para sua *performance* eleitoral no Sudeste. Esses resultados são confirmados em outros capítulos dessa tese com uso de base de dados ao nível individual. Procurarei, ainda, apresentar algumas evidências de que esses resultados não são facilmente explicáveis por uma lógica de tipo “governista”, na qual localidades mais

pobres e dependentes do governo tenderiam a apoiar o incumbente, independente das políticas adotadas.

As evidências encontradas sublinham que não se pode tomar os efeitos e a importância do PBF de forma isolada ou exclusiva. O programa de transferência gera retorno eleitoral, no entanto, não se pode perder de vista que este ocorre dentro de contornos de preferências partidárias já formatadas em eleições anteriores, e é apenas parte de um conjunto maior de questões que são mobilizadas na competição eleitoral. Para ressaltar apenas alguns exemplos, diversas políticas sociais, como os programas de expansão da rede de energia elétrica e de água tiveram distribuição concentrada no Nordeste na década de 2000 (Arretche, 2015), o que pode levar à diminuição do apelo eleitoral exclusivo do PBF.

Após essa introdução, apresento a questão de pesquisa por meio do debate com a literatura. Em seguida, discuto teoricamente a abordagem da política distributiva, para depois analisar os dados e, finalmente, apresentar as considerações finais.

Realinhamento e efeito eleitoral do PBF

Hunter e Power (2007) e Nicolau e Peixoto (2007) inauguram uma agenda de estudos que, a despeito da sofisticação e diversidade metodológica que se seguiu desde então, apresenta notável consenso em termos de teses e explicações. Não totalmente ausente de críticas, ponderações e refinamentos¹³, alguns dos quais serão debatidas abaixo, a visão convencional sobre a lógica das eleições presidenciais recentes no Brasil está baseada na visão de que as eleições de 2006 expressaram um realinhamento eleitoral e que o PBF foi decisivo para conformar esse fenômeno.

A importância e a notável dimensão do realinhamento eleitoral de 2006 são tidos como evidentes na literatura¹⁴. Sua demonstração poderia ser realizada de forma simples

¹³ Corrêa (2015b), por exemplo, procura ressaltar que o programa social focalizado ensejou, além de efeitos positivos, efeitos negativos na performance eleitoral do PT. Zucco (2008) e Canêdo-Pinheiro (2015) defendem a hipótese de que, além do efeito do PBF, o realinhamento expressou também uma tendência histórica brasileira de “governismo”, que designa a propensão de eleitores e localidades pobres sufragarem o incumbente, independente de quem seja ou do que realize. Todos são refinamentos e não negam a importância do PBF. Carraro *et al.* (2009), por sua vez, minimizam a importância do PBF e ressaltam que efeitos econômicos foram mais importantes na eleição de 2006, mas foram criticados, e acredito que corretamente, por Soares e Terron (2008) e Canêdo-Pinheiro (2015).

¹⁴ Bohn (2011) e Rennó e Cabello (2010), com dados individuais, e Limongi e Guarnieri (2015), com dados agregados, são praticamente os únicos que apresentam um contraponto à magnitude do realinhamento de 2006, ressaltando a importância de análise de longo-prazo.

e direta: mapas e correlações de distribuição do voto municipal nas diversas eleições presidenciais mostram que o PT, a partir de 2006, passou a receber suas maiores proporções de voto municipais em cidades pequenas e pobres, principalmente do Nordeste (Soares e Terron, 2008). Essa distribuição seria inversa à base eleitoral “tradicional” do partido, que, de acordo com a literatura, desde 1989 até 2002 se concentrava no Sudeste e Sul, com ênfase nas grandes metrópoles¹⁵.

Como as cidades menores, nordestinas e pobres são as que também recebem, proporcionalmente, os maiores recursos do Bolsa-Família, o mecanismo causal supostamente estaria fechado: o PBF teria importantes efeitos eleitorais e contribuiu para o realinhamento eleitoral de 2006.

Diagnósticos desse tipo são comuns na imprensa à época. Matéria jornalística de fevereiro de 2006¹⁶ ressalta que o então presidente perderia para seu adversário do PSDB nas intenções de voto entre pessoas não beneficiárias e que não conhecem beneficiários do PBF¹⁷. Além disso, este programa social constituía no principal motivo de aprovação do governo no Nordeste, ao passo que no Sudeste a maior razão daqueles que apoiavam o incumbente era a política econômica.

Na literatura especializada também abundam essas afirmações. Hunter e Power (2007: 20), após escrutínio de diversas hipóteses explicativas, afirmam “the social policy story is arguably the single most plausible explanation for Lula’s reelection”. Mais do que isso, ressaltam que “Lula’s victory in 2006 may well go down in history for its association with the Bolsa-Família” (Hunter e Power, 2007: 24). Soares e Terron (2008: 295) concluem que “O efeito do BF/renda 2006 [peso do Bolsa-Família sobre renda domiciliar] continua sendo o fator mais forte e, junto com as *dummies* nordeste e norte, confirma que o BF influenciou regionalmente sobre a votação de Lula”. Rennó e Cabello (2010: 41) notam que “a maior parte desses recursos (do PBF) direcionou-se às regiões em que, depois se constatou, Lula teve maior ganho eleitoral (...). Já as regiões que foram sub-representadas na alocação de recursos do Bolsa Família (...) votarem menos em Lula”.

¹⁵ No entanto, uma leitura atenta do conjunto da literatura revela que não existem dados que confirmem cabalmente essa afirmação. Bohn (2011) e Soares e Terron (2010), por exemplo, mostram evidências em contrário, de que o PT, na disputa para a presidência, sempre teve boa performance no Nordeste.

¹⁶ “Bolsa-Família é principal razão para subida de Lula” *Folha de São Paulo*, 26/2/2006.

¹⁷ A importância analítica de “conhecer beneficiário” na decisão do voto ainda não foi incorporada na literatura. Esse ponto é objeto de estudo em outro capítulo da tese.

As análises sobre as eleições de 2010 tendem a reforçar a importância das eleições de 2006: o PBF apresentou efeito também naquele pleito, mas a principal determinante da *performance* do PT em 2010 é a distribuição de votos de 2006, considerada a “nova base eleitoral” do partido (Magalhães *et al.*, 2015; Pereira *et al.*, 2015)¹⁸.

Os diagnósticos da literatura baseiam-se em modelos de regressão multivariadas de diferentes especificações, e com elevado grau de sofisticação metodológica. Regressões lineares, modelos de econometria espacial, regressões beta, e modelos de inferência ecológica: a aplicação de todos estes métodos demonstraria, em que pese algumas discordâncias explicativas, as mesmas conclusões.

Em praticamente todas as análises, a mensuração de base eleitoral é o voto do PT em 2002¹⁹. Em termos conceituais, como discutirei melhor abaixo, essa é medida de eleitor partidário (ou *core voter*) na qual é testada a mudança de voto ocasionada pela eleição de 2006. O impacto regional ou estadual, por sua vez, é captado por *dummies* das macrorregiões ou das unidades da federação (UF).

A despeito do avanço empírico e metodológico, uma atenta inspeção nos coeficientes das regressões disponíveis levanta algumas dúvidas acerca das conclusões elaboradas pelos próprios autores. Vejamos.

Em primeiro lugar (i), a variável que mensura base eleitoral apresenta, em todos os modelos da literatura, um impacto positivo no voto do PT em 2006. Dito de outra forma, conforme aumenta o voto do PT em 2002, também aumenta seu voto estimado em 2006. Esse resultado, no entanto, não é o esperado pela hipótese do realinhamento. A se depreender das interpretações formuladas por grande parte dos estudos, não deveria ser encontrada uma relação positiva e significativa entre ambas votações.

Na verdade, a “surpresa” desse resultado não passou despercebida por alguns autores. Soares e Terron (2008: 295) notam que “as bases eleitorais de 2002 continuam apoiando Lula”. Carraro *et al.* (2009: 5) observam o mesmo: “[D]espite the changes in the electorate’s profile, with due controls, there was a spatial continuity in the candidate’s

¹⁸ Zucco (2015) e Martins *et al.* (2016), dois dos poucos trabalhos que analisam a eleição de 2014, não permitem esse cálculo pois não utilizam os votos de 2006 (ou 2010) como medida de base eleitoral.

¹⁹ Uma exceção é Zucco (2013;2015), que utiliza os resultados de 1998, visto que procura mensurar base eleitoral em um momento onde não havia programas de transferência de renda, e em 2002 já vigia Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio Gás, implementados pelo PSDB. No entanto, a crítica que elaboro também se aplica à mensuração do autor.

support between elections. Canêdo-Pinheiro (2015: 42) repara que “embora haja indicação de que o padrão de votos de Lula mudou entre 2002 e 2006, a votação do mesmo ainda se mostrou bastante influenciada pelo seu desempenho eleitoral passado”.

Essa constatação, no entanto, não é objeto de revisão ou maiores reflexões sobre a hipótese inicial de realinhamento. As conclusões se manteriam: a despeito dos resultados encontrados, a votação do PT em 2006 não teria relação, ou seria inversa, de sua base em 2002.

Em segundo lugar (ii), é corrente na literatura a visão de que é por meio do PBF que o PT apresenta força eleitoral no Nordeste. A hipótese do realinhamento tem um componente regional essencial. Uma síntese do raciocínio que embasa essa hipótese da literatura é exposta por Nicolau e Peixoto (2007: 14):

“1. Em 2002, Lula tem votação bem distribuída pelo país, mas proporcionalmente melhor nas áreas mais desenvolvidas.

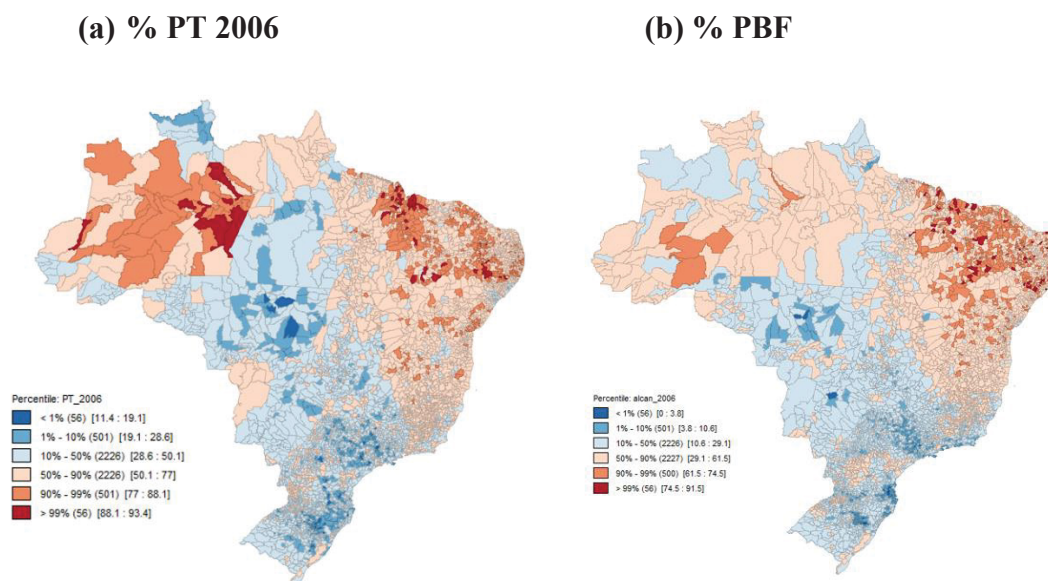
2. Ao longo do mandato, o Governo implementa uma série de programas dirigidos às cidades com menor desenvolvimento social. Entre esses programas, destaca-se o Bolsa Família que investiu mais de 17 bilhões em quatro anos, mais da metade deles no Nordeste.

3. Em 2006, as áreas que mais se beneficiaram das políticas implementadas pelo Governo Federal (particularmente municípios de baixa renda, majoritariamente concentrados nas Regiões Norte e Nordeste) votam no candidato que implementou essas políticas”.

A lógica parece clara: dado que proporcionalmente o Nordeste concentra o maior número de beneficiários do PBF e que as maiores proporções municipais de voto no PT estão nessa região, parece evidente concluir que o programa é importante para a *performance* deste partido no Nordeste.

Os mapas a seguir mostram essa distribuição. No mapa (a), tem-se os percentuais de voto municipal do PT para presidente em 2006. No mapa (b), o percentual de famílias beneficiárias do PBF. A distribuição de votos e do PBF praticamente se sobrepõe, o que torna natural a hipótese de que o programa social ajude a explicar a penetração do PT no Nordeste:

Gráfico 1.1 – Distribuição geográfica de % votos do PT 2006 e de % de beneficiários do PBF em outubro de 2006



Fonte: elaboração própria.

Esse raciocínio estaria demonstrado empiricamente, nos diversos estudos citados anteriormente, pelos coeficientes de efeito fixo de região ou UF, nos quais os estados do Nordeste invariavelmente apresentam um intercepto maior em comparação com as demais regiões (Nicolau e Peixoto, 2007; Soares e Terron, 2008). Esses valores elevados são interpretados pelos autores como uma evidência do realinhamento e do impacto do PBF nessa dinâmica.

A afirmação de que o PBF teria maior efeito no Nordeste pois nesta região este programa social tem maior penetração e importância na renda domiciliar assume implicitamente o pressuposto contrafactual de que, na ausência do programa social, o PT seria pouco votado na região. Ou, em outras palavras, na ausência do PBF, o realinhamento eleitoral não teria acontecido ou seria de menor magnitude.

No entanto, apesar de sua aparente simplicidade e trivialidade, esse raciocínio, novamente, não é demonstrado pelos próprios resultados apresentados pelos autores. Uma regressão na qual tanto o coeficiente do PBF quando do Nordeste são positivos demonstra que, mesmo “descontando” a distribuição do programa social²⁰, municípios do Nordeste apoiaram mais o PT em 2006 que municípios das demais regiões. O inverso vale para o

²⁰ E as demais variáveis de controle.

efeito do PBF: mesmo controlando por efeito fixo regional, a transferência de renda continua com efeito positivo²¹.

Limongi e Guarnieri (2014; 2015) levantam evidências que matizam essa tese. Por meio de análise longitudinal de dados, os autores argumentam que o PT nunca teve barreiras à entrada no Nordeste. Mais que isso, argumentam que o efeito marginal do PBF em 2006 foi, contrariamente ao esperado, maior no Sudeste que naquela região. Esta análise empírica é, no entanto, prejudicada, pois os autores não empregam modelos multivariados e condicionais, com interações, o que não permite captar efeito heterogêneo do PBF e confirmar se, de fato, o PBF teve mais efeito no Sudeste que no Nordeste.

Assim, existem ainda lacunas empíricas, analíticas e teóricas importantes na literatura. Do ponto de vista teórico, procuro defender na próxima seção a importância de se dialogar diretamente com a literatura de “política distributiva”, o que permite colocar em perspectiva as conclusões sobre o caso brasileiro e fundamentar propostas conceituais e empíricas de modo a responder às críticas que formulei acima.

Base eleitoral, *core e swing voter* e política distributiva

A noção de base eleitoral é central para os estudos partidários e eleitorais. Do ponto de vista conceitual, certa vertente da literatura considera que base eleitoral faz referência à grupos ou clivagens sociais que estão ancorados a cada partido (Lipset e Rokkan, 1990); para outros autores, diz respeito à eleitores que se identificam com as legendas, seja do ponto de vista subjetivo e emocional (Campbell *et. al.*, 1980; Green *et al.*, 2002), seja do ponto de vista racional (Down, 1999; Achen, 2002). Outra corrente, ainda, define base eleitoral como o alcance das redes partidárias (Cox e McCubbins, 1986). Os modelos conhecidos como “política distributiva”, em particular, focam na relação entre base eleitoral e políticas públicas (cf. Cox e McCubbins, 1986; Lindbeck e Weibull, 1987; Dixit e Londregan, 1996; Cox, 2010; Stokes *et. al.*, 2013; Golden e Min, 2013). Procurarei argumentar que desenvolvimentos dessa vertente teórica podem trazer contribuições para a análise do efeito eleitoral do PBF e do realinhamento no caso brasileiro.

²¹ Estudos com dados individuais também demonstram efeito semelhante, como Zucco e Power (2103) e Bohn (2011).

Para tanto, convém raciocinar a partir da função de utilidade do eleitor presente nesses modelos. Ela é composta por dois elementos deterministas e um componente aleatório:

$$U_i = -\frac{1}{2}(v_i - x_i)^2 + b_i + \varepsilon_i$$

Fonte: Elaboração própria

Onde, U_i é a utilidade da eleitora i , $v_i = \{x_A, x_B\}$ representa um voto para partido A ou partido B²², x_i é a posição ideológica da eleitora, b_i é o valor que ela recebe de recursos direcionados ou prometidos pelo partido e u_i é o termo aleatório. Recursos no caso ora em tela podem ser entendidos como a distribuição do PBF²³.

Independente da forma de mensuração de base eleitoral²⁴, um procedimento analítico recorrente consiste em dividir o conjunto do eleitorado em três grupos: partidários do partido A (*core voter* de A), outros com afinidades com o partido B (*core voter* de B) e o restante, sempre se situado em torno do mediano, é volátil (*swing voter*).

A partir da distribuição de políticas, o modelo de política distributiva estabelece que cada eleitora decide seu comportamento a partir dos valores que atribui a cada elemento da equação exposta acima. Cidadãos com preferências partidárias mais arraigadas concedem mais peso a “ $-\frac{1}{2}(v_i - x_i)^2$ ” que a “ b_i ”, sendo o inverso verdadeiro. Dessa forma, para uma eleitora hipotética com preferência pelo partido A votar no partido B, ela deve receber recursos de ordem tal que:

$$-\frac{1}{2}(x_i - x_B)^2 + b_i \geq -\frac{1}{2}(x_i - x_A)^2.$$

Ou seja, para partidos obterem votos de eleitores não alinhados com suas plataformas, devem ofertar políticas de modo a sobrepujar o valor de suas preferências partidárias. Uma situação de realinhamento, no entanto, vai além: o valor atribuído às políticas pelos eleitores é tão elevado que implicaria em alterações nas próprias

²² O modelo original é formulado para sistemas bipartidários. Abaixo discuto as implicações de estendê-lo para sistemas multipartidários.

²³ Esses modelos englobam tanto uma abordagem distributivista (Shepsle e Weingast, 1981), onde o comportamento eleitoral é determinado pela distribuição de políticas, quanto uma abordagem inspirada em Downs (1999), em cujo modelo a competição eleitoral se dá por elementos ideológicos, ou baseado em questões.

²⁴ Alguns autores utilizam dados agregados (Case, 2001; Shady, 2000; Diaz-Cayeros *et al.*, 2012) outros dados individuais (Stokes, 2005, Larcinese *et al.*, 2012); e outros ainda combinam as duas formas de mensuração (Dalhberg e Johansson, 2002).

preferências partidárias. Colocando em termos do caso brasileiro, um cenário de realinhamento é um no qual o *core voter* do PSDB passasse a ser o *core voter* do PT, e vice-versa.

O ponto que quero ressaltar é que essa situação não encontra nenhum precedente em nenhum modelo disponível, seja teórico, seja empírico, de política distributiva. Mesmo nos modelos que incorporam mudança de preferência, como Diaz-Cayeros *et al.* (2012), estas ocorrem de eleitores partidários para eleitores voláteis, e vice-versa.

Os estudos de retorno eleitoral e de distribuição de programas de transferência de renda e políticas sociais na América Latina, como Penfold-Becerra (2007) para o caso da Venezuela, Nupia (2011) para a Colômbia, Winters (2010) para Equador, Menocal (2001), De La O (2013) e Imai *et al.* (2016) para o caso do México, do mesmo modo não encontram efeito de mudança de preferências dos eleitores nem direcionamento de políticas para eleitores outrora adversários do partido incumbente.

As análises sobre o caso brasileiro, nesse sentido, mostram um quadro destoante dos demais. Segundo a visão convencional, até a eleição de 2006 o PT era mais votado por eleitores e em cidades mais ricas. Um fator importante que teria causado a inversão de base naquele ano teria sido a distribuição do PBF. A política social é considerada responsável pela penetração do partido no Nordeste e entre eleitores pobres. Dessa forma, ou estamos diante de um fenômeno não teorizado e incorporado nos modelos teóricos, ou as análises correntes sobre o caso brasileiro estão incorrendo em problemas de especificação e/ou diagnóstico inadequado.

Analiseemos com pormenor as demonstrações empíricas sobre o caso brasileiro. Um dos problemas empíricos da literatura sobre realinhamento e efeito do PBF é a mensuração de base eleitoral. Como ressaltei anteriormente, o procedimento padrão adotado consiste, em sua grande maioria, em usar a distribuição de votos de 2002. Ou seja, uma única eleição, em um único ponto do tempo.

Ao menos três críticas podem ser formuladas a esse modelo analítico e forma de mensuração: o uso da distribuição de votos em apenas uma eleição não é uma medida adequada de base eleitoral de um partido pois desconsidera que esse conceito diz respeito à relações de longo-prazo, para além das contingências presentes em pleitos individuais,

sujeitos à idiosincrasias e choques externos²⁵; isso é ainda mais premente em um sistema multipartidário como o brasileiro, no qual a *performance* de um partido em uma eleição depende do quadro de competidores oferecido ao eleitor²⁶; e, por último, mas não menos importante, a literatura sobre o caso brasileiro não incorpora uma medida do eleitorado volátil (*swing voter*). Tudo se passa como se só existissem eleitores inclinados ao PT e eleitores inclinados a seus adversários.

Ao tomar o primeiro turno de 2002 como referência empírica de base eleitoral, é importante lembrar que essa eleição foi razoavelmente fragmentada. Além de PT e PSDB, PSB e PPS obtiveram um bom desempenho. Mais do que isso, a distribuição social e geográfica dos votos desses partidos não é aleatória, o que influencia a conformação da base eleitoral do PT.

Minha proposta para contornar essas dificuldades consiste em adotar medidas de base eleitoral de longo-prazo e que incorporam uma mensuração de *swing voter*. Com base em elaborações como Wright (1974) e Diaz-Cayeros *et al.* (2012)²⁷, utilizo a média de votos de PT e PSDB ao nível dos municípios de 1994 a 2002 como medida de *core voter*, e o desvio-padrão dessa distribuição como medida de eleitor volátil.

Utilizo a média da porcentagem de votos de um conjunto temporal, e não a votação mínima, pois esta medida se aproxima de uma concepção de base eleitoral que varia no tempo, captando mudanças de preferências, similar à proposta de Diaz-Cayeros *et al.* (2012)²⁸. O desvio-padrão permite captar a elasticidade da *performance* eleitoral de cada partido, indicando seu potencial eleitoral, para mais e para menos, no período considerado²⁹. A série temporal de eleições presidenciais no Brasil não permite a aplicação direta de alguns modelos disponíveis na literatura baseados em regressões de longas séries temporais. No entanto, em que pese essas limitações, a proposta aqui apresentada se aproxima dessas medidas e é mais adequada que as disponíveis pela literatura para testar as hipóteses e teses levantadas sobre o caso brasileiro.

²⁵ Retomando a literatura norte-americana sobre realinhamento, Rennó e Silva (2014) também ressaltam esse ponto. Crítica semelhante foi elaborada por Lavareda (1990) para o debate sobre o período 46-64.

²⁶ Limongi e Guarnieri (2015) ressaltam que a decisão de voto em um partido em determinada eleição depende de alternativas apresentadas ao eleitor. Não existiria um padrão eleitoral *per se*. Ele sempre é condicionado pelo leque de partidos que lançam candidaturas.

²⁷ A lógica dessa abordagem é semelhante às mensurações de “voto normal” realizadas por Converse (1966) e Nardulli (1994).

²⁸ Entretanto, a utilização do menor patamar de votos não altera substantivamente os resultados.

²⁹ A utilização do índice de volatilidade eleitoral como medida alternativa de *swing voter* não altera os resultados.

É importante ressaltar que a mensuração *de swing voter* procura incorporar a lógica multipartidária aos modelos típicos da literatura de competição eleitoral, baseados em sistemas bipartidários, nos quais apenas uma parte do eleitorado, o que se encontra na posição mediana, é volátil. No multipartidarismo, cada partido, dada sua posição ideológica, tem seu conjunto potencial de eleitores *swing* (Aytaç, 2014; Idema, 2009). Assim, as medidas de *core* e *swing* não são complementares.

O recorte temporal utilizado considera o período no qual se formou a bipolaridade entre PT e PSDB que estrutura o sistema partidário brasileiro no período recente (Melo, 2010; Limongi e Cortez, 2010). De modo a minimizar as perdas de observações decorrente de criação de municípios durante esse período, adotei o mesmo procedimento de Soares e Terron (2008): para municípios que não existiam em 1994, 1998 e 2002, imputei a votação de seus municípios de origem³⁰.

A incorporação de medidas diretas e explícitas de *core* e *swing voters* permite a execução de testes essenciais das hipóteses da literatura, cuja validade é prejudicada pela precária medida de base eleitoral tradicionalmente utilizada. O *core voter* do PT não apoiou o partido em 2006? O partido recebeu votos do *core voter* do PSDB? E o *swing voter*, como se comportou? Além disso, há significativa diferença na magnitude da transferência de votos entre esses grupos de eleitores? Perguntas como essas podem ser respondidas a partir da adoção da medida que proponho.

Modelo

Minha variável dependente é o percentual de votos válidos no primeiro turno do PT em 2006 por cidade³¹. Duas são as variáveis explicativas de interesse, a cobertura do Programa Bolsa-Família, mensurada como a proporção de domicílios que receberam o programa social em outubro de 2006³², e a base eleitoral dos partidos, como discutida

³⁰ Foram imputados votos de 1994 em 545 cidades e de 1998 em 51 municípios. Agradeço a Daniel Wadvogel o acesso à base de dados dos municípios brasileiros do CEM (Centro de Estudos da Metrópole).

³¹ Mesmo não sendo um município, incluí Brasília devido ao seu tamanho e sua importância política. Toda minha análise utiliza dados do primeiro turno. Utilizar segundo turno, seja de 2002, seja de 2006, não altera os resultados.

³² Na medida em que um dos critérios de elegibilidade ao PBF é a renda domiciliar *per capita*, é mais adequado ponderar os beneficiários do programa social pelo número de domicílios antes que por famílias, como usualmente faz a literatura.

acima. Além disso, é de central importância verificar como esses efeitos variam por região.

Para escolha das variáveis de controle, adotei os indicadores comuns à literatura e que procuram dar conta dos diferentes testes de hipótese aqui colocados. O IDH permite dimensionar em que medida o impacto da cobertura do PBF no voto está relacionado com o desenvolvimento social do município; o tamanho da população (adotado aqui em forma logarítmica) e a % de população urbana funciona como *proxies* de “grotões”, e buscam verificar se o PT de fato teve mais votos em cidades menores e rurais; a proporção de habitantes de minorias raciais³³ e de evangélicos pentecostais busca controlar por características sociais importantes da sociedade com possíveis impactos políticos-eleitorais (Aguilar *et al.*, 2015; Bueno e Dunning, 2017; Pierucci e Prandi, 1995)³⁴.

As variáveis econômicas que utilizo são o crescimento do PIB municipal *per capita* no ano eleitoral, ou seja de 2006 em relação a 2005; e a proporção do PIB formada pelo setor público, e que é utilizada para demonstrar a hipótese do governismo (Zucco, 2008; Canêdo-Pinheiro, 2015; Ribeiro, 2014). Por fim, são incluídas medidas de poder local do PT: uma *dummy* que indica se o prefeito pertence a este partido e outra que considera se o governador incumbente era do PT.

Os dados que utilizo são de fonte primária, coletados no IBGE, IPEADATA e TSE. IDH, população urbana, minorias raciais e pentecostais são coletadas ao nível municipal apenas em Censo, ou seja, em 2000 e 2010. De modo a buscar se aproximar do valor dessas variáveis em 2006, adotei uma média das medidas censitárias. Os dados de prefeitura se referem ao partido do prefeito em 2005, coletados na Munic/IBGE.

Abaixo se encontra uma tabela com a distribuição dos valores dessas variáveis:

³³ Me refiro às categorias censitárias de pretos, pardos, amarelos e indígenas.

³⁴ Alguns estudos incluem medidas como porcentagem de pobres, analfabetos, PIB per capita, no entanto essas variáveis são altamente correlacionadas com o IDH e a população urbana, de modo que, para evitar multicolinearidade, não são incluídas aqui. A substituição entre essas medidas não afeta os resultados. Todas as variáveis percentuais estão na escala 0-100.

Tabela 1.1 – Estatísticas descritivas

Variáveis contínuas					
Variável	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Observações
% PT 2006	51,61	17,85	11,40	93,36	5564
% PBF	33,59	19,23	0,00	91,50	5564
% PT 2002	42,42	12,05	5,77	79,79	5563
Core PT	29,58	10,25	4,13	69,94	5564
Swing PT	12,41	4,78	0,56	35,30	5564
Core PSDB	50,24	12,00	12,88	86,73	5564
Swing PSDB	18,8	7,19	0,52	42,8	5564
(Ln) população	9,3859	1,1554	6,7190	16,2149	5564
IDH	0,59	0,09	0,339	0,841	5564
% População Urbana	61,17	22,61	4,42	100	5564
% Minorias raciais	49,98	24,45	0,50	96,45	5564
% Pentecostais	9,61	5,87	0,00	49,10	5564
% PIB setor público	31,49	16,65	1,65	93,67	5564
% Δ PIB 2006-2005	8,77	15,99	-60,35	387,44	5564

Variáveis categóricas			
Variável binária	0	1	Observações
Governador PT	5241	323	5564
Prefeitura PT	5160	404	5564

Fonte: elaboração própria.

Emprego principalmente três tipos de modelos: OLS com variáveis apenas aditivas, OLS com interação e modelos multinível *varying-intercept* e *varying-slope*. Como forma de robustez, apresento alguns modelos de regressão com erro espacial. A literatura já diagnosticou em diversas ocasiões que as observações ao nível dos municípios são relacionadas entre si. A solução convencionalmente utilizada, a partir de testes apropriados, é o modelo de erro espacial (Soares e Terron, 2008; Carraro *et al.*, 2009; Marzagão, 2013).

Ainda que necessário para corrigir por viés e eficiência, os modelos de erro espacial são os menos interessantes teoricamente pois não permitem analisar por quais mecanismos ocorrem as relações espaciais. Em outras palavras, corrigem o problema da autocorrelação tratando-a apenas como “ruído” (Ward e Gleditsch, 2008). Além disso, e

importante ressaltar, os resultados apresentados pela literatura que utiliza modelos espaciais não alteram as conclusões substantivas do modelo OLS.

Dado isso, e de modo a permitir maior flexibilidade às análises aqui empreendidas, utilizo modelo OLS com erro-padrão *clusterizado* ao nível dos estados. Isso significa que assumo que municípios da mesma unidade de federação têm relação entre si em variáveis não observáveis, ou seja, seus erros são correlacionados³⁵. Além de corrigir por heterocedasticidade, esse procedimento também se justifica substantivamente, pois é de esperar cidades de mesmo estado tenham características políticas, sociais e culturais semelhantes. Como robustez, apresento nos primeiros modelos resultados de regressão de erro espacial. As conclusões não são alteradas.

Análise Empírica

Inicialmente, apresento os dados do modelo mais básico, que expressa as especificações padrões utilizadas na literatura. Seus resultados são o ponto de partida da análise. A tabela 2.1 abaixo, no seu painel (a), apresenta os resultados do modelo OLS dos coeficientes de interesse: a base eleitoral (neste modelo medida como % do PT em 2002), % de domicílios que recebem Bolsa-Família e as *dummies* regionais. No painel (b) são mostrados esses coeficientes do modelo de erro espacial, estimado por *maximum likelihood*. Tendo em visto facilitar a visualização, a tabela completa com os resultados das variáveis de controle é apresentada no anexo (seguirei esse padrão em todos os modelos aqui analisados)

³⁵ Snijders e Bosker (2012: 329) dizem que, assim como modelos de erro espacial, a utilização de erro-padrão *clusterizado* é uma forma de tratar a dependência entre as observações.

Tabela 2.1 –Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral % PT 2002

VD % PT 2006	A - OLS		B –Erro espacial	
% PT 2002	0.360***	(0.0519)	0.369***	(0.0115)
% PBF	0.332***	(0.0464)	0.192***	(0.0129)
Sul	0.378	(2.082)	-2.252**	(1.0602)
Centro-Oeste	-5.715***	(1.672)	-6.202***	(1.422)
Norte	-3.801	(3.140)	-1.582	(1.5078)
Nordeste	5.310**	(2.275)	10.694***	(1.0495)
Constante	7.295	(7.377)	37.35***	(2.60)
Controles	SIM		SIM	
<i>Lambda</i>			0.747***	(0.0109)
<i>N</i>	5563		5563	
adj. <i>R</i> ²	0.726		0,854661	
Log likelihood			-18939.77	
Akaike info criterion			37911.5	
Schwarz criterion			38017.5	

Erros-padrões em parênteses. No modelo OLS, os erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Assim como já ressaltado pela literatura, o programa social tem efeito na votação do PT em 2006. A base eleitoral do partido, mensurada aqui como sua *performance* em 2002, também tem efeito positivo: levando em consideração o modelo OLS, para cada um aumento no percentual de votos do PT em 2002, aumenta-se em média 0,36 o percentual de votos do partido em 2006.

As *dummies* regionais também mostram efeito esperado, por exemplo, municípios situados no Nordeste sufragaram mais o PT em 2006 em comparação aos situados no Sudeste, que são a categoria de referência. O modelo de erros espaciais, apresentado no painel (b), altera a magnitude da cobertura do PBF e do Nordeste, e a significância do Sul, mas não altera substantivamente as conclusões.

A intenção de apresentar esses resultados já tratados pela literatura é confirmar o potencial desencontro entre as hipóteses formuladas e os resultados encontrados. Como já ressaltado no texto, os votos do PT em 2002 estão positivamente correlacionados com sua *performance* em 2006, o que matiza uma versão forte da tese do realinhamento. Além disso, mesmo controlando pelos beneficiários do PBF, eleitores do Nordeste apoiam mais o partido que habitantes das outras regiões.

De modo a desenvolver a análise dessas questões, começo substituindo a medida de base eleitoral pela minha proposta de *core* e *swing voter*. Inicialmente, cabe notar a correlação entre as medidas:

Tabela 3.1 – Correlação entre as medidas de base eleitoral

Variáveis de base eleitoral (%)	Correlação (r de Pearson)	p-value
PT 2002 – Core PT	0,8448	0,0000
PT 2002 – Swing PT	0,6122	0,0000
PT 2002 – Core PSDB	-0,6059	0,0000
PT 2002 – Swing PSDB	-0,1751	0,0000
Core PT – Swing PT	0,1573	0,0000
Cores PSDB – Swing PSDB	0,179	0,0000

Fonte: elaboração própria.

Ainda que os votos de 2002 sejam fortemente correlacionados com a mensuração do eleitorado partidário do PT, essa associação é mais fraca no caso do eleitorado volátil e também do eleitorado partidário e *swing* do PSDB. Além disso, é baixa a correlação entre *core* e *swing voter* do PT e do PSDB. Esses resultados indicam que utilizar os votos de 2002 como *proxy* de base eleitoral pode encobrir comportamentos eleitorais heterogêneos, fortalecendo minha proposta em detrimento dos procedimentos levantados pela literatura.

A tabela 4.1 apresenta a regressão OLS e de erro espacial com a nova medida de base eleitoral:

Tabela 4.1 – Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral *core* e *swing*

VD % PT 2006	A - OLS		B –Erro espacial	
% Core PT	0.400**	(0.121)	0.366***	(0.0318)
% Swing PT	0.201**	(0.0750)	0.232***	(0.0316)
% Core PSDB	-0.0485	(0.112)	-0.074***	(0.0286)
% Swing PSDB	0.227***	(0.0738)	0.118***	(0.025)
% PBF	0.340***	(0.0414)	0.195***	(0.0129)
Sul	-0.956	(1.946)	-4.077***	(1.072)
Centro-Oeste	-5.520***	(1.502)	-6.168***	(1.395)
Norte	-3.457	(3.266)	-1.537	(1.479)
Nordeste	3.282	(2.444)	8.833***	(1.056)
Constante	14.71	(12.26)	44.43***	(3.65)
Controles	SIM		SIM	
<i>Lambda</i>			0.742***	(0.011)
<i>N</i>	5564		5564	
adj. <i>R</i> ²	0.733		0.855	
Log likelihood			-18920.5975	
Akaike info criterion			37879.2	
Schwarz criterion			38005.1	

Erros-padrões em parênteses. No modelo OLS, os erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Os resultados são teoricamente interessantes. Tanto o eleitoral partidário do PT quanto o volátil de ambos os partidos estão positivamente correlacionados com o voto municipal para presidente do PT em 2006. Testes de comparação dos coeficientes mostram que suas magnitudes não são estatisticamente diferentes. Além disso, o *core voter* do PSDB apresenta coeficiente negativo: as cidades que o partido tem maior média de votos entre 94 e 2002 tenderem a votar menos no PT em 2006. Novamente, as regressões espaciais alteram algumas estimativas pontuais de coeficientes, mas não as interpretações substantivas.

Do ponto de vista conceitual, os resultados mostram que o desempenho do PT em 2006 não pode ser visto como independente da trajetória eleitoral prévia da competição presidencial. As evidências não mostram um realinhamento abrupto em 2006, onde teria ocorrido a troca de bases eleitorais. Antes, as mensurações de *core* do PT e *swing voter* impactam positivamente o desempenho do partido, e a medida de base de seu principal adversário tem relação negativa.

Assim, em síntese, o cenário das eleições de 2006 não representa uma ruptura com os padrões eleitorais prévios. Não se trata de um pleito no qual se inverteram as bases

eleitorais, tal como apontado pela literatura. Antes, a “narrativa analítica” mais condizente com os resultados aqui demonstrados é a de uma dinâmica na qual as bases eleitorais de longo-prazo dos partidos têm uma relação esperada com os votos em 2006: eleitores partidários se comportam como tal e os voláteis se inclinaram, naquele momento, em direção ao PT.

Vejamos agora a hipótese do efeito regional do PBF, particularmente a visão segunda a qual o programa social explica a excepcional *performance* do PT no Nordeste.

As tabelas 2.1 e 4.1 apresentadas acima indicam que o PT tem melhor desempenho no Nordeste em comparação com o Sudeste (a categoria de referência de então) mesmo após controlar pelo efeito do PBF. Para avaliar o efeito do PBF nas diferentes regiões, no entanto, os modelos empregados acima, que seguem a especificação da literatura, não são adequados. Esses modelos são aditivos, onde o impacto de cada variável é controlado por todas as outras incluídas no modelo. No entanto, a hipótese de que os efeitos do PBF ocorrem mais fortemente no Nordeste é de natureza condicional. Nas palavras de Brambor *et al.* (2006: 64) “a conditional hypothesis is simply one in which a relationship between two or more variables depends on the value of one or more other variables”.

Utilizo duas formas de analisar essa hipótese condicional. A primeira consiste em estimar modelos OLS com interação entre as regiões e o PBF. A segunda estratégia consiste em estimar modelos multiníveis, onde é possível permitir ao coeficiente do PBF e ao intercepto da regressão variarem aleatoriamente conforme as unidades da federação do Brasil.

Como veremos, os resultados de ambas abordagens apontam no mesmo sentido: ao contrário do esperado pela literatura, os efeitos marginais do PBF não foram maiores no Nordeste. Antes, o programa social contribuiu mais para o desempenho do partido no Sudeste e, em alguma medida, no Sul. Vejamos.

Apresento inicialmente os resultados do modelo interativo. No modelo A mostrado na tabela 5.1, incluo apenas a interação entre PBF e Nordeste. No modelo B seguinte, especifico uma interação entre o programa social e cada região, deixando o Centro-Oeste como categoria de referência.

Tabela 5.1 – Modelos interativos OLS base eleitoral *core* e *swing*

VD % PT 2006	A - OLS		B- OLS	
% Core PT	0.424 ^{***}	(0.126)	0.393 ^{***}	(0.125)
% Swing PT	0.208 ^{**}	(0.0810)	0.200 ^{**}	(0.0747)
% Core PSDB	-0.0362	(0.117)	-0.0541	(0.115)
% Swing PSDB	0.243 ^{***}	(0.0771)	0.228 ^{***}	(0.0758)
% PBF	0.398 ^{***}	(0.0626)	0.23 ^{***}	(0.0636)
Nordeste	8.075 [*]	(4.247)	8.172 [*]	(4.345)
Nordeste * % PBF	-0.0700	(0.0747)	0.0857	(0.0747)
Sudeste			1.396	(2.436)
Sudeste * % PBF			0.176 ^{***}	(0.0543)
Norte			0.00128	(4.865)
Norte * % PBF			0.112	(0.0849)
Sul			1.407	(2.556)
Sul * % PBF			0.127	(0.0815)
Constante	7.940	(12.15)	11.49	(12.25)
Controles	SIM		SIM	
N	5564		5564	
adj. R ²	0.728		0.733	

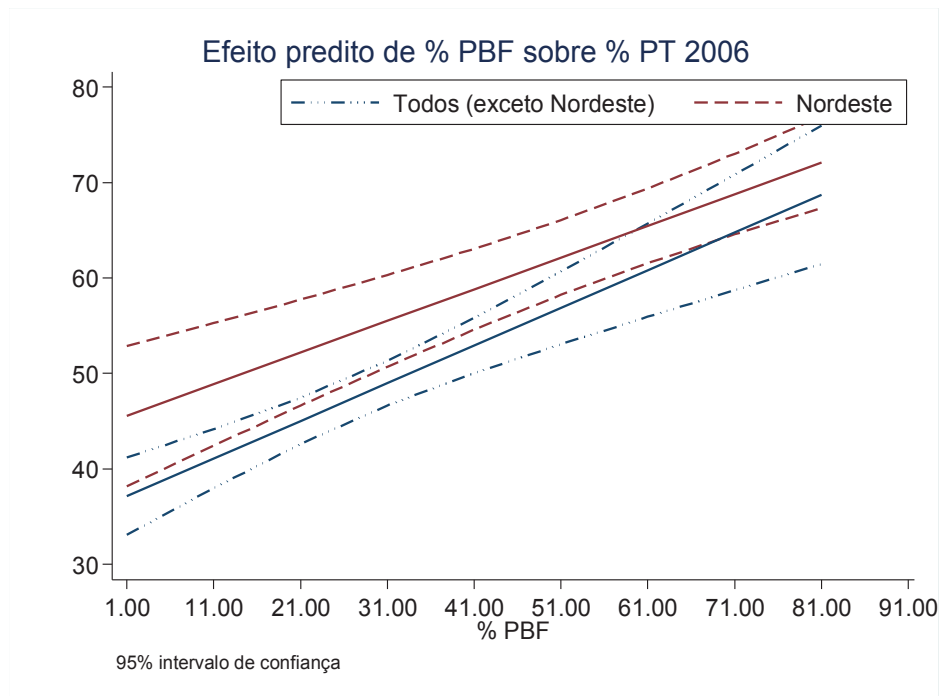
Erros-padrões entre parênteses são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Observa-se que no modelo A o coeficiente da interação entre PBF e Nordeste não apenas não é positivo, como é na verdade negativo, ainda que não significativo. Este resultado indica que o programa de transferência de renda não tem efeito diferenciado no Nordeste em relação às outras regiões. No modelo B, por sua vez, nota-se que o único termo interativo de região com PBF que apresenta significância estatística é o Sudeste, e a *dummy* de Nordeste continua com resultado positivo.

Apresento abaixo um gráfico do efeito marginal da interação entre Nordeste e PBF com base no modelo A:

Gráfico 2.1



Os resultados do gráfico não poderiam ser mais contra intuitivos, além de reforçarem a minha interpretação. A inclinação da reta do PBF no Nordeste, ao contrário das teses vigentes, é, na verdade, ligeiramente mais suave nesta região em comparação com as demais. A vantagem do PT no Nordeste, como já indicavam modelos anteriores, ocorre pelo intercepto³⁶. Isso é importante ser ressaltado: mesmo em patamares de baixa cobertura do PBF, a votação esperada do PT no Nordeste é elevada, com estimativa pontual em torno de 45%. Em outras palavras, o programa de transferência de renda mais contribui para reforçar um apoio já elevado do partido naquela região antes que constitui um dos principais determinantes dos resultados eleitorais.

Em suma, os resultados do modelo interativo não confirmam a hipótese da literatura sobre o efeito do PBF no realinhamento eleitoral. O que as evidências mostram, na verdade, é que o PT tem importantes vantagens eleitorais no Nordeste para além do PBF, e que este programa social foi mais importante para a *performance* eleitoral do partido nas outras regiões.

De modo a analisar e testar esse mesmo ponto por outra abordagem, utilizo modelos multiníveis. Esses modelos possibilitam que o intercepto ou os coeficientes de

³⁶ A aplicação de técnicas para contornar o fato de que a variável dependente é restrita a 0-100, como a transformação logística proposta por Katz e King (1999) e Tomz et al. (2002), não altera os resultados.

um modelo de regressão variem de acordo com agrupamentos ou níveis das observações. Essa técnica se diferencia da simples inclusão de *dummies* em uma regressão linear pois modela a própria variação desses coeficientes. O modelo permite, ainda, assumir a um só tempo que as observações pertencentes ao mesmo grupo sejam semelhantes entre si e que os efeitos de cada grupo sejam mutuamente relacionados (Gelman e Hill, 2007; Snijders e Bosker, 2012).

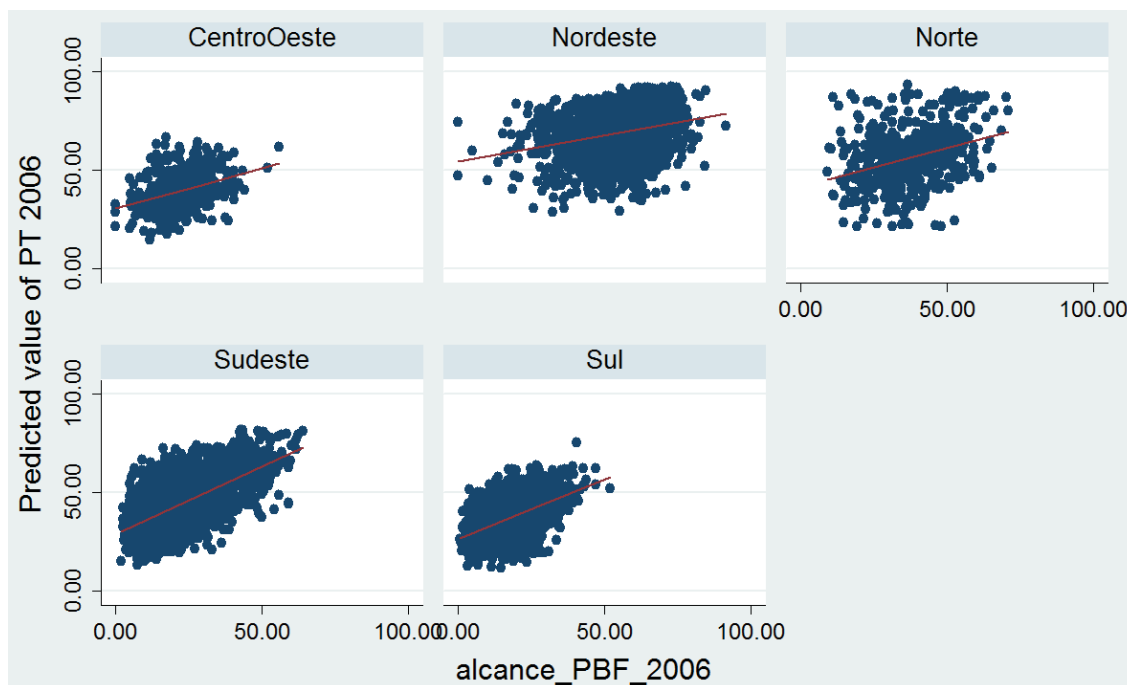
No caso em que estou analisando, emprego um modelo no qual o intercepto e o coeficiente da regressão variam pelas unidades da federação. Os resultados são apresentados abaixo

Tabela 6.1 – Modelo multinível variando intercepto e coeficiente % PBF por UF

VD % PT 2006	A –Multinível	Erro-padrão
% Core PT	0.378***	(0.0317)
% Swing PT	0.218***	(0.0330)
% Core PSDB	-0.0751***	(0.0284)
% Swing PSDB	0.132***	(0.0262)
% PBF	0.260***	(0.0262)
Sul	-5.866	(6.333)
Centro-Oeste	-8.444	(6.353)
Norte	-6.549	(5.280)
Nordeste	6.231	(4.957)
Constante	25.57***	(5.729)
Controles	SIM	
<i>N</i>	5564	
Number of groups	27	
<i>Random-effects Parameters</i>		
Desvio-padrão (% PBF)	0.1032***	(0.021)
Desvio-padrão (intercepto)	10.9***	(1.755)
Corr (% PBF – intercepto)	-0.716***	(0.144)
Log likelihood	-19496.065	
LR test vs. linear regression:	chi2(3) = 1508.78	Prob> chi2 = 0.0000

Como mostra a estimativa do desvio-padrão do coeficiente do % PBF, o efeito do programa social varia com significância estatística ao nível das UF's. De modo a visualizar os efeitos estimados do modelo multinível para a questão que estou analisando, no gráfico abaixo apresento o valor predito do voto do PT em 2006 em cada região, a partir do modelo multinível estimado acima, ou seja, levando em consideração o coeficiente aleatório da política social:

Gráfico 3.1 – Valor predito de % PT 2006 por região, a partir do coeficiente aleatório do % PBF, modelo multinível



Os resultados confirmam os testes anteriores: ainda que tenha efeito positivo em todo o Brasil, a inclinação da reta do efeito do PBF é mais acentuada no Sudeste, e também no Sul, em comparação com o Nordeste.

Em suma, ao modelar adequadamente os efeitos eleitorais do PBF sobre as regiões brasileiras, os resultados da análise empírica aqui realizada mostram que a maior parte da literatura fez diagnósticos equivocados ao defender que a maior entrada do PT no Nordeste estivesse vinculada à maior distribuição do programa social nessa região.

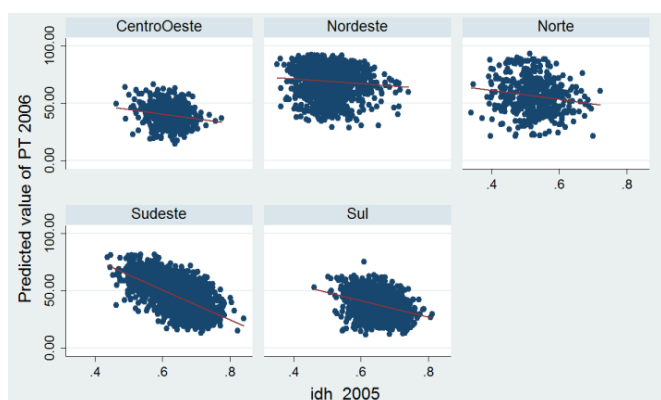
De um ponto de vista mais geral, quero chamar atenção para o fato de que os resultados e a competição eleitoral não dependem, ou não se dão, apenas em relação a algumas políticas, questões ou clivagens. Não se pode extrapolar ou inferir o impacto dos programas de transferência no voto a partir de sua maior ou menor cobertura geográfica, como se não existissem outros determinantes do comportamento eleitoral. Ainda que significativos, os efeitos eleitorais do PBF são apenas parte de um todo maior de competição.

Um argumento presente na literatura, entretanto, diria que esse resultado não é nada mais que a manifestação do “governismo”, ou a tendência de localidades pobres e dependentes do setor público de apoiarem o governo, independentemente de qualquer ação deste ou da oposição (Zucco, 2008; 2010; Canêdo-Pinheiro, 2015; Ribeiro, 2014).

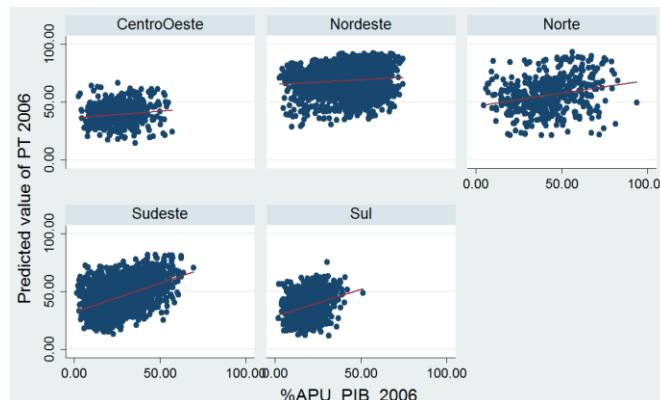
Para finalizar essa seção, apresento algumas evidências preliminares que não corroboram esta tese. Abaixo encontram-se resultados de dois modelos multiníveis *varying-intercept varying-slope*, semelhantes ao utilizado acima, mas agora são os coeficientes de IDH e % do PIB formada pelo setor público que variam por unidade da federação. Dessa forma, é possível verificar se a tendência de “governismo” varia por regiões do Brasil.

Gráfico 4 – Valor predito de % PT 2006 por região, a partir do coeficiente aleatório do IDH e % PIB setor público, modelo multinível

(a) IDH



(b) % PIB setor público



Os resultados indicam que a variação do IDH e da % PIB do setor público não explicam a variação de votos do PT no Nordeste. O partido logrou bom desempenho tanto em cidades pobres e com economia dependente do poder estatal, quanto em municípios com alto IDH e setor privado pujante.

A tese de que essas variáveis importam para explicar o resultado eleitoral em 2006 novamente se aplica mais adequadamente aos estados situados no Sudeste e Sul. Dessa forma, creio que não existem evidências claras de que o padrão eleitoral de 2006 se deve a um fenômeno governista presente nas regiões mais pobres do País.

Considerações finais

A literatura sobre competição e eleições presidências no Brasil se desenvolveu muito nos últimos anos. Amplas bases de dados foram analisadas com metodologias diversas e sofisticadas. Do ponto de vista analítico, proposições foram escrutinadas e certos consensos explicativos se formaram.

O primeiro é de que a eleição de 2006 foi um ponto crítico da trajetória do sistema partidário, em particular, e do sistema político como um todo. Neste pleito, o PT, partido incumbente e o único competitivo em todas as eleições presidenciais, teria invertido suas bases eleitorais, outrora assentadas em cidades grandes do Sudeste e Sul do Brasil, para cidades pequenas no Nordeste.

A segunda hipótese amplamente aceita é a de que o Programa Bolsa-Família, programa de transferência de renda de ampla magnitude implementado pelo governo do PT a partir de final de 2003, após uma unificação de programas anteriores formulados pelos PSDB, tem importantes efeitos eleitorais e é uma das principais causas do realinhamento, dado que sua maior concentração relativa está no Nordeste.

Essas proposições tocam em importantes questões teóricas sobre competição e comportamento eleitoral. Como primeiro passo de argumentação, procurei defender que a importância de se avançar analiticamente na mensuração do conceito de base eleitoral e no enquadramento das teses sobre o caso brasileiro em perspectiva comparada com a literatura de “política distributiva” e os estudos sobre efeito eleitoral dos programas de transferência de renda em outros países da América Latina.

Assim, foi possível fazer duas constatações essenciais: primeiro, não são comuns fenômenos de mudança abrupta de base eleitoral causada por programas sociais. O mais das vezes, quando existem mudanças de preferências, elas ocorrem nos eleitores voláteis. Dessa forma, ou o caso brasileiro é destoante, e teorias precisam ser adaptadas para explicá-lo, ou então os diagnósticos até aqui elaborados padecem de refinamentos.

A segunda constatação é de natureza empírica, mas com importantes consequências analíticas. A medida de base eleitoral utilizada pela literatura é deficiente, pois pautada na distribuição de votos de apenas uma eleição e carente de mensuração do *swing voter*. Dessa forma, não é possível testar adequadamente a proposição de realinhamento e do papel do PBF nesse fenômeno.

Logo, a partir de estudos anteriores, elaborei uma proposta de mensuração de *core* e *swing voter* para o caso brasileiro: trata-se da média e desvio-padrão, respectivamente, dos votos nos municípios de PT e PSDB. A substituição da medida padrão da literatura, a porcentagem de votos do PT em 2002, pelas medidas propostas mostraram que o PT recebeu mais apoio tanto de seu eleitorado partidário quanto volátil em 2006. A medida do eleitorado partidário do PSDB, por sua vez, teve relação negativa com o desempenho do PT em 2006.

A leitora poderia dizer que esse resultado é o esperado. E é justamente esse o ponto que quero enfatizar aqui. Os resultados encontrados são normais em um contexto de competição eleitoral em um sistema partidário minimamente coerente, onde preferências e comportamentos são influenciados pelo passado, ainda que a todo momento passíveis de atualizações e modificações. O ponto é que isso relativiza a importância da eleição crítica de 2006 e a visão de inversão de bases.

A segunda questão discutida aqui foi a hipótese de que o efeito eleitoral do PBF tem relação com o realinhamento na medida em que ajuda a explicar a *performance* eleitoral do PT no Nordeste. Minha crítica nesse ponto é de natureza metodológica: os modelos apresentados pela literatura são aditivos, e, portanto, não são capazes de responder à essa hipótese condicional sobre o efeito heterogêneo do programa social pelas regiões do Brasil.

A utilização de métodos interativos e multiníveis, adequados para lidar com hipóteses desse tipo, leva a resultados contrários aos propugnados: o PBF teve efeito marginal maior no Sudeste do Brasil que no Nordeste. Dito de outro modo, em um cenário contrafactual no qual não existisse o programa de transferência de renda, a *performance* do PT seria mais afetada, relativamente, no Sudeste e não no Nordeste.

Dessa forma, as evidências indicam que a forte penetração do PT no Nordeste não dependeu, eminentemente, do PBF. Ademais, procurarei apresentar evidências de que esse resultado não é facilmente explicado como uma manifestação regionalizada de um fenômeno de “governismo”. Sugeri que outras políticas de caráter concentrado no Nordeste e de forte impacto social, como a expansão da energia elétrica e a construção de cisternas, podem ajudar a explicar esse resultado. Pesquisas futuras podem aprofundar esses pontos e procurar explicar outros determinantes dos resultados eleitorais.

Em suma, um diagnóstico pertinente a partir do conjunto dos resultados encontrados chama atenção para o fato de que o efeito do PBF no resultado eleitoral deve ser analisado dentro de um enquadramento maior de competição política, no qual várias dimensões e clivagens políticas são mobilizadas a partir de bases eleitorais prévias que balizam as estratégias partidárias presentes.

As questões colocadas não são simples nem triviais. Dizem respeito a como bases eleitorais são formadas, se mantêm e se alteram. A como partidos agem no governo e na oposição e buscam votos. E a como eleitores demandam políticas e se comportam eleitoralmente. Ou seja, dizem respeito à essência do regime democrático.

Capítulo 2

Efeitos diretos e indiretos do Programa Bolsa-Família nas eleições presidenciais

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 90, diversos países da América Latina adotaram programas de transferência de renda condicionadas como forma de combate à pobreza endêmica da região. A originalidade desse tipo de política social, em contraposição às políticas tradicionais de caráter muitas vezes regressivo, bem como a centralidade que assumiu nas agendas de diversos governos de variadas matizes ideológicas, ensejaram uma série de estudos que buscaram verificar seu efetivo impacto social e econômico (Fizbein *et al.*, 2009; Medeiros, *et al.* 2007; Paes de Barros *et al.*, 2007; Rawlings e Rubio, 2005).

Uma vertente crescente da literatura se volta para analisar o impacto eleitoral dessas políticas. Não é difícil entender porque programas de transferência de renda assumem importância em modelos explicativos dos resultados eleitorais: de um lado, alguns estudos mostram que partidos formuladores dessas políticas sociais se engajam na mobilização eleitoral e no *credit claiming* dos seus resultados; de outro, é razoável pensar que a transferência de dinheiro diretamente às parcelas mais pobres da população com efetivo impacto nas suas condições de vida constitua um importante ativo eleitoral dos incumbentes³⁷. (De La O, 2015; Hall, 2006, 2008; Bucheli, 2015; Sandberg e Tally, 2015).

No entanto, mais do que isso, o interesse no impacto eleitoral dessas políticas tem “afinidades eletivas” com a visão segundo a qual a política na América Latina é permeada pelo clientelismo (O’Donnell, 1996; Sewall, 2008; Stokes, 2005; Hagopian, 1996; Fenwick, 2009). Assim, parece natural que analistas considerem que políticas focadas nos mais destituídos podem ser apenas mais uma expressão “of the old story of using the government to build clientelistic support” (Hunter e Power, 2007: 9).

A despeito dessas expectativas, uma leitura do conjunto de estudos de caso e comparativos sobre efeito eleitoral de políticas de transferência de renda na América Latina não permite diagnósticos taxativos: é considerável a variação nos resultados

³⁷ Nas palavras de Dixit e Londregan (1996: 1138) "the parties can attract the votes of the poor relatively more easily by offering them small economic benefits".

encontrados, com alguns trabalhos demonstrando efeitos eleitorais positivos, outros efeitos nulos e mesmo negativos em parcelas da sociedade (cf. Layton e Smith; 2012; Corrêa, 2015a; Imai *et al.* 2016; Winters, 2010; Nupia, 2011; Linos, 2015; Manacorda *et al.*, 2011; Corrêa e Cheibub, 2016; De La O, 2013).

No caso brasileiro, no entanto, que é um dos mais estudados e centrais da literatura, as interpretações são de modo geral convergentes, principalmente nos trabalhos que utilizam dados agregados ao nível municipal, conforme discutirei adiante. O Programa Bolsa-Família (PBF) é considerado como uma - se não a principal - das explicações para os resultados eleitorais presidenciais desde 2006, contribuindo para conformar uma base eleitoral do PT assentada nas regiões e eleitores mais pobres do Brasil.

No registro jornalístico e no debate político brasileiro, não é incomum a visão de que a relação política ensejada pelo PBF é permeada pelo clientelismo e personalismo, com a criação de “currais eleitorais” e de dependência direta entre os beneficiários e o incumbente federal. Essa visão perpassa importantes figuras políticas, bem como partidos de oposição à direita e à esquerda do PT.

Um dos ministros do Supremo Tribunal Federal e então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, declarou em outubro de 2016 que: “Com o Bolsa Família, generalizado, querem um modelo de fidelização que pode levar à eternização no poder. A compra de voto agora é institucionalizada”³⁸. Uma nota editorial do PSDB, principal partido de oposição ao PT, publicada em seu portal eletrônico em 2004 dizia que: “O principal programa social petista [o PBF] reduziu-se, enfim, a um projeto assistencialista. Resignou-se a um populismo rasteiro”³⁹. O candidato a vice-presidente do PSOL, partido formado por dissidentes à esquerda do PT, declarou na campanha eleitoral de 2006 que o “O Bolsa-Família (...) é uma máquina de clientelismo”⁴⁰.

Na produção acadêmica, o cenário é mais nuançado. A maior parte dos autores afirma que o desenho da política não permitiria, ao menos não em nível suficiente, a alocação de benefícios de acordo com a direção do comportamento eleitoral dos

³⁸<http://oglobo.globo.com/brasil/gilmar-mendes-diz-que-bolsa-familia-compra-de-voto-institucionalizada-20334383#ixzz4gYpief00>. Acessado em setembro de 2017.

³⁹ <http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/bolsa-esmola-editorial/>. Acessado em setembro de 2017.

⁴⁰ Folha de São Paulo, 23/7/2006.

eleitores⁴¹, que é a definição de política clientelista (cf. Kitschelt e Wilkinson, 2007; Stokes, 2009), enquanto outros defendem o mecanismo do voto retrospectivo como a explicação de seu retorno eleitoral, seguindo modelos de política distributiva (Zucco, 2013). Ainda assim, é comum encontrar em parte da literatura ressalvas quanto ao possível uso eleitoral do PBF, que acabaria por deturpar os objetivos da política (Hevia, 2011; Sewall, 2008; Hall, 2006; Bursztyn e Chacon, 2011).

Independente da ênfase ou não no clientelismo, um ponto comum à maior parte das análises é a posição segundo a qual o efeito eleitoral do PBF ocorre no plano individual ou, quando muito, no domiciliar. Em outros termos, apenas o eleitor beneficiado diretamente pelo programa teria a sua decisão eleitoral afetada. Nessa visão, os demais indivíduos, tanto os pobres não-beneficiários, quanto a classe média e a classe alta, seriam indiferentes ou alheios, na decisão de voto, à existência desse programa de transferência de renda. Em resumo, a estratégia de identificação causal deveria levar em conta apenas os *efeitos diretos* do PBF.

Essa preocupação revela o suposto de que os ganhos eleitorais oriundos da política pública deveriam ocorrer única, direta e mecanicamente nos seus beneficiários, sem passar pela lógica da competição eleitoral e nem por mobilizações ou contatos pessoais. Seja baseado em uma lógica clientelista, seja nos modelos de política distributiva, tem-se como pressuposto que os benefícios alocados pelo governo aos mais pobres podem constituir causa suficiente para afetar seu comportamento eleitoral, ao passo que os demais eleitores decidiriam seu voto com base em outras questões.

A tese que buscarei defender aqui é que é razoável supor que o programa de transferência de renda também pode ter um *impacto eleitoral indireto*, entendendo por isso a influência do PBF na decisão do voto do eleitor não-beneficiário. Utilizando vocabulário experimental, chamo atenção para o fato de que esta política teria um importante componente *spillover*, e seu impacto eleitoral não se restringiria apenas aos indivíduos que recebem transferências diretas de renda.

A política social pode afetar eleitores não-beneficiários tanto devido à benefícios auferidos de maneira indireta quanto por meio da sua importância na formação de opiniões ou posições políticas com possível impacto no comportamento eleitoral desses eleitores. Diversos estudos quantitativos e qualitativos mostram que a distribuição do

⁴¹ Ainda que poucos trabalhos tenham procurado testar essa proposição, como Fried (2009).

PBF é importante para o funcionamento da economia nacional (Mostafa *et al.*, 2010; Neri *et al.*, 2013) e, principalmente, para a economia local dos pequenos municípios, devido ao seu efeito multiplicativo sobre o comércio de alimentos, medicamentos e vestuário, afetando assim as condições econômicas de não-beneficiários (Paes-Sousa e Vaitsman, 2007; Landim Jr. 2007; Cohn, 2012; Rego e Pinzani, 2013; Marques, 2005). Além disso, e central para análise que realizarei, diversas pesquisas de avaliação do programa social mostram que entre os não-beneficiários do PBF, os que conhecem beneficiários têm opiniões mais favoráveis ao programa (Castro *et al.*, 2009; Kerstenetzky, 2009; Encarte Tendências, 2007; ver anexo A.2). Todos esses mecanismos sugerem que estudos focados apenas no retorno eleitoral dos beneficiários do programa social podem apresentar resultados parciais, perdendo de vista o efeito total do PBF no resultado eleitoral⁴².

Do ponto de vista teórico, pretendo frisar neste trabalho, seguindo as proposições de Przeworski e Sprague (1986), que o impacto eleitoral substantivo do PBF, bem como de qualquer outra política pública ou estratégia partidária, ocorre em um contexto social e político delimitado. Bandeiras políticas são construídas, disputadas e mobilizadas. O PT, no decorrer do tempo, elegeu o programa como a política símbolo do seu governo, e o PBF está no centro do debate político-ideológico brasileiro. Menos que uma relação direta e mecânica entre receber benefício e votar no incumbente, importa ressaltar como o conjunto do eleitorado, que tem contato com o programa de diversas maneiras, pode ser impactado na sua decisão de voto.

Com base nessa discussão, busco aqui elaborar um modelo empírico de modo a analisar e testar a importância dos efeitos diretos e indiretos do PBF. Recorrendo a *surveys* eleitorais, adiciono aos modelos usualmente encontrados na literatura informações sobre o conhecimento de beneficiários do PBF.

Para uma política central nos debates políticos e eleitorais, conhecer beneficiários pode ser um fator que, além de ensejar avaliações mais positivas ao programa, como já mostrado pela literatura, também altere cálculos de decisão de voto do eleitor. Além disso, esta variável é ainda mais importante se levarmos em consideração o tamanho dos subgrupos: enquanto os beneficiários constituem menos de um quarto do eleitorado, os não-beneficiários que conhecem beneficiários perfazem cerca de 40%, isto é,

⁴² A importância de se analisar a magnitude do impacto do PBF no resultado da eleição presidencial, e não apenas se existe ou não um efeito, é enfatizado em outro capítulo da tese.

praticamente o dobro, Ou seja, do ponto de vista da conformação ou do impacto nos resultados eleitorais presidenciais, os efeitos indiretos do PBF podem ser muito importantes do que os diretos.

Minha análise se concentra nas eleições presidenciais de 2006 e 2010 e na análise de três *surveys* nacionais: uma pesquisa Vox Populi, o *Brazilian Electoral Panel Studies (BEPS)* e o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). O trabalho, portanto, se ampara em várias fontes de dados e engloba mais de uma eleição.

Os resultados são teoricamente relevantes: em 2006, os efeitos indiretos são importantes e até mais cruciais para determinar a direção do voto em direção ao PT em comparação com os efeitos diretos. As análises para o pleito de 2010, por seu turno, são menos robustas, mas apontam na mesma direção. Além disso, outra evidência importante diz respeito à variação regional, uma vez que, ao contrário da interpretação padrão encontrada na literatura, os efeitos que encontro são menores no Nordeste e maiores no Sudeste, confirmando as análises de dados agregados que realizei no primeiro capítulo da tese.

As consequências analíticas e teóricas destes achados são significativas, justificando uma reconsideração dos mecanismos explicativos por meio dos quais o impacto do PBF sobre o voto tende a ser modelado. Antes que uma relação direta e automática entre receber o benefício e apoiar o governo, trata-se de chamar atenção para a importância da mobilização política e de contatos pessoais entre eleitores que perpassam a efetividade de qualquer política pública e estratégia partidária.

Após essa introdução, apresento um debate a literatura pertinente, ressaltando aspectos metodológicos. Em seguida, apresento minha proposta empírica, seguida da análise. As conclusões aparecem em seguida.

PBF e o resultado eleitoral

Para esquadrihar o impacto eleitoral do PBF, a literatura brasileira trabalha com dois tipos diferentes de unidades de análise: municípios (ou estados), que chamo de dados agregados, e indivíduos, por meio de *surveys* eleitorais ou de opinião pública.

De modo geral, ainda que não sem importantes exceções e matizes nos resultados, as análises que trabalham com dados agregados tendem a confirmar a hipótese de que o

PBF impacta os resultados presidenciais, apresentando uma relação positiva com o desempenho do PT⁴³ de 2006 a 2014 (Hunter e Power, 2007; Zucco, 2008, 2013, 2015; Nicolau e Peixoto, 2007; Soares e Terron, 2008; Canêdo-Pinheiro, 2015; Marzagão, 2013; Magalhães *et al.*, 2015; Pereira *et al.*, 2015; Zucco, 2015)⁴⁴.

No entanto, e esse ponto é essencial para o presente trabalho, os estudos que se detêm na análise de dados individuais, coletados em pesquisa de opinião, nas quais se testa a associação entre ser beneficiário e votar no PT, apresentam resultados divergentes: enquanto Lício *et al.* (2009), Zucco e Power (2013), e Zucco (2013; 2015) encontram efeito positivo do PBF, Bohn (2011), Nicolau (2014), Peixoto e Rennó (2011) e Amaral e Ribeiro (2016) não constata evidências nesse sentido.

O que poderia explicar essa não convergência de resultados? Seria um artifício oriundo principalmente das diferentes unidades de análise e metodologias utilizadas, - como por exemplo problemas de falácia ecológica⁴⁵ no uso de dados agregados ou erros de mensuração e *social desirability bias* (viés de *desejabilidade social*)⁴⁶ no caso de dados individuais -, ou, antes, diz respeito aos diferentes mecanismos que estariam operando na relação entre o PBF e o voto?

A grande maioria dos trabalhos, quando discute esse ponto, se foca nas possibilidades de explicação que cada nível de análise permite. Mais especificamente, para grande parte da literatura, mesmo a que trabalha com dados agregados, informações que não podem ser diretamente atribuídas ao comportamento do eleitor beneficiário do programa social ou são espúrias ou devem ser vistas com cautela. Ou seja, tem-se o suposto que apenas efeitos individuais e diretos são analiticamente válidos.

Bohn (2011; 2013), por exemplo, afirma que os resultados advindos de dados agregados por municípios ou estados, como os trabalhos de Zucco (2008), Hunter e Power (2007) e Soares e Terron (2008), mostram apenas que existe uma correlação positiva entre porcentagem de famílias beneficiárias do PBF e os votos do PT no município. Por si só,

⁴³ Zucco (2013) encontra um efeito também do Programa Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação nos votos para o então incumbente PSDB em 2002.

⁴⁴ Para argumentos mais matizados, ver Carraro *et al.* (2009); Limongi e Guarnieri (2015); Corrêa (2015b).

⁴⁵ Trata-se do erro lógico de se fazer afirmações sobre unidades a partir de dados agregados (cf. Robinson, 1950; Selvin, 1958; King, 1997). Falarei mais detidamente sobre esse ponto em outro capítulo da tese.

⁴⁶ Viés que acarreta respostas não sinceras ditadas por constrangimentos sociais.

esses resultados não permitem afirmar que são os indivíduos beneficiários do PBF que estão votando no PT, sob pena de cair na falácia ecológica.

Ou seja, Bohn (2011; 2013) chama atenção para o fato de que o mecanismo explicativo, ou o “elo perdido” nas palavras de Lício *et al.* (2009), da explicação do voto não seria comprovado pelas análises de dados agregados. Para tanto, nesta visão, é necessário verificar associações entre a intenção de voto e ser ou não-beneficiário do programa, com foco não apenas no indivíduo mas também no efeito direto do PBF.

Na sua crítica à Bohn (2013), Zucco e Power (2013) afirmam que os resultados da autora estariam comprometidos devido à diferença temporal entre o momento eleitoral e a ocasião em que o *survey* utilizado foi coletado, que acarretaria em erros de medida em algumas respostas, enviesando as estimativas. Os autores contestam, assim, apenas a confiabilidade dos dados trazidos à baila por Bohn (2013), mas não o mecanismo pressuposto de foco sobre o efeito direto, no indivíduo beneficiário.

Essa é uma posição geral mesmo em estudos que se baseiam exclusivamente em dados agregados, onde não é possível inferir o comportamento individual. Em um dos trabalhos mais influentes do debate, Zucco (2008: 37) afirma que “it is necessary to bear in mind that an analysis based on aggregate data does not generally allow us to infer individual-level behavior. It is still possible, nonetheless, to find substantive empirical association, and to explore some of the possible mechanisms behind them”. Ou seja, a análise de dados agregados permitiria apenas *explorar* os mecanismos da relação entre PBF e voto, dado a ausência de informação sobre o comportamentos dos beneficiários.

Canêdo-Pinheiro (2015: 34, grifos meus) nota que: “por conta do mecanismo do voto secreto, é necessário o uso de dados agregados para investigar o impacto do programa Bolsa Família”. Em nota de rodapé, afirma que “alguns autores tentam contornar esse problema usando dados individuais extraídos de pesquisas de opinião. Entretanto, muitas dessas pesquisas sequer conseguem reproduzir o percentual de votação obtido pelos candidatos nas eleições de 2006. Desse modo, *não há como escapar do uso de dados agregados*”.

Zucco (2013: 8), após análise de um conjunto de dados agregados, afirma que ‘the ultimate test of CCT’s effects on the voting behavior of beneficiaries must rely on a comparison of individuals who receive the benefit with otherwise similar individuals who do not’. A utilização de *matching propensity score* por Zucco (2013; 2015) e Zucco e

Power (2013) corrobora a leitura que estou elaborando. Este procedimento metodológico procura aproximar a análise de dados observacionais de situações experimentais, criando um pareamento de covariáveis em indivíduos beneficiários e indivíduos não-beneficiários (Ho et al., 2007; Morgan e Wiship, 2007). A análise de *survey* realizada pelos autores, então, é restringida a dois grupos de eleitores semelhantes em tudo, exceto em receber o PBF. Em vocabulário experimental, Zucco (2013; 2015) e Zucco e Power (2013) estimam o ATT (*average treatment effect on the treated*), o efeito do tratamento nos tratados. Sendo os tratados, no caso, os eleitores que recebem o Bolsa-Família⁴⁷.

Em suma, a leitura que proponho é que o conjunto da literatura gira em torno de especificações e mensurações que permitam identificar apenas o efeito eleitoral direto do PBF: o efeito da renda transferida sobre a decisão individual do eleitor afetado diretamente pelo programa.

Como pressupostos deste desenho de pesquisa, tem-se a visão de que benefícios transmitidos geram votos automaticamente, sem passar pela necessidade de mobilização eleitoral e pelos contornos da competição partidária. Para além da similaridade entra essa visão e a relação ensejada por políticas clientelistas, à revelia da posição assumida por grande parte da literatura, é importante sublinhar que tal suposto se encontra mesmo nos modelos de competição eleitoral conhecidos como “política distributiva”.

Como discuto em outro capítulo da tese, esses modelos estabelecem que os eleitores decidem seu voto com base em duas dimensões, preferência partidária ou ideológica, e benefícios oriundos da distribuição ou promessas de distribuição de recursos ou políticas públicas pelos partidos em competição (Cox e McCubbins, 1986; Lindbeck e Weibull, 1987; Dixit e Londregan, 1996; Cox, 2010; Stokes *et. al*, 2013; Golden e Min, 2013).

Ainda que ancorados na teoria da escolha racional, essa literatura concebe, a maior parte das vezes, a preferência partidária ou ideológica como formada exogenamente à

⁴⁷ Corrêa e Cheibub (2016) notam que esse procedimento assume certas condições controversas, qual sejam: que o efeito do PBF ocorre unicamente no eleitor beneficiado e que eleitores não-beneficiários não pareados aos beneficiários são indiferentes ao programa. Logo, a despeito de suas vantagens metodológicas, não se pode assumir que o ATT seja igual ao ATE (*average treatment effect*), o efeito do PBF em todo eleitorado.

competição política, como no modelo de comportamento eleitoral da psicologia política da escola de Michigan⁴⁸.

Assim, para o ponto que me interessa aqui, cabe sublinhar que nos modelos de política distributiva a preferência partidária independe da distribuição de políticas. Essas poderiam afetar a decisão de voto apenas no curto-prazo, mas não a própria variável componente ideológica do eleitor. Mais do que isso, a componente “benefícios” do cálculo de voto do eleitor ocorre em via puramente individual, no qual apenas o indivíduo diretamente beneficiário é afetado na sua decisão de voto. Quando contatos e relações pessoais são incorporados na explicação, é, via de regra, sob o prisma do clientelismo e da compra de votos (Stokes, 2005; Stokes *et al.*, 2013). Esta ênfase ou enfoque teórico deixa de lado o efeito da política para um grupo social maior, afetado seja indiretamente por benefícios, seja programaticamente, por meio de opiniões sobre a política.

Programas como PBF são importantes politicamente e mobilizados eleitoralmente, seja a favor, seja contra o partido formulador. Setores da mídia, alguns atores políticos e elites econômicas não raras vezes expressam críticas a aspectos de seu desenho, implementação e fiscalização (Biroli e Mantovani, 2010; Marques, 2008; Corrêa, 2015b; Corrêa e Cheibub, 2016; Kerstenetzky, 2009; Lindert e Vincensini, 2010). A exposição pública dessas avaliações pode reverberar em formação de preferências eleitoralmente importantes sobre o partido que implementa a política.

Ainda que beneficie uma parcela minoritária do eleitorado, o conhecimento sobre a existência e características básicas do PBF é difundido na sociedade brasileira. Uma pesquisa nacional conduzida em 2005, ou seja, no momento inicial de implementação do programa, constatou que mais de 90% dos entrevistados “conheciam” ou “tinham ouvido falar” do PBF (Brandão *et al.*, 2008).

Além disso, quando perguntado diretamente, o eleitor tende a apoiar o programa social. Almeida (2010) relata em pesquisa de 2009 que 83% da população se dizia favorável ao PBF. A pesquisa “Medindo o Grau de Aversão à Desigualdade da População Brasileira”, conduzida em 2012 por pesquisadores da UFRJ, constata que 73% dos eleitores apoiam a manutenção do programa.

⁴⁸ Diaz-Cayeros *et al.* (2012) afirmam que esse pressuposto não é crível em um modelo dinâmico, sob pena de irracionalidade.

No entanto, questões específicas sobre o programa revelam aspectos importantes e mais controversos. O *survey* de 2012 mostra que o apoio não ocorre sem reservas: 42% dos respondentes discordariam de um aumento do valor do benefício⁴⁹. Os dados apresentados por Almeida (2010) também mostram um aspecto interessante: quando confrontados com uma escolha dilemática, 80% dos eleitores relataram preferir um presidente que reduza impostos de alimentos a um que aumente o PBF. Ou seja, ainda que em contornos gerais exista um apoio ao programa social, ele não está isento de críticas em suas dimensões e nem imune à possíveis mobilizações políticas em sua oposição.

Alguns trabalhos indicam que efeitos indiretos são importantes. Corrêa (2015b) e Corrêa e Cheibub (2016) analisaram o impacto eleitoral negativo do PBF em indivíduos contrários ao programa. Zucco (2015) argumenta que o nível de cobertura local do PBF pode impactar o comportamento de eleitores não-beneficiados

Minha estratégia empírica consiste em abordar a questão dos efeitos indiretos investigando outra dimensão: trata-se de saber se, entre não-beneficiários, o fato de se conhecer pessoalmente indivíduos que recebem o programa tem impacto em sua decisão de voto.

Diversas pesquisas mostram que não-beneficiários que conhecem beneficiários tem opiniões mais favoráveis ao PBF em comparação a não-beneficiários que não conhecem (Castro *et al.*, 2009; Kerstenetzky, 2009, Encarte Tendências, 2007, ver anexo A.2). Numa síntese após avaliação de uma série de questões, Castro *et al.* (2009: 350) concluem que: “Houve uma importante diferença entre a opinião daqueles que conhecem beneficiários e a daqueles que não os conhecem, sendo que os primeiros manifestaram-se de forma mais positiva em relação aos resultados e foram mais cautelosos nas críticas”.

O PBF está no centro do debate político-ideológico brasileiro, organizando a clivagem política. Não se pode tomar seus efeitos eleitorais como decorrentes unicamente do benefício que traz para os beneficiários, nem toma-lo fora do contexto de competição eleitoral. Para uma política central nos debates políticos e eleitorais, conhecer beneficiários pode ser um fator que, além de ensejar avaliações mais positivas ao programa, também altere cálculos de decisão de voto do eleitor.

⁴⁹ Agradeço a Lena Lavinas e Fábio Wanteborg pela disponibilização do banco de dados “Medindo o Grau de Aversão à Desigualdade da População Brasileira” (2012), projeto financiado pela FINEP e coordenado pela Profa. Lena Lavinas (IE-UFRJ).

Ainda que não incorporada na literatura sobre efeito eleitoral do PBF, a importância de efeitos indiretos ou contextuais é amplamente difundida em teorias do comportamento eleitoral. As teorias do voto econômico chamam atenção para o mecanismo da avaliação sociotrópica, no qual o eleitor decide seu voto com base no desempenho da economia de modo geral, e não apenas na sua situação individual (Kiewiet, 1983). Alguns análises ressaltam a importância de contatos e redes pessoais para a conformação de preferência individuais (Huckfeldt e Sprague, 1987) enquanto outras se voltam para o papel do contexto geográfico (Cox, 2005; Ethington e McDaniel, 2007)⁵⁰.

Mais do que isso, para uma análise do impacto do programa social para a competição presidencial brasileira, adicionar essa dimensão pode ter um peso importante devido ao tamanho do eleitorado que se encontra em cada subgrupo: enquanto beneficiários são cerca de 20 a 25% do eleitorado, os não-beneficiários que conhecem indivíduos incluídos no PBF perfazem cerca de 40%.

Os dados que disponho não permitem verificar com precisão por quais os motivos um eleitor não-beneficiário que conhece beneficiário avalia melhor o programa e nem as razões por meio das quais esses contatos pessoais influenciam sua decisão de voto. Pode-se conjecturar, por exemplo, que, dado que o programa tem em geral boa focalização e impacta positivamente a vida de seus beneficiários, aquele eleitor tem mais informações positivas sobre o PBF que outro que apenas toma conhecimento sobre o programa por meio da mídia. De outra forma, pode-se imaginar que um indivíduo que relata conhecer outro inscrito no programa social também recebe benefícios do PBF indiretamente, pelo efeito da política na economia local. Meu ponto é mostrar que existe um efeito eleitoral indireto importante, que precisa ser incorporado às explicações correntes. Os mecanismos específicos desse efeito podem inspirar pesquisas futuras.

Na próxima seção apresento minha proposta empírica, para depois mostrar os resultados.

⁵⁰ Nesse sentido, conforme discuto em outro capítulo da tese, análises baseadas em dados individuais não são indubitavelmente superiores à análises de dados agregados para estudar a influência do PBF no resultado eleitoral.

Proposta empírica

Para análise empírica, selecionei *surveys* nacionais que contenham perguntas que permitam mensurar a relação do respondente com o PBF em duas dimensões: se é ou não beneficiário e se conhece ou não outra pessoa beneficiária, além, evidentemente, de seu comportamento eleitoral na eleição presidencial.

Recorro a três pesquisas eleitorais, sendo uma sobre a eleição de 2006 e duas sobre o pleito de 2010. No primeiro caso, analiso a pesquisa conduzida pelo Instituto *Vox Populi* (Cesop, 2016); para 2010, trabalho com a segunda onda do survey *Brazilian Electoral Panel Studies* (BEPS) (Ames *et al.*, 2013), e o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) (Cesop, 2016).

Mesmo com a restrição imposta pela necessidade de se escolher *surveys* que contenham as perguntas necessárias para minha pesquisa, o material empírico resultante se mostrou importante analiticamente. Além da diversidade de fontes, as eleições analisadas são centrais, especialmente a de 2006, por ser a primeira que ocorreu após a implementação do PBF e por ser considerada, pela literatura, uma eleição crítica, pelo estabelecimento do realinhamento eleitoral⁵¹, conceito que faz referência à suposta inversão de bases eleitorais do PT, que naquele ano teria deixado de receber maior apoio nas grandes metrópoles do Sudeste e Sul, e nos eleitores com maior renda e escolaridade, e passado a estar assentado no Nordeste e nas pequenas cidades, e entre eleitores de perfil social mais destituído.

A pesquisa *Vox Populi* foi coletada entre os dias 16 e 17 de outubro de 2006, a pouco mais de 15 dias depois do primeiro turno e pouco mais de 10 dias antes do segundo turno das eleições presidenciais⁵². Nesse sentido, é pouco provável que sofram do problema de lapso temporal identificado por Zucco e Power (2013) no caso do LAPOP.

A amostra consiste em 2005 entrevistas, coletadas de forma probabilística por cotas. Ela contém três perguntas diferentes sobre a relação entre o respondente e o PBF.

⁵¹ Discuto com maior profundidade esses pontos em outros capítulos da tese.

⁵² Agradeço ao Cesop a disponibilidade das bases de dados.

Figura 1.2 – Questionário Vox Populi

```

=====
                        SOBRE BENEFÍCIOS...
=====
21 - VOCÊ OU ALGUÉM QUE MORA AQUI NA SUA CASA RECEBE BOLSA FAMÍLIA OU ALGUM OUTRO
BENEFÍCIO COMO BOLSA ESCOLA, BOLSA ALIMENTAÇÃO, ETC?

1 - Sim
2 - Não
3 - NR

V25

-----
22 - E ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA, QUE NÃO MORE AQUI NA SUA CASA, RECEBE BOLSA FAMÍLIA OU
ALGUM OUTRO BENEFÍCIO COMO BOLSA ESCOLA, BOLSA ALIMENTAÇÃO, ETC?

1 - Sim
2 - Não
3 - NR

V26

-----
23 - VOCÊ CONHECE ALGUÉM, COMO VIZINHO, AMIGO, CONHECIDO OU OUTRO PARENTE MAIS DISTANTE
QUE RECEBE BOLSA FAMÍLIA OU ALGUM OUTRO BENEFÍCIO COMO BOLSA ESCOLA, BOLSA ALIMENTAÇÃO,
ETC?

1 - Sim
2 - Não
3 - NR

V27
=====

```

Fonte: Cesop (2016)

A primeira questão (21) indaga ao respondente sobre se ele ou outra pessoa que reside no mesmo domicílio recebe o PBF. A segunda e a terceira questão (22 e 23) verificam se o respondente conhece alguém que recebe o PBF.

Dessa forma, o desenho das perguntas do *survey*, separando o recebimento direto no domicílio, do fato de conhecer alguém que recebe o programa, permite testar diferentes mecanismos por meio dos quais o PBF pode ter efeitos eleitorais. Neste artigo, reportarei os resultados que se baseiam apenas na variável (23) para estimar efeito indireto do programa social. A utilização alternativa da pergunta (22) em pouco altera os resultados.

O segundo *survey* analisado é *Brazilian Electoral Panel Studies* (BEPS) coletado em 2010. Essa pesquisa de tipo painel, pioneira no Brasil, perguntou aos eleitores, na primeira e segunda ondas, as seguintes questões:

Figura 2.2 – Questionário BEPS

CCT1BRA. Nos últimos três anos, o(a)sr./sra. ou alguém que vive em sua casa foi beneficiário do programa Bolsa Família? (1) Sim (2) Não (88) NS (98) NR	
CCT2BRA. Nos últimos três anos, alguém da sua família, que NÃO vive em sua casa, ou algum conhecido do(a)sr./sra. foi beneficiário do programa Bolsa Família? (1) Sim (2) Não (88) NS (98) NR	

Fonte: Ames *et al.* (2013)

Utilizarei aqui os dados coletados na segunda onda do *survey*, em agosto de 2010, mais próxima ao primeiro turno da eleição presidencial daquele ano. A amostra total consistiu de 908 entrevistas. A primeira onda também contém as perguntas necessárias para a presente pesquisa, mas, a despeito de possuir maior amostra (2482), foi coletada muito antes das eleições, em março e abril de 2010, de modo que a inferência para o comportamento eleitoral na eleição ficaria prejudicada.

Por fim, a outra pesquisa analisada é o ESEB. Coletado em novembro de 2010, ou seja, após o segundo turno da eleição presidencial, essa base de dados é amplamente utilizada na literatura brasileira (Peixoto e Rennó, 2011; Nicolau, 2014; Bezerra e Mundim, 2011). No entanto, nenhum estudo procurou mensurar o efeito eleitoral de se conhecer beneficiário do PBF. Abaixo reproduzo as perguntas utilizadas como variáveis de efeito direto e indireto, respectivamente.

Figura 3.2 – Questionário ESEB

114. O(A) SR(A) PARTICIPA DO PROGRAMA _____ (LER NOME DE CADA UM DOS PROGRAMAS ABAIXO) DO GOVERNO FEDERAL ? (INSTRUÇÃO: É PRECISO DEIXAR CLARO PARA O ENTREVISTADO QUE A QUESTÃO SE REFERE AOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL DADO QUE ALGUNS ESTADOS TAMBÉM POSSUEM PROGRAMAS SOCIAIS SIMILARES.)

1 - Sim

2 - Não

Bolsa Família	☐	Minha Casa Minha Vida	☐	Luz para Todos	☐	ProUni	☐
	V232		V233		V234		V235

115. ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA OU ALGUM CONHECIDO DO(A) SR(A) PARTICIPA DO PROGRAMA _____ (LER NOME DE CADA UM DOS PROGRAMAS ABAIXO) DO GOVERNO FEDERAL? (INSTRUÇÃO: É PRECISO DEIXAR CLARO PARA O ENTREVISTADO QUE A QUESTÃO SE REFERE AOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL DADO QUE ALGUNS ESTADOS TAMBÉM POSSUEM PROGRAMAS SOCIAIS SIMILARES.)

1 - Sim

2 - Não

Bolsa Família	☐	Minha Casa Minha Vida	☐	Luz para Todos	☐	ProUni	☐
	V236		V237		V238		V239

Fonte: Cesop (2016)

Além do PBF, o ESEB recolhe informações sobre outras políticas, mas a proporção de beneficiários do “Minha Casa, Minha Vida”, do “Luz Pra Todos” e do “ProUni” é muito pequena. Noto, ainda, que existe uma diferença na redação das perguntas entre os *surveys*: as pesquisas *Vox Populi* e BEPS perguntam se alguém no domicílio recebe o programa, e o ESEB questiona se o respondente “participa” do PBF. Isso pode ter consequências importantes, como falarei adiante.

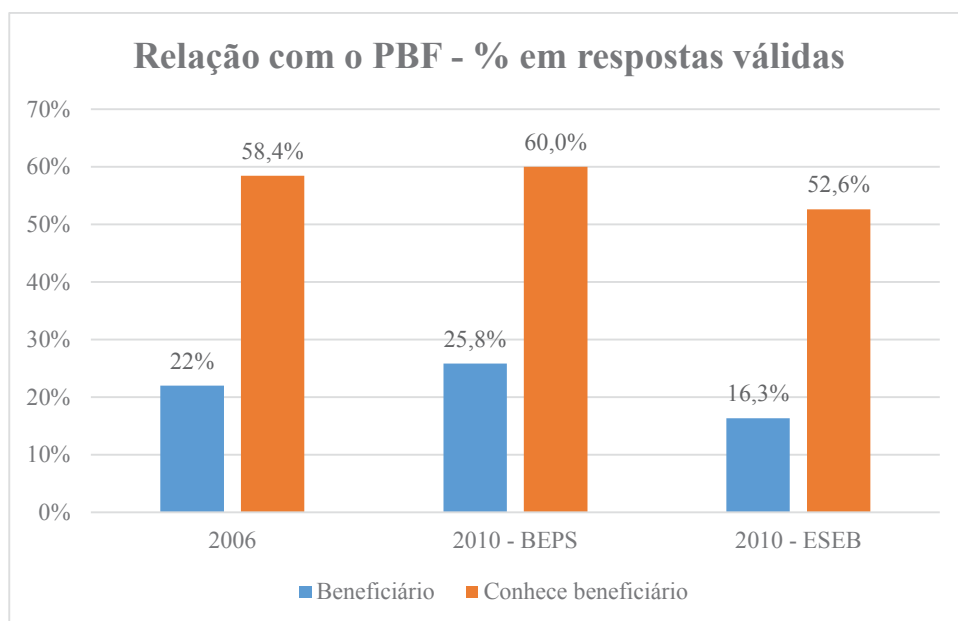
Análise empírica

Ser e conhecer beneficiário

Inicialmente, antes de estimar modelos sobre o impacto de receber ou conhecer beneficiário do PBF no voto, é importante reportar algumas estatísticas descritivas dos surveys. O objetivo é ressaltar dois aspectos: a similaridade entre a mensuração da cobertura e o perfil social de beneficiários tais como coletados pelas pesquisas e os dados governamentais oficiais (ainda que, no caso do número de beneficiários, exista certa dissonância no caso do ESEB), e a maior heterogeneidade social no caso de se conhecer beneficiário em comparação a receber o programa, o que revela a possibilidade de que o PBF impacte um perfil maior do eleitorado.

Abaixo segue a distribuição:

Gráfico 1.2



Fonte: elaboração própria

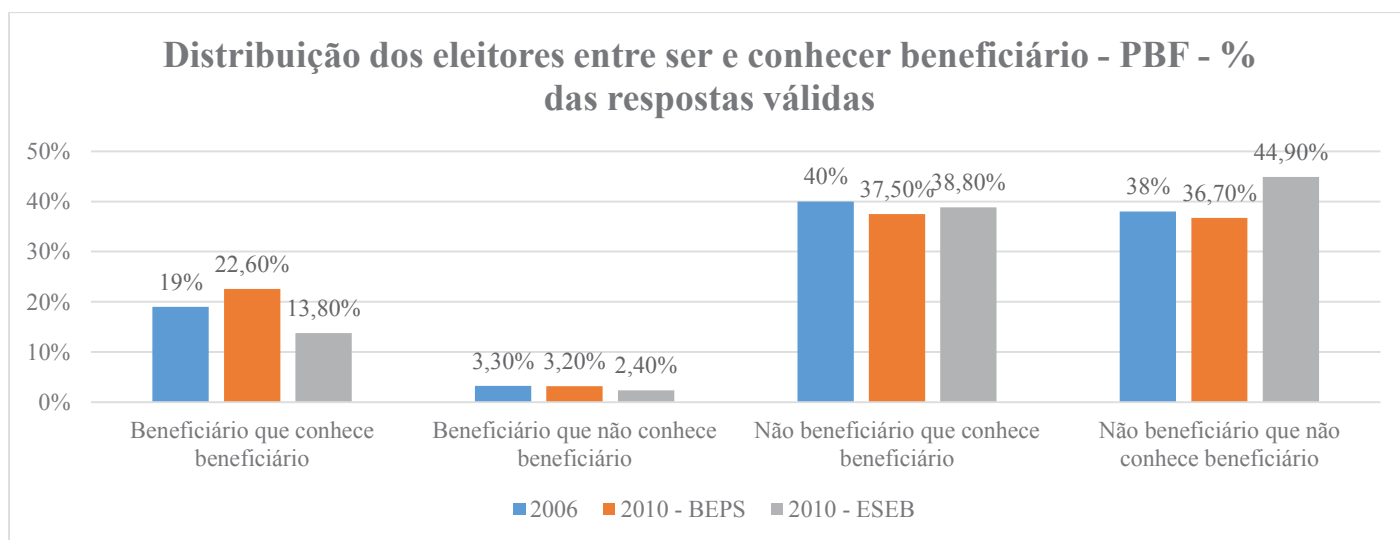
Primeiramente, cabe notar que a porcentagem de pessoas que relatam morar em um domicílio incluído no PBF se aproxima fortemente dos dados oficiais na pesquisa do *Vox Populi* de 2006 e no BEPS de 2010. Enquanto os *surveys* observam 22 e 25,8% respectivamente, os dados governamentais indicam 19% em 2006 e 22% em 2010 (MDS,

2016), o que reforça a confiabilidade na mensuração das pesquisas. O ESEB, no entanto, apresenta uma defasagem maior.

Em segundo lugar, é importante para meu problema de pesquisa, a porcentagem de pessoas que relata conhecer alguém beneficiário do programa é considerável, atingindo a maioria do eleitorado nas três pesquisas.

Os gráficos abaixo apresentam a porcentagem de pessoas que se encontra em cada possibilidade de cruzamento de ambas as perguntas: beneficiário que conhece beneficiário; beneficiário que não conhece beneficiário; não-beneficiário que conhece beneficiário; e não-beneficiário que não conhece beneficiário:

Gráfico 2.2



Fonte: elaboração própria

A soma entre beneficiário e não-beneficiário que conhece pessoas incluídas no programa atinge a maioria dos eleitores tanto em 2006, quanto em 2010. Além disso, exceto no ESEB, mais da metade dos não-beneficiários do PBF conhece alguém que participa do programa social. Essa informação tem potencial importante para se estimar o efeito eleitoral indireto do PBF pois, cabe lembrar, os não-beneficiários representam cerca de $\frac{3}{4}$ do eleitorado. A literatura, ao se focar ou interpretar apenas o impacto do programa entre os beneficiários, pode estar ignorando o tamanho da dimensão do impacto do PBF.

Para finalizar essa seção, apresento resultados de modelos de regressão logística multivariados sobre os determinantes de ser e de conhecer beneficiário do PBF. Utilizo

variáveis independentes tanto relacionadas às características individuais quanto às localidades de moradia: escolaridade, renda, gênero, idade, raça (no caso do BEPS e ESEB), região, porte do município e se este é urbano ou rural⁵³.

Esse exercício empírico é importante para confirmar que o perfil social dos beneficiários condiz com as informações oficiais oriundas do Cadastro Único⁵⁴, diferentemente de outros *surveys* analisados pela literatura, e também para mostrar que as características sociais importam menos para predizer o conhecimento de beneficiário do que pra ser um, o que reforça a importância da mensuração aqui adotada, pois revela que o PBF pode influenciar um grupo mais heterogêneo do eleitorado do que se supõe quando se foca apenas nos beneficiários.

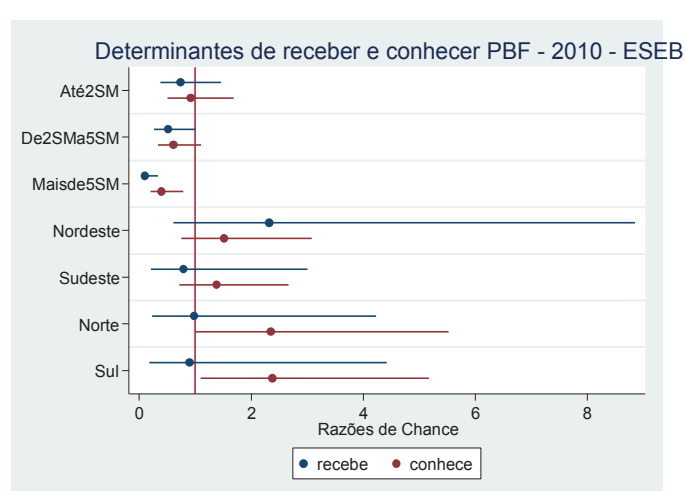
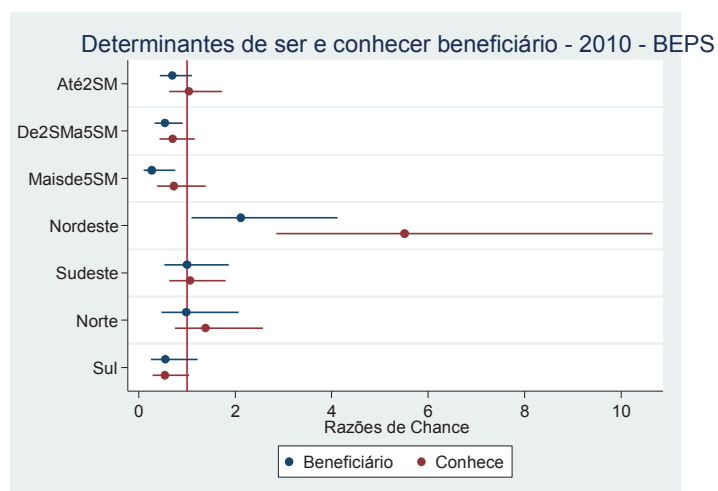
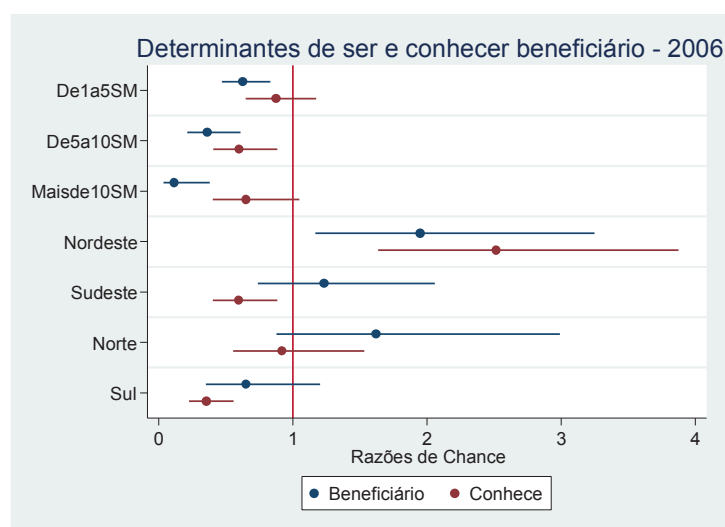
Para facilitar visualização, mostrarei aqui apenas os resultados das razões de chance das variáveis renda e região. A primeira é uma *proxy* importante da posição dos indivíduos na estratificação social. A escolha de se focar também na distribuição regional se deve à importância que essa variável assume no debate sobre as eleições presidenciais recentes, onde o efeito do PBF é conjugado a uma visão maior sobre um realinhamento que teria ocorrido a partir de 2006, quando o PT passou a receber maior apoio no Nordeste em detrimento do Sudeste, inversão em parte explicada pelas diferenças regionais na distribuição do PBF⁵⁵.

⁵³ Todas as variáveis foram tratadas como categóricas.

⁵⁴ Instrumento do governo federal para cadastrar e identificar beneficiários dos programas sociais.

⁵⁵ As categorias de referência são: renda até 1 S.M. e região Centro-Oeste.

Gráfico 3.2 – Determinantes de receber e conhecer PBF



Os resultados encontrados são condizentes com os perfis sociais oficiais dos beneficiários (Camargo *et al.*, 2013): renda apresenta associação negativa com receber PBF, indicando que as pesquisas apresentam mensuração adequada.

Esses resultados se diferenciam dos encontrados por Bohn (2011) e Lício *et al.* (2009), que não encontraram diferenças significativas no perfil social entre beneficiários e não-beneficiários na análise do LAPOP⁵⁶.

⁵⁶ Ambos os trabalhos utilizam o LAPOP, mas em ondas diferentes da pesquisa: Bohn (2011) analisa a pesquisa coletada em 2007, e Lício *et al.* (2009) a onda de 2008. Esse resultado indica que, provavelmente, o questionário utilizado pelos autores contenha problemas de amostragem.

Além disso, uma comparação entre as razões de chance dos diferentes modelos indica que o perfil social de quem conhece beneficiário tende a ser ligeiramente mais heterogêneo, ou dito de outro modo, que as diferentes categorias sociais predizem menos conhecer que ser beneficiário.

Isso é analiticamente importante pois levanta a possibilidade do PBF influenciar o comportamento eleitoral de um leque social maior do eleitorado, possibilidade essa que o foco apenas nos beneficiários não permite acessar⁵⁷.

Chamo atenção para um padrão interessante apresentado pela variável região: nas três pesquisas analisadas, indivíduos de todas as regiões do País, em comparação com o Nordeste, tendem a apresentar menor probabilidade de ser beneficiário e de conhecer um beneficiário, ainda que em algumas ocasiões as diferenças não são estatisticamente significativas. No entanto, a magnitude do impacto aqui é inversa à da renda: a região tende a importar mais para determinar o conhecimento de beneficiário que para determinar ser incluído no PBF.

Impacto eleitoral

Nesta seção emprego modelos multivariados que procuram estimar determinantes do voto nos candidatos incumbentes do PT no primeiro turno das eleições de 2006 e 2010. Para tanto, utilizo regressões logísticas, nas quais a variável dependente assume valor “1” se a intenção de voto (ou o voto reportado) tem como direção este partido, e “0”, se a intenção é sufragar outro partido (ou o voto reportado foi em direção a outra legenda)⁵⁸.

Minha decisão por utilizar regressões logísticas e não modelos multinomiais logística, como parte da literatura vem utilizando, tem justificativas metodológicas e também substantivas. De um lado, a regressão multinomial logística não é nada mais que diversas regressões binomiais logísticas calculadas de dois a dois, em todos os pares de categorias da variável dependente. Esse procedimento mantém, portanto, o pressuposto da IAI (independência das alternativas irrelevantes) e não modela uma escolha eleitoral pautada por um ambiente multidimensional (Alvarez e Nagler, 1998), justamente não cumprindo a motivação principal da literatura para adotar esse modelo.

⁵⁷Como seria de se esperar, resultados não mostrados aqui indicam que é elevado o impacto de ser beneficiário em conhecer outra pessoa nessa situação.

⁵⁸ Eleitores que declararam intenção ou voto em branco e nulo foram excluídos da análise.

De outro lado, as teorias formuladas sobre o impacto eleitoral do PBF não dizem nada sobre como se essa política impactaria negativamente mais o PSDB ou outro partido concorrente, como o PSOL em 2006 ou o PV, em 2010, por exemplo. O que as teorias procuram testar é somente se o PT, o partido incumbente e formulador da política, tem retorno eleitoral do PBF. Por isso, regressões logísticas são apropriadas.

É importante, inicialmente, verificar se as frequências das coletadas pelas pesquisas se aproximam dos resultados eleitorais efetivos:

Tabela 1.2

Distribuição das intenções de voto e resultados oficiais - % das respostas e votos válidos – 1º turno					
	2006 Vox Populi	Resultado oficial	2010 BEPS	2010 ESEB	Resultado oficial
PT	54,2%	48,6%	49,6%	50,5%	46,9%
~PT	45,8%	51,4%	50,4%	49,5%	53,1%

Fonte: elaboração própria

Os dados dos *surveys* são similares aos resultados eleitorais oficiais, o que contribui para trazer confiabilidade⁵⁹ às pesquisas utilizadas.

Para cada ano, 2006 e 2010, utilizo dois modelos. O primeiro contém apenas a variável que mensura ser beneficiário do PBF. Esse é o modelo padrão da literatura, a partir da qual se costuma derivar o impacto total do programa social no comportamento eleitoral. Chamo-o de *modelo de efeito direto*.

O segundo modelo adiciona a variável que mensura conhecimento de beneficiário do PBF. Chama-o de *modelo de efeito direto e indireto*. A partir dele, pode-se verificar se o fato de conhecer um beneficiário tem efeito no comportamento eleitoral, além de comparar a magnitude dos efeitos diretos e indiretos.

Como variáveis de controles, mantenho os mesmos utilizados acima, ou seja, escolaridade, renda, gênero, idade, raça (no caso do BEPS e ESEB) região, porte do município e urbano/rural, com a inclusão da variável religião para os *surveys* do ESEB e BEPS, de 2010. As variáveis são tanto atributos individuais socialmente relevantes e potencialmente importantes do ponto de vista do comportamento político, quanto características das localidades dos eleitores diretamente ligadas ao debate sobre as eleições presidenciais brasileiras recentes e o papel do PBF, permitindo um diálogo com

⁵⁹ Ver a crítica de Zucco e Power (2013) a Bohn (2011) sobre esse ponto.

outros artigos da tese, e demais estudos na literatura, que tratam de dados agregados ao nível municipal.

Não incorporo algumas variáveis tradicionais da literatura, como identificação partidária e ideologia, novamente por razões metodológicas e substantivas. Essas medidas apresentam muitos *missing cases*, e, no caso da ideologia, é questionável o significado substantivo atribuído pelo eleitor à escala esquerda-direita (Ames e Smith, 2010; Oliveira e Turgeon, 2015). Quanto à identificação partidária, além de ser um atributo minoritário no eleitorado, é em grande medida endógeno à eleição: períodos e tendências eleitorais influenciam maior ou menor adesão aos partidos.

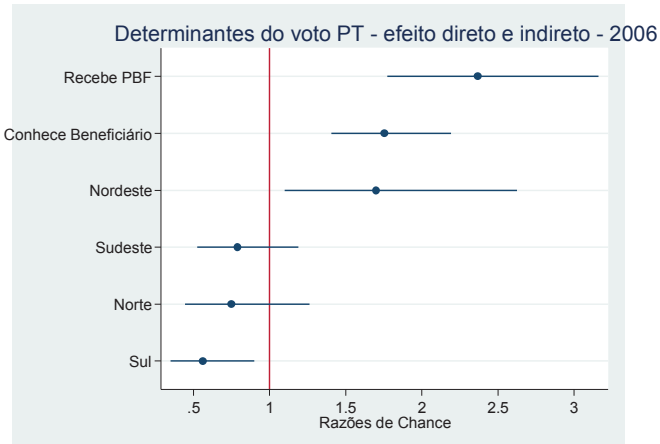
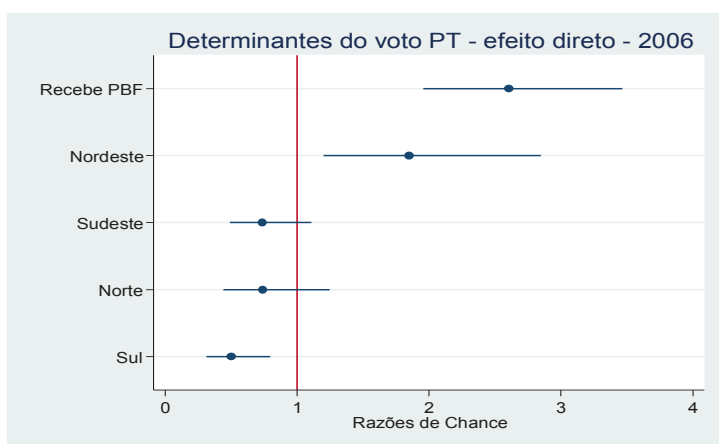
Por fim, e aqui seguindo a maior parte da literatura, cabe notar que nos modelos estimados não controlo pelo voto na eleição anterior. Ainda que importante para o debate sobre realinhamento eleitoral, de modo geral os *surveys* contêm consideráveis erros de medida na mensuração de votos defasados⁶⁰. A pesquisa do ESEB, por exemplo, mostra que o PT obtivera mais de 75% dos votos válidos no primeiro turno de 2006, sobrevalorizando em cerca de 30 pontos percentuais a votação efetiva recebida pelo partido⁶¹. Dessa forma, é importante ter em mente que os efeitos estimados do PBF não incidem sobre a mudança de comportamento eleitoral entre os pleitos de 2002-2006 e 2006-2010, ao contrário das análises eleitorais realizadas em outros capítulos da tese.

Assim como nos modelos anteriores, na apresentação de resultados no corpo do texto, de modo a facilitar a visualização, privilegio apenas as razões de chance das variáveis referentes ao PBF (receber e conhecer) e às regiões (Sudeste, Nordeste, Sul e Norte, como Centro-Oeste como referência). Os resultados completos de todas as variáveis de controle encontram-se no anexo.

⁶⁰ Essa é uma das principais críticas de Power e Zucco (2013) à análise de Bohn (2013).

⁶¹ E na verdade, as pesquisas do BEPS e Vox Populi sequer contam com uma pergunta sobre voto na eleição anterior.

Gráfico 4.2 – Determinantes de voto no PT – 2006



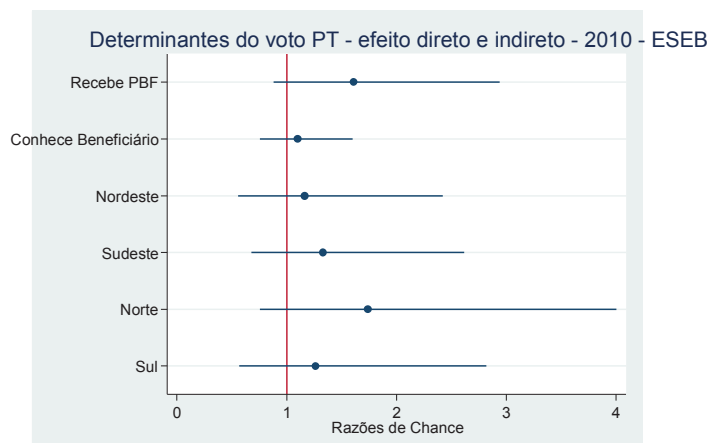
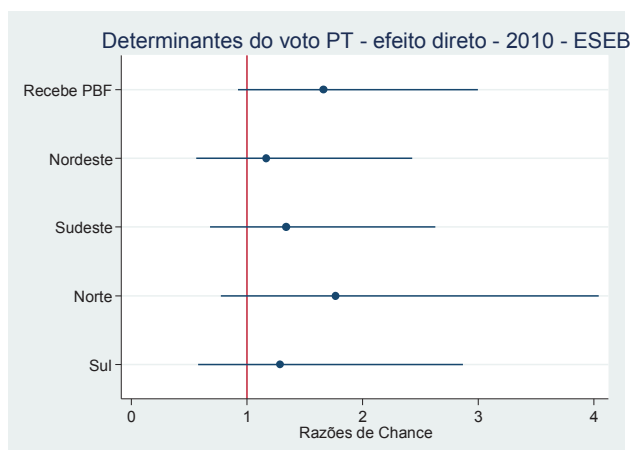
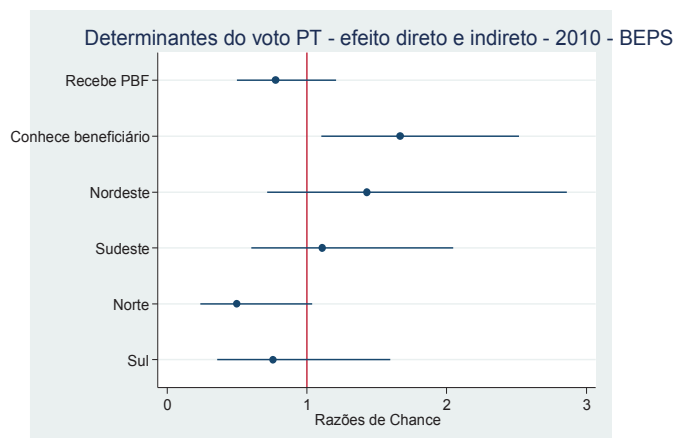
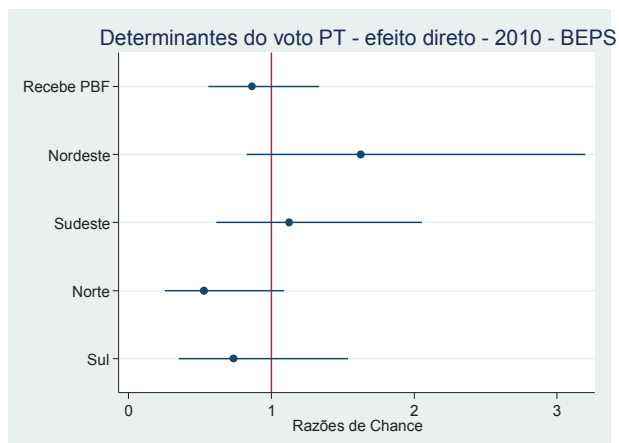
Os resultados para a eleição de 2006 são claros: indivíduos que recebem PBF têm maior probabilidade de votar no PT, como a literatura já ressalta, mas também pessoas que conhecem beneficiários apresentam maior razão de chance de sufragar o partido. A magnitude dos impactos é também semelhante.

Ou seja, a importância do PBF para o pleito de 2006 vai muito além de seu impacto positivo em direção ao incumbente entre os beneficiários, grupo que constitui cerca de 20% do eleitorado. Pessoas que relatam que conhecem “vizinhos, amigos, parentes mais distantes” beneficiários do programa de transferência, um grupo muito maior, apresentam também maior probabilidade de votar no PT. E esse resultado ocorre mesmo após “controlar” o efeito de ser o próprio respondente beneficiário (abaixo aprofundarei esse raciocínio).

Cabe notar que a *dummy* de Nordeste apresenta um resultado positivo e significativo. Conforme noto em outro capítulo desta tese, analisando dados ao nível dos municípios, esse resultado mostra que eleitores do Nordeste tem maior propensão à votar no PT independente do PBF.

Vejamos agora o resultado dos modelos para as duas pesquisas sobre o pleito de 2010.

Gráfico 5.2 – Determinantes de voto no PT – 2010



Diferentemente do anterior, os resultados para a eleição de 2010 são menos conclusivos. Ser beneficiário do PBF não apresenta impacto na direção do voto, tanto na pesquisa do BEPS, quanto no ESEB. Os resultados oriundos deste último levantamento são similares aos encontrados por outros estudos (Nicolau, 2014; Peixoto e Rennó, 2011⁶²). Compartilho da “surpresa” relata por Nicolau (2014: 324) com esse resultado

⁶² Amaral e Ribeiro (2016) também não encontram efeito do PBF na análise do ESEB de 2014.

nulo bem como com sua possível explicação: a redação da pergunta, que questiona sobre participação direta no PBF, e não no domicílio, pode ter subestimado o número de beneficiários na amostra, impactando as estimativas.

Zucco (2013; 2015) e Zucco e Power (2013) encontram efeito de ser beneficiário do PBF na pesquisa BEPS, porém os autores trabalham com a última onda da pesquisa, o que aqui não foi possível pois esta não continha a pergunta necessária para mensurar efeito indireto do PBF.

No entanto, a despeito dos resultados nulos do efeito direto, o impacto de conhecer beneficiário se mostrou positivo e estatisticamente significativo na pesquisa do BEPS. Indivíduos que relatam que conhecem pessoas beneficiárias da sua família ou outras, que não vivem em suas casas, apresentaram mais chances de votar no PT que pessoas que não conhecem. Cabe assinalar que as *dummies* regionais não se mostram significativas na análise de ambas pesquisas.

Para dimensionar a magnitude dos impactos diretos e indiretos do PBF, procedo a um tipo de estimação de resultados, o AME (*Average Marginal Effect*), que permite verificar o impacto na probabilidade de voto no PT quando *se altera apenas algumas variáveis de interesse, mantendo as demais variáveis tais como observadas em cada unidade*⁶³.

Procederei a essa exercício da seguinte maneira: a partir do modelo de efeito direto e indireto, verificarei, para toda a amostra, qual é o impacto de ser beneficiário na probabilidade de voto no PT. Depois, o impacto de conhecer beneficiário. Por último, o impacto de conhecer beneficiário, dado que o respondente não é beneficiário, sempre com as outras variáveis mantidas tais como observadas.

Esses diferentes cenários permitem verificar a importância de conhecer beneficiário na decisão do voto. Se assumirmos 0,5 o limiar de probabilidade acima do qual a eleitora tende a votar no PT, e abaixo do qual tende a sufragar algum partido da oposição, é importante verificar quando os efeitos médios implicam em cruzamento ou ultrapassam neste ponto de corte da probabilidade de voto. Nessa perspectiva, conforme

⁶³ A utilização do AME para demonstrar efeitos substantivos é defendida por Hanmer e Kalkan (2013) e Long e Freese (2014).

mostrarei abaixo, os resultados mostram que o efeito indireto é, em geral, mais importante que o direto.

De modo a verificar como esses efeitos ocorrem regionalmente, repito os mesmos cálculos para sub-amostras de indivíduos residentes no Nordeste e no Sudeste, as regiões mais importante para o debate sobre realinhamento e efeito do PBF. Em consonância com outro capítulo da tese, os resultados mostram que, de modo geral, o programa foi mais importante para decidir a direção de voto no Sudeste que no Nordeste.

Vejamos:

Tabela 2.2 - AME – eleição 2006

Nacional	Mudança	De	Para	<i>p-value</i>
Beneficiário	0.182	0.508	0.690	0.000
Conhece beneficiário	0.122	0.475	0.597	0.000
Conhece não-beneficiário	0.129	0.410	0.539	0.000
Nordeste				
Beneficiário	0.141	0.702	0.842	0.000
Conhece beneficiário	0.105	0.663	0.768	0.000
Conhece não-beneficiário	0.123	0.582	0.705	0.000
Sudeste				
Beneficiário	0.199	0.435	0.634	0.000
Conhece beneficiário	0.130	0.404	0.534	0.000
Conhece não-beneficiário	0.132	0.366	0.497	0.000

Na pesquisa sobre o pleito de 2006, todos os efeitos marginais médios de ser beneficiário e conhecer uma pessoa com esse perfil são estatisticamente significativos. No entanto, ainda que a magnitude pontual da mudança na probabilidade de voto ocasionada por ser beneficiário seja maior que a oriunda de conhecer um⁶⁴, esse último efeito é mais importante substantivamente.

Na amostra nacional, o impacto de receber o PBF na decisão de voto incide sobre uma *baseline* de eleitores já inclinados a votar no partido, pois a probabilidade estimada de se votar no PT quando se atribui valor zero à variável sobre ser beneficiário do PBF e se mantém todas as outras tal como observadas é de 0,508. Em outros termos, receber o PBF mais reforça uma tendência de direção de voto que altera de fato a preferência eleitoral.

⁶⁴ Entretanto, considerando-se o intervalo de confiança de 95% (dados não mostrados aqui), os efeitos são similares, o que reforça ainda mais a importância dos efeitos indiretos.

Alterações na preferência do eleitor ocorrem, antes, por meio da variável que mensura conhecimento de beneficiário. Na amostra nacional, tanto entre eleitores no geral, quanto naqueles que não são beneficiários, o fato de conhecer indivíduo incluído no programa de transferência de renda implica em alterações na probabilidade de direção de voto, cruzando o limiar de 0,5.

Os efeitos regionais também mostram resultantes importantes analiticamente: tanto o efeito direto quanto o indireto têm maior magnitude pontual na sub-amostra do Sudeste que na do Nordeste⁶⁵. Em consonância com outras análises a partir de dados agregados apresentados nessa tese, pode-se verificar que no Nordeste a probabilidade de votar no PT é extremamente alta, independente de receber ou conhecer beneficiário do PBF.

No Sudeste, ao contrário, esse apoio eleitoral depende mais da política social: ser beneficiário e conhecer beneficiário, mantendo as outras variáveis tais como observadas, são cruciais para alterar uma situação de maior propensão de voto às oposições em direção à maior propensão de voto no PT.

Vejamos agora esses mesmos cálculos para as pesquisas sobre a eleição presidencial de 2010:

Tabela 3.2 - AME – eleição 2010 - BEPS

Nacional	Mudança	De	Para	<i>p-value</i>
Beneficiário	-0.057	0.522	0.466	0.257
Conhece beneficiário	0.102	0.443	0.544	0.040
Conhece não-beneficiário	0.102	0.430	0.532	0.040
Nordeste				
Beneficiário	-0.054	0.682	0.627	0.263
Conhece beneficiário	0.099	0.568	0.667	0.048
Conhece não-beneficiário	0.099	0.563	0.662	0.045
Sudeste				
Beneficiário	-0.059	0.500	0.441	0.257
Conhece beneficiário	0.106	0.430	0.536	0.038
Conhece não-beneficiário	0.106	0.432	0.538	0.039

⁶⁵ Ainda que, novamente, os intervalos de confiança de 95% se cruzam

AME – eleição 2010 - ESEB

Nacional	Mudança	De	Para	<i>p-value</i>
Beneficiário	0.089	0.470	0.559	0.203
Conhece beneficiário	0.037	0.462	0.498	0.400
Conhece não-beneficiário	0.037	0.449	0.486	0.400
Nordeste				
Beneficiário	0.090	0.478	0.567	0.203
Conhece beneficiário	0.037	0.475	0.512	0.400
Conhece não-beneficiário	0.038	0.446	0.483	0.399
Sudeste				
Beneficiário	0.090	0.458	0.547	0.205
Conhece beneficiário	0.037	0.448	0.485	0.400
Conhece não-beneficiário	0.037	0.440	0.477	0.400

Como já notado na análise das razões de chance, os impactos do PBF nas pesquisas sobre o pleito de 2010 tendem a ser não significativos. No entanto, os únicos resultados significativos são o efeito de ser conhecer beneficiário na pesquisa BEPS. Mais ainda, assim como no caso do Vox Populi de 2006, esses impactos são substantivos e mais importantes no Sudeste que no Nordeste, pois alteram a direção partidária das probabilidades médias de voto, cruzando o limiar de 50%.

Considerações finais

Qual é o impacto do Programa Bolsa-Família no comportamento eleitoral brasileiro? Qual é o mecanismo que transforma “bolsas em votos”? Neste capítulo busquei examinar estas perguntas a partir da análise das eleições presidenciais de 2006 e 2010.

Como procurei defender aqui, grande parte da literatura tem como pressuposto que o PBF influencia o resultado eleitoral apenas por meio de seu impacto na decisão do voto do eleitor beneficiário do programa – o que chamei de efeito direto. Os demais indivíduos, cerca de 80% dos eleitores, seriam alheios ou indiferentes ao programa de transferência de renda.

Essa visão tem como suposto ou implica em um modelo no qual as políticas públicas impactam única, direta e mecanicamente seus beneficiários, sem passar pela lógica da competição eleitoral e nem por mobilizações ou contatos pessoais. Seja baseado em uma lógica clientelista, seja nos modelos de política distributiva, tem-se como pressuposto que os benefícios alocados pelo governo aos mais pobres podem constituir causa suficiente para afetar seu comportamento eleitoral, ao passo que os demais eleitores decidiriam seu voto com base em outras questões.

Procurarei ressaltar fatos, mecanismos e teorias que reforçam a importância de fatores contextuais na conformação dos comportamentos individuais. Menos que uma relação direta e mecânica entre receber benefício e votar no incumbente, importa analisar como o conjunto do eleitorado, que tem contato com o programa de diversas maneiras, pode ser impactado na sua decisão de voto.

Particularmente, um mecanismo é importante para o impacto eleitoral indireto do PBF: o fato do respondente conhecer um beneficiário do programa. Nas palavras de Przeworski e Sprague (1986: 7) “the causes of individual behavior are produced by people in interaction with one another”. O suposto é que contatos pessoais com beneficiários podem influenciar a decisão de voto do eleitor, dado que a política de transferência é fortemente mobilizada eleitoralmente.

As análises para a eleição de 2006 indicam que o efeito indireto foi tão importante quanto o direto na decisão de voto do eleitor. Controlando por todas as variáveis, - inclusive por ser beneficiário-, indivíduos que conheciam pessoas incluídas no programa social apresentam um aumento na probabilidade de votar no PT semelhante ao aumento estimado oriundo do próprio respondente receber o benefício.

As estimativas de efeito substantivo das variáveis reforçam a importância do efeito indireto: ele é mais importante para alterar a probabilidade da direção do voto que o efeito de ser beneficiário. Em outras palavras: conhecer alguém que seja beneficiário do Bolsa Família impacta mais na decisão do voto em direção ao PT que simplesmente ser beneficiário do PBF.

As análises para a eleição de 2010 apresentam resultados menos conclusivos. Tanto as estimativas oriundas do BEPS quanto o ESEB mostram que o efeito de ser beneficiário é nulo. No entanto, no caso da primeira pesquisa, conhecer um beneficiário

apresenta um resultado significativo, e tal como no *survey* de 2006, é importante para alterar a direção predita de voto a favor do PT⁶⁶.

Por fim, os resultados revelam um aspecto crucial para o debate entre PBF e o realinhamento das eleições presidenciais brasileiras. Assim como na análise de dados agregados exposta no primeiro capítulo, o impacto da política social é maior e mais importante substantivamente no Sudeste que no Nordeste. Na primeira região, tanto o efeito direto quanto o indireto tem maior magnitude para alterar a direção de voto, evidências de que a política social gerou maior polarização entre eleitores do Sudeste, o que corrobora análises ao nível das urnas do capítulo 3.

Como conclusões gerais, gostaria de ressaltar uma de caráter mais metodológico e de desenho de pesquisa, e outra mais substantiva. Na primeira, penso que o debate sobre as diferenças entre dados agregados e individuais pode tomar outro rumo. Para além de discutir as limitações impostas pela inferência ecológica ou pelos erros de mensuração de *surveys*, trata-se de pensar como cada tipo de unidade de análise se relaciona com os problemas de pesquisa colocados e como pode iluminar partes do fenômeno.

Do ponto de vista substantivo, a discussão aqui proposta toca na necessidade de se repensar os mecanismos por meio dos quais o PBF influencia o resultado eleitoral. Antes que uma relação direta e automática entre receber o benefício e apoiar o governo, trata-se de chamar atenção para a importância da mobilização política e de contatos pessoais entre eleitores que perpassam a efetividade de qualquer política pública e estratégia partidária.

⁶⁶ A despeito de seu resultado nulo, minha justificativa para utilizar o ESEB é fruto tanto da intenção de dialogar com outros estudos da área, quanto de reforçar a sugestão de Nicolau (2014) que essa pesquisa possa estar incorrendo em problemas de amostragem ou de redação da pergunta, alertando para as aplicações futuras.

Capítulo 3

O efeito do PBF e o realinhamento nas eleições presidenciais:

As dimensões agregada, individual e a falácia distrital

A competição eleitoral, como muitos objetos de estudo da Ciência Política, consiste em resultado agregado de comportamentos individuais. O voto é um ato individual, mas também um fenômeno social e político, nos seus determinantes e nas suas consequências (Przeworski e Sprague, 1986). Cada partido traça sua estratégia, mas o sucesso de sua empreitada depende, além da aleatoriedade inerente aos acontecimentos sociais, das respostas heterogêneas dos eleitores, das estratégias dos demais partidos e das características gerais do conjunto do sistema partidário e do sistema eleitoral⁶⁷.

A relação entre as dimensões macro e micro dos fenômenos sociais perpassa grande parte do desenvolvimento teórico e metodológico das Ciências Sociais. Efeitos emergentes, contextuais, de *cluster*, multiníveis, *cross-level*, composicionais são alguns dos conceitos utilizados para pensar a interação entre variáveis individuais e fenômenos agregados (Cho e Manski, 2010; Sprinz, 2000; Coleman, 1994; King, 1997; Achen e Shively, 1995; Dogan e Rokkan, 1969).

A competição eleitoral, no entanto, tem uma peculiaridade. Ela apresenta um elemento central e específico que faz a mediação entre indivíduos e o resultado agregado: as regras eleitorais que determinam a transformação de votos em cadeiras e delimitam geograficamente os distritos. Os votos de cada eleitor são somados e convertidos em cadeiras de acordo com regras determinadas, que definem, além dos mecanismos matemáticos de conversão, os limites geográficos onde os sufrágios serão agregados, ou em outros termos, os distritos eleitorais.

Ainda que Ciência Política há muito tempo se debruce sobre o impacto das regras eleitorais, procurarei demonstrar neste capítulo que a devida incorporação da dimensão do distrito eleitoral tem consequências importantes para teses correntes acerca das eleições presidenciais brasileiras. Existe praticamente um consenso, ainda que com

⁶⁷ Cabe lembrar a ideia sempre presente nos estudos partidários de que o *sistema* partidário não se resume a simples soma de partidos individuais.

exceções e refinamentos, de que a distribuição do Programa Bolsa-Família (daqui em diante, chamado PBF), programa de transferência de renda iniciado em 2003 implementado pelo PT (a partir da unificação de programas formulados pelo PSDB), foi importante para a conformação dos resultados eleitorais presidenciais de 2006 a 2014, ajudando a explicar as eleições e reeleições de candidatos desse partido.

Conforme discutido adiante, diferentes estudos mostram que localidades com maior proporção de beneficiários e indivíduos que residem em domicílio incluído no programa social tendem a apoiar mais fortemente as candidaturas do PT. Outra tese central sobre as eleições presidenciais brasileiras recentes é a de que as bases eleitorais do PT teriam passado por um realinhamento a partir de 2006: desde então este partido, nos pleitos presidenciais, receberia maior apoio no Nordeste, nas cidades mais atrasadas, e entre eleitores pobres e de menor escolaridade, e teria perdido força na sua antiga base do Sudeste e Sul, nas grandes metrópoles, e entre eleitores de classe média, ricos e com maior escolaridade.

As análises e os diagnósticos da literatura perpassam ou têm como substrato os níveis agregado e individual da competição eleitoral e suas interações. O efeito do PBF ocorre apenas no eleitor beneficiário do programa social ou pode impactar outros indivíduos, por meio de contatos pessoais, de sua importância na economia local ou por influenciar a formação de opiniões e posições políticas eleitoralmente relevantes⁶⁸? O realinhamento eleitoral diagnosticado pela literatura consistiu principalmente pela perda de força do PT nas cidades e regiões ricas em contraposição à sua maior penetração nas cidades e regiões pobres, ou ocorreu também um movimento entre estratos sociais, no qual o partido perde base na classe média e ganha entre os pobres? Qual desses movimentos teria sido mais pronunciado?

Mesmo com a importância dessas questões para as explicações correntes, a relação entre os níveis macro e micro, com poucas exceções⁶⁹, não recebeu devida atenção. No mais das vezes, quando se depara com esses tópicos, a tendência da literatura, mesma a que trabalha com dados ao nível dos municípios, é sempre alertar para os perigos da “falácia ecológica”, ou seja, conforme discutirei melhor adiante, ressaltar que não se pode inferir comportamentos individuais a partir de dados agregados. Mesmo trabalhos que se

⁶⁸ Uma proposta de estimar efeitos do PBF em indivíduos que conhecem beneficiários do programa é objeto de outro capítulo da tese.

⁶⁹ Como Zucco (2010; 2013; 2015), Zucco e Power (2013) e Corrêa (2015a), que serão debatidos adiante.

baseiam em dados ao nível dos municípios afirmam, explicita ou implicitamente, que dados individuais são, em tese, os mais adequados para a análise eleitoral das eleições presidenciais brasileiras.

Neste capítulo, procuro argumentar que a ênfase na crítica aos dados agregados, além de perder de vista a importância dos efeitos indiretos ou contextuais para a conformação de preferências eleitorais individuais, não impede que a literatura cometa outros tipos de falácia ecológica. Notadamente, chamo atenção para uma indevida extrapolação dos efeitos do PBF estimados ao nível dos municípios para o distrito da eleição presidencial. Indevida pois baseada em proporções calculadas sobre eleitorado de tamanho muito heterogêneo. Pode-se dizer que se trata de uma “falácia distrital”.

Nos modelos baseados em municípios, ao ajustar a variável dependente como a porcentagem de votos do PT na cidade, os modelos estatísticos empregados estão estimando *o efeito médio da distribuição do PBF na votação percentual municipal do PT*. A extrapolação direta dos impactos encontrados para o resultado eleitoral implica em assumir que o sistema eleitoral da eleição presidencial brasileira ocorre como um colégio eleitoral com cerca de 5.500 unidades de igual importância. Dentro dessa lógica, 60% de votos em um município de 1.000 eleitores teriam a mesma utilidade para um partido que busca a vitória eleitoral que 60% em um município de 5.000.000 de eleitores. Em outras palavras, ao se concentrar no valor dos coeficientes, implicitamente, assume-se que as unidades de agregação são homogêneas.

No entanto, como é sabido, as eleições presidenciais brasileiras têm como distrito todo o território nacional. Um voto ganho (ou perdido) em uma pequena localidade como Borá (SP) tem o mesmo peso que um voto ganho (ou perdido) em São Paulo. Entretanto, 1% de votos ganhos (ou perdidos) em cada um destes municípios representam valores absolutos completamente diferentes. Em Borá, 1% dos eleitores significam menos de 10 votos em 2006, em São Paulo, cerca de 63.000.

Dessa forma, para modelarmos a competição eleitoral presidencial utilizando municípios como unidade de análise, e existem boas razões para tal, conforme falarei abaixo, devemos levar em consideração *o peso de cada município no distrito nacional*. Como estamos trabalhando com proporções calculadas sobre números absolutos heterogêneos, para saber o efeito sobre o resultado eleitoral é preciso recuperar estes valores. Ao ignorar esse ponto, as interpretações da literatura no que diz respeito à

magnitude do efeito eleitoral do PBF podem estar enviesadas, superestimando seu efeito, caindo em um tipo de falácia ecológica que conceituarei aqui de “falácia distrital”.

Neste capítulo, procuro desenvolver teórica e metodologicamente essas críticas. Minha proposta consiste em recuperar em votos absolutos, município a município, os efeitos percentuais preditos do PBF. O efeito total estimado deste programa de transferência de renda no voto é obtido pela soma dos valores absolutos de todos os municípios. Esse procedimento permite manter o nível municipal como unidade de análise mas pondera os efeitos eleitorais da distribuição do programa social pelo tamanho de cada cidade.

Minha análise se baseia em modelos OLS e multinível *varying-intercept* e *varying-slope*, tal como estimados no capítulo 1 desta tese, e na replicação do modelo de Zucco (2013), de *propensity score matching*, para o pleito de 2006, possibilitando maior robustez ao argumento⁷⁰. Procurarei investigar qual é a mudança do impacto substantivo do PBF no resultado eleitoral quando se altera de uma perspectiva na qual é atribuído, de forma equivocada, o mesmo peso aos municípios, para a minha proposta de recuperar em votos absolutos município a município, levando em consideração efetivamente o distrito eleitoral.

Os resultados mostram que, calculado desta forma, o efeito do PBF é menor do que usualmente se infere. Mais do que isso, os efeitos não podem ser considerados como essenciais para a conformação dos resultados eleitorais, reforçando argumentos presentes em outros capítulos da tese que ressaltam a importância de se enquadrar os retornos eleitorais da política social em uma perspectiva de competição eleitoral mais ampla.

Outro impasse na literatura consiste no melhor entendimento sobre a natureza e os contornos do realinhamento eleitoral de 2006. Não poucas vezes, confundem-se os níveis agregados e individuais das flutuações eleitorais ocorridas no par 2002-2006, tomando-se como sinônimo, por exemplo, mudanças do PT em direção às regiões mais pobres como mudanças em direção aos eleitores pobres.

No entanto, como se sabe, a relação entre os dois fenômenos não é necessária. Uma alta proporção de votos em cidades desenvolvidas (pobres) não significa uma base eleitoral calcada na classe alta (baixa).

⁷⁰ Agradeço fortemente a Rafael Magalhães pela parceria neste trabalho.

De modo a avançar nesses pontos, procedo a uma análise de dados ao nível das seções eleitorais (urnas) com informações sobre os votos nas eleições presidenciais de 2002 e 2006 e o nível de escolaridade dos eleitores inscritos. Essa base de dados permite conjugar, a um só tempo, variação nos perfis sociais dos eleitores (ao nível das urnas) e das cidades e regiões que habitam, possibilitando verificar de modo mais preciso as associações entre perfil social, agregado e individual, e a realinhamento do voto nesses anos.

Os resultados mostram um cenário mais complexo que a narrativa padrão sobre realinhamento faz crer: em 2002 não é forte a associação negativa entre baixa escolaridade e voto no PT, ao contrário da visão generalizada segundo a qual o partido teria sua base eleitoral calcada na classe média. Na verdade, no Sul, Sudeste e em cidades com elevado IDH, essa relação é positiva, indicando que o PT já recebia voto entre os mais destituídos nessas localidades. Apenas no Nordeste a correlação negativa é marcadamente forte.

No entanto, no Nordeste em 2006 a relação entre baixa escolaridade e voto foi pequena, indicando que o PT logrou em boa medida apoio generalizado. No Sudeste e em localidades de todas as regiões com maior desenvolvimento social, ao contrário, a *performance* do partido variou, em 2006, em estreita relação com a baixa escolaridade das urnas, aprofundando ainda mais o padrão já encontrado em 2002.

Em suma, meu argumento busca ressaltar a importância de considerar os níveis micro e macro da competição eleitoral, e particularmente, de recuperar os efeitos percentuais calculados do PBF (e de qualquer outra variável) a nível municipal em número de votos válidos, de acordo com a regra eleitoral da competição presidencial. Do ponto de vista substantivo, ressalto que o efeito do PBF não é determinante do resultado eleitoral, e que as mudanças no perfil social de voto no PT entre 2002 e 2006 assumem padrão heterogêneo em todo país, conforme a região e o desenvolvimento social dos municípios.

Após essa introdução, apresento brevemente a crítica da falácia ecológica formulada por Robinson (1950), sua repercussão nos estudos eleitorais e contra-argumentos formulados pela literatura, ressaltando a contribuição dessa discussão para meu argumento; depois apresento a discussão sobre os efeitos eleitorais do PBF, para em seguida, buscar examinar os impactos substantivos do programa social no resultado

eleitoral. Em seguida, elaboro uma crítica metodológica e conceitual à extrapolação dos efeitos ao nível dos municípios para o resultado eleitoral, para então propor um cálculo alternativo e comparar os resultados, mostrando a magnitude do efeito do PBF quando se considera apropriadamente o distrito eleitoral. Na penúltima seção, discuto como uma consideração adequada da dimensão micro e macro permite avançar no conhecimento sobre o realinhamento eleitoral de 2006, para, ao final, apresentar as conclusões.

Competição eleitoral agregado e individual, geografia eleitoral

As ciências sociais e particularmente os estudos eleitorais foram fortemente impactados pelo artigo de Robinson (1950)⁷¹. O autor demonstra lógica e empiricamente que correlações entre fenômenos medidos ao nível agregado não podem ser imputadas ao nível das unidades que compõe essa agregação.

O exemplo utilizado pelo autor é didático para a exposição desse problema. Suponha-se que se quer estudar a relação entre grau de escolaridade e marcadores sociais da diferença entre os indivíduos. Mais especificamente, se quer saber se analfabetismo está relacionado à raça e à origem nacional.

Utilizando dados censitários dos anos 30 dos EUA, Robinson (1950) encontra que a correlação entre raça e nacionalidade com índices de analfabetismo estimada ao nível dos estados norte-americanos (logo, nível agregado) apresenta valores consideravelmente diferentes (e no caso da origem nacional, até em sentido inverso) aos oriundos de uma correlação ao nível dos indivíduos.

Dito de outra forma, as conclusões que uma analista poderia atingir acerca das relações entre escolaridade e características sociais seriam diferentes, e até mesmo opostas, a se depender do nível de análise considerado. Mais do que isso, e aqui o autor generaliza sua crítica, dado que a unidade de explicação última é o indivíduo, proposições baseadas ao nível agregado correriam o risco de encontrar relações espúrias, incorrendo em diagnósticos explicativos equivocados. Selvin (1958), alguns anos depois, cunhou o termo “falácia ecológica” para designar a influente crítica proposta por Robinson (1950)⁷².

⁷¹ Em maio de 2017, o google acadêmico contabilizava mais de 5000 citações do artigo.

⁷² Cabe notar que os termos “unidade” e “indivíduo” não designa apenas pessoas, mas qualquer unidade de análise que é passível de agregação de alguma forma.

Robinson (1950: 357) encerra seu texto com uma prescrição:

“the purpose of this paper will have been accomplished (...) if it prevents the future computation of meaningless correlation and stimulates the study of similar problems with the use of meaningful correlations between properties of individuals”.

Em certa medida sua intenção foi atingida. Nas palavras de Firebaugh (2001: 4024) *apud* Subramanian *et al.*, 2009) “it would be difficult to overstate the impact Robinson’s article has had on social science research during the second half of the twentieth century”. No campo específico dos estudos eleitorais, a valorização de informações e análises focadas no comportamento individual foi notável.

Desde os anos 50, assistiu-se a uma proliferação de aplicação e análise de *surveys* eleitorais, produzindo talvez a mais extensa bibliografia na Ciência Política. A tradição da “escola de Michigan” do comportamento eleitoral impactou fortemente a disciplina, com ênfase em explicações de cunho cognitivo, como a identificação partidária, coletadas em *surveys* nacionais (Bartels, 2010).

Evidentemente, fatores sociais não eram descartados, mas o foco da explicação estava nas características dos indivíduos. Abordagens vigorosas tais como os estudos de Key Jr (1955; 1959), sobre as dinâmicas de longo-prazo nos resultados eleitorais em unidades agregadas do território norte-americano acabaram sendo relegadas para um segundo plano. Análises ecológicas eram, segundo essa visão, necessariamente falaciosas.

No campo metodológico, a crítica da falácia ecológica estimulou o desenvolvimento de propostas para extrair informações de indivíduos a partir de dados agregados (Goodman, 1953; 1959, Duncan e Davies, 1953; King, 1997, dentre outros), ressaltando a centralidade assumida pelos dados individuais⁷³.

As proposições de Robinson (1950), no entanto, não ficaram inunes à críticas. Já a partir dos anos 60 (Alker, 1969), alguns trabalhos chamam atenção para o que Subramanian *et al.* (2009) iriam cunhar de “falácia individualista”. Basicamente, são dois tipos de argumentos. Primeiro, a ausência de incorporação de variáveis contextuais

⁷³ Procedimentos, que, entretanto, são ainda controversos (Cho, 1998).

acabaria por prejudicar a explicação ao nível dos indivíduos⁷⁴; segundo, alerta-se que as prescrições formuladas por Robinson (1950) acabaram por levar, muitas vezes, a se incorrer em equívoco semelhante ao identificado pelo autor, mas em sentido inverso, a saber, extrapolação de associações encontradas ao nível das unidades para os fenômenos coletivos.

A primeira crítica foi também formulada por Schwartz (1994) como um problema de validade interna e por Hanushek *et al.* (1974) como um problema de especificação do modelo, notadamente viés de variável omitida. De fato, ao replicar os dados de Robinson (1950) incluindo variáveis sobre políticas educacionais estaduais, e portanto, uma dimensão agregada, Subramanian *et al.* (2009) são capazes de explicar melhor a escolaridade individual, fenômeno de interesse do autor.

As críticas ao foco exclusivo em dados individuais reverberam em fortalecimento de algumas técnicas metodológicas, tais como os métodos multiníveis, que permitem modelar precisamente os efeitos conjuntos de variáveis medidas em diferentes níveis de análise⁷⁵ (Gelman e Hill, 2007; Snijders e Bosker, 2012; outros).

A segunda crítica feita à ênfase em dados individuais é importante para esse trabalho. Como nota Schwartz (1994), as perguntas de pesquisa e os fenômenos de interesse muitas vezes não são, e nem devem ser, relativos ao nível micro ou individual, como supõe Robinson (1950). Assim, conclusões sobre o nível agregado a partir de associações analisadas no nível micro são também um tipo de erro de falácia ecológica.

Grande parte dos estudos recentes sobre as eleições presidenciais brasileiras está baseada em análises de dados municipais. Procurarei mostrar abaixo, contra algumas visões, e com base na crítica à “falácia individualista”, que esse procedimento não é inferior à análise de *surveys*, pois possibilita captar efeitos indiretos, de caráter local, sobre o comportamento eleitoral⁷⁶. Trabalhos com dado agregados e individuais devem ser vistos como complementares.

⁷⁴ Sem mencionar ainda outros problemas inerentes ao *survey*, como erro de medida causado por viés de *desejabilidade social* (respostas não sinceras ditadas por constrangimentos sociais), esquecimento por parte do respondente, interpretação incorreta da pergunta, não resposta, etc.

⁷⁵ Esses métodos são utilizados aqui em outro capítulo desta tese.

⁷⁶ Em outro capítulo da tese, procuro elaborar um desenho capaz de captar efeitos indiretos por meio de *surveys*.

No entanto, é importante ter em mente que o distrito eleitoral das eleições presidenciais é o território nacional, e que este não consiste numa média de porcentagens municipais. Extrapolar estimativas do nível municipal para o agregado sem um ponderação adequada implica em cometer um tipo de falácia ecológica, a falácia distrital.

Primeiramente, vejamos como a literatura sobre o caso brasileiro analisa o efeito do PBF no resultado eleitoral.

Estudos sobre eleição presidencial brasileira

Efeito PBF

Uma das teses centrais nos estudos presidenciais recentes é de que o PBF tem importante efeito eleitoral. De modo geral, ainda que não sem importantes exceções e resultados matizados⁷⁷, as análises que trabalham com dados agregados tendem a confirmar a hipótese de que o PBF tem um impacto nos resultados presidenciais, apresentando uma relação positiva com o desempenho do PT⁷⁸ de 2006 a 2014 (Hunter e Power, 2007; Zucco, 2008, 2013, 2015; Nicolau e Peixoto, 2007; Soares e Terron, 2008; Canêdo-Pinheiro, 2015; Marzagão, 2013; Magalhães *et al.*, 2015; Pereira *et al.*, 2015; Zucco, 2015; Martins *et al.*, 2016).

No entanto, os estudos que se detêm na análise de dados individuais, coletados em pesquisa de opinião, apresentam resultados divergentes: enquanto Lício *et al.* (2009), Zucco e Power (2013), e Zucco (2013; 2015) defendem a hipótese de efeito positivo do PBF, Bohn (2011), Nicolau (2014), Peixoto e Rennó (2011) e Amaral e Ribeiro (2016) não encontram evidências nesse sentido.

Alguns trabalhos, como Bohn (2011; 2013), argumentam que os resultados advindos de dados agregados por municípios mostram apenas que existe uma correlação positiva entre porcentagem de famílias beneficiárias do PBF e os votos do PT no município. Por si só, esses resultados não permitem afirmar que são os indivíduos que recebem o PBF que estão votando no partido. Afirmar isso seria incorrer em falácia ecológica.

⁷⁷ Para argumentos mais matizados, ver Carraro *et al.* (2009); Limongi e Guarnieri (2015); Corrêa (2015b).

⁷⁸ Zucco (2013) encontra um efeito também do Programa Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação nos votos para o então incumbente PSDB em 2002.

Para essa visão, o único mecanismo plausível de explicação dos resultados eleitorais deve ser de ordem individual. Os dados agregados, nas palavras de Lício *et al.* (2009), conteriam um “elo perdido” explicativo.

Mesmo estudos baseados em dados agregados, muitas vezes, consideram esse nível um *second-best* em comparação com informações sobre o comportamento individual. Canêdo-Pinheiro (2015: 34, grifos meus), por exemplo, nota que: “por conta do mecanismo do voto secreto, é necessário o uso de dados agregados para investigar o impacto do programa Bolsa Família”. Em nota de rodapé, afirma que “alguns autores tentam contornar esse problema usando dados individuais extraídos de pesquisas de opinião. Entretanto, muitas dessas pesquisas sequer conseguem reproduzir o percentual de votação obtido pelos candidatos nas eleições de 2006. Desse modo, *não há como escapar do uso de dados agregados*”.

No entanto, a discrepância de resultados advindos de modelos baseados em dados agregados com os estimados em bases individuais pode antes indicar que existem diferentes mecanismos em operação no efeito eleitoral do PBF - além de prováveis problemas de amostragem e mensuração de alguns *surveys*, como apontado por Zucco e Power (2013). Particularmente, efeitos indiretos e contextuais no nível local⁷⁹.

Zucco (2015), por exemplo, defende que o número de beneficiários do PBF ao nível municipal impactou o comportamento eleitoral local de não-beneficiários. Diversos estudos quantitativos e qualitativos mostram que a distribuição do programa social é importante para o funcionamento da economia nacional (Mostafa *et al.*, 2010; Neri *et al.*, 2013) e principalmente para a economia local dos pequenos municípios, por seu efeito multiplicativo no comércio de alimentos, medicamentos e vestuário, afetando, portanto, as condições econômicas de não-beneficiários (Paes-Sousa e Vaitsman, 2007; Landim Jr. 2007; Cohn, 2012; Rego e Pinzani, 2013; Marques, 2005).

Nas teorias de comportamento e competição eleitoral, algumas contribuições foram formuladas no sentido de ressaltar a importância de dados agregados. Kramer (1983), por exemplo, procura demonstrar metodologicamente que análises sobre impacto da variação da renda individual no voto a partir de estudos individuais podem estar

⁷⁹ Discuto mais detalhadamente esses aspectos em outro capítulo dessa tese.

enviesados, estimando correlações espúrias. O autor defende que dados agregados são mais adequados para se tratar desse fenômeno.

Wright (1989) argumenta que os resultados eleitorais não são uma mera agregação de comportamentos individuais. O impacto de certas variáveis pode ser diferente entre os níveis micro e macro a depender de fatores contextuais, da mediação efetuada pelos partidos, e, importante para o presente trabalho, das regras dos distritos eleitorais.

Inúmeros trabalhos sobre geografia eleitoral e efeitos de vizinhança mostram a importância do contexto e do espaço local para a formação de preferências e comportamento individual. Alguns, como Huckfelt e Sprague (1986), Zuckerman (2005), dentre outros, mostram que as redes de contato são importante para o comportamento eleitoral; Agnew (1996) e Cox (2005) ressaltam que, em si mesma, a localidade é um elemento chave da competição eleitoral⁸⁰. Nas palavras de Katz e King (1999: 15) “survey research has enormous advantages for studying individual-level preferences, but as analyses of random selections of isolated individuals from unknown geographical locations, they necessarily miss much of electoral politics. As such, they are often best complemented with studies of aggregate electoral returns”

Há, portanto, boas razões para se trabalhar com dados agregados. No caso da eleição presidencial brasileira, quando se utiliza esse tipo de dado, os municípios costumam ser a unidade de análise utilizada⁸¹. Ainda que usada sem justificção na maior parte dos trabalhos, essa escolha parece ser razoável. Zucco (2010) argumenta que diversas políticas públicas do governo federal são distribuídas utilizando em parte critérios baseados em informações ao nível municipal. No caso do PBF, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) estabelece, a partir de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), uma meta estimada de famílias beneficiárias para cada município (ver Fried, 2009; Paes de Barros *et al.*, 2008).

Isso significa que uma das variáveis importantes para conformar os comportamentos individuais dos eleitores e a estratégia dos partidos na competição eleitoral, a saber, a distribuição de políticas e do PBF em particular, ocorrem no plano municipal, ou se se preferir, têm os municípios como mediadores. Outra razão para a

⁸⁰ Para mais detalhes consultar revisão elaborada por Ethington e McDaniel (2007) e o volume editado por Cox (2005).

⁸¹ Hunter e Power (2007) trabalham com nível estadual. Guarnieri e Limongi (2015) apresentam razões para isso: coordenação estadual das campanhas.

escolha das cidades se deve à própria estrutura do federalismo brasileiro. Os municípios são a última instância de poder político e prefeitos podem ter importante poder de *brokers* na intermediação na eleição de outros cargos (Avelino *et al.* 2012; Ames, 1994)

Em suma, é importante utilizar dados agregados para captar efeitos locais no comportamento eleitoral, e municípios parecem ser uma unidade de análise interessante uma vez que neles se dá a distribuição de políticas públicas, ao mesmo tempo que se estruturam as estratégias partidárias.

Como vimos, ao discutir as possibilidades e limites dos níveis de análise, a literatura brasileira tende a ressaltar os problemas de inferência a partir dos dados agregados. No entanto, essa ênfase perde de vista outro ponto mais importante, a saber, a extrapolação dos dados a partir das cidades para a competição presidencial.

Como ressalta King (1996), discutindo conceitos da geografia eleitoral, a escolha do nível de análise deve ser pauta por critérios teóricos e substantivos pertinentes ao objeto sob investigação. Como o fenômeno de interesse dos estudos eleitorais brasileiros é a competição presidencial, é importante ter em mente que o distrito eleitoral é o País, e não os municípios ou qualquer composição entre eles. Isso significa que o efeito do PBF, ou de qualquer outra variável, no resultado eleitoral, não pode ser obtido a partir de resultados médios obtidos a partir dos municípios, pois esses têm peso muito desigual na composição do eleitorado nacional.

Na seção seguinte, busco verificar qual é o efeito substantivo do PBF no resultado eleitoral a partir de modelos e raciocínios padrões da literatura, para depois elaborar críticas a esse tipo de procedimento.

Impacto do PBF

Minha análise dos efeitos substantivos do PBF no resultado eleitoral concentra-se na eleição de 2006, considerada pela literatura eleição crítica, balizadora dos pleitos posteriores. Utilizo, inicialmente, modelos estimados no capítulo 1 desta tese: o modelo básico OLS, cujos resultados estão na tabela 2.1 do referido capítulo, e o modelo multinível *varying-intercept* e *varying-slope*, com UF como segundo nível, cujos

resultados estão na tabela 6.1. Posteriormente, replicarei o modelo de Zucco (2013), de *propensity score matching*.

O leitor poderá consultar o referido capítulo para maiores detalhes dos modelos. Aqui apresento apenas os coeficientes estimados da cobertura do PBF:

Tabela 1.3 – Modelo OLS e multinível

VD % PT 2006	A - OLS	B - Multinível
% PBF	0.332*** (0.0464)	0.260*** (0.0262)
Controles	SIM	SIM
N	5563	5563
adj. R ²	0.726	
Number of groups		27
<i>Random-effects Parameters</i>		
Desvio-padrão (% PBF)		0.1032*** (0.021)
Desvio-padrão (intercepto)		11.9*** (1.755)
Corr (% PBF – intercepto)		-0.716*** (0.144)
Log likelihood		-19496.065

Erros-padrões em parênteses. No modelo OLS, os erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

LR test vs. linear regression: $\chi^2(3) = 1508.78$ Prob > $\chi^2 = 0.0000$

Os resultados de ambos os modelos mostram que o coeficiente do PBF é significativo e a magnitude do efeito encontrado é semelhante a outros da literatura (Zucco, 2008; Corrêa, 2015b).

De modo geral, é a partir da visualização desse coeficiente que se baseia o diagnóstico de que o PBF tem efeitos importantes no resultado eleitoral presidencial, principalmente para o pleito de 2006. Soares e Terron (2008: 270), por exemplo, afirmam que sua “hipótese (...) é que as políticas públicas contaram nas eleições de 2006⁸²”. Hunter e Power (2007: 24) sentenciam que “Lula’s victory in 2006 may well go down in history for its association with the Bolsa-Família”. Corrêa (2015b: 531), em síntese de sua argumentação, diz que “segue a abordagem corrente da literatura de elevar o programa [Bolsa-Família] ao patamar de principal variável explicativa para o padrão eleitoral de 2006”. Lício *et al.* (2009: 37), em balanço da literatura, afirmam que “esse debate deixa

⁸² Apesar do plural, analisam apenas os PBF.

claro que o Programa Bolsa Família teve implicações significativas para o resultado da eleição de 2006”.

Esses efeitos teriam ocorrido também nas eleições posteriores. Analisando o pleito de 2010, Magalhães *et al* (2015: 535) defendem que “os resultados indicam um forte efeito conjunto do Bolsa Família e do ex-presidente Lula para as votações recebidas por Dilma”. Em trabalhos sobre 2014, Zucco (2015) e Martins *et al.* (2016) defendem que o programa social manteve ou mesmo aumentou sua importância eleitoral.

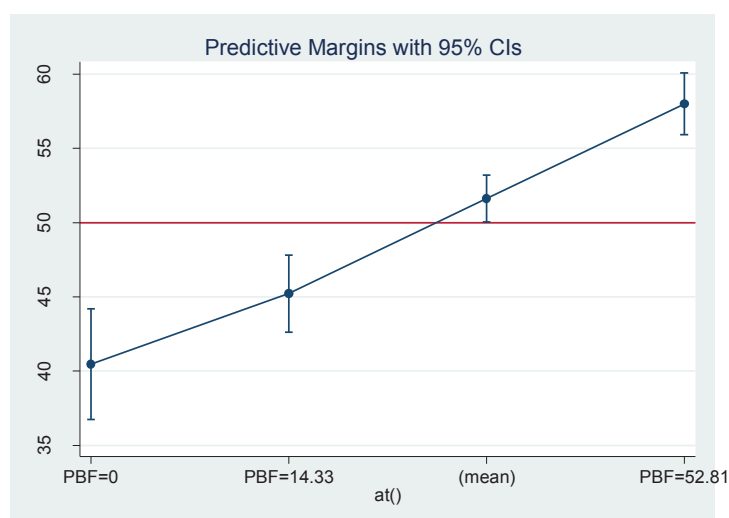
No entanto, como ressaltam King *et al.* (2000), uma simples visualização dos coeficientes e significância estatística não é suficiente para inferir os impactos substantivos das variáveis de um modelo de regressão. O mais adequado é extrair valores esperados ou preditos do fenômeno de estudo de acordo com certas distribuições das variáveis independentes.

Ainda que essa prática seja mais comum nos trabalhos que utilizam modelos não-lineares, - tal como procedem, por exemplo, Canêdo-Pinheiro (2015) e Souza e Cribari Neto (2013), que utilizam regressões beta, -, mesmo em modelos OLS, nos quais o efeito marginal é constante, faz-se necessário exercícios desse tipo, pois os impactos substantivos das variáveis depende da distribuição da amostra.

Nesse sentido, um exercício interessante consiste em comparar o efeito estimado do PBF nos votos do PT ao nível dos municípios quando esta variável assume valor zero, ou seja, em um cenário contrafactual onde ninguém recebe PBF, com cenários preditos a partir de três valores da distribuição do programa social: a cobertura média (que na minha amostra apresenta valor de 33,57%), a cobertura média subtraída de um desvio-padrão (14,33%) e a distribuição média acrescida de um desvio-padrão (52,81%).

Faço os exercícios aqui para o modelo OLS, método mais utilizado pela literatura. No gráfico abaixo, apresento os resultados a partir de um “*average predictive margins*”, onde altero apenas os valores do PBF, seguindo essas especificações, e mantenho as demais variáveis em suas médias, estimando valores preditos da variável dependente.

Gráfico 1.3 – % PT 2006 predito a partir de modelo OLS



Os dados parecem de fato indicar que a cobertura do PBF tem impacto importante na *performance* eleitoral do PT. Se ajustamos à zero a cobertura, o valor predito de votos do PT é 41%. Uma cobertura do PBF de 14,33%, e todas as demais variáveis na média, implica em uma *performance* do partido incumbente de 45%. O valor estimado de votos do PT quando o PBF assume valor médio é 51%. Por fim, uma distribuição do PBF correspondente à média mais um desvio-padrão (52,82%), eleva o desempenho estimado do PT para o patamar de 58%.

Outra forma de se analisar impacto substantivo das variáveis é por meio de simulações (King *et al.*, 2000)⁸³. A tabela abaixo mostra os valores esperados da porcentagem de votos válidos do PT por meio desse exercício, alterando os valores do PBF na mesma escala utilizada anteriormente, mantendo as demais variáveis na média:

Tabela 2.3

Efeito do PBF no % PT - 2006			
	% PT 2006 predito	IC - 95%	
PBF = 0	40,48	36,74	43,96
PBF = Média - DP	45,24	42,64	47,76
PBF = Média	51,63	50,07	53,17
PBF = Média + DP	58,02	55,84	60,13

Fonte: Elaboração própria.

⁸³ Utilizo aqui o Clarify (King *et al.* 2000) que realiza 1000 simulações estocásticas dos parâmetros do modelo a partir de sua distribuição amostral assintótica.

Os resultados das simulações são muito semelhantes às estimativas do gráfico acima, indicando, à primeira vista, que os resultados substantivos extraídos a partir de regressões com base nos municípios parecem confirmar que o Programa Bolsa-Família tem um efeito importante e fundamental no resultado eleitoral, aparentemente justificando os diagnósticos da literatura.

No entanto, uma simples inspeção nos resultados preditos mostra dúvidas quanto à esse procedimento. A se manter todas as variáveis na média, o PT teria mais de 50% dos votos em 2006 (patamar indicado pela linha vermelha no gráfico) e, logo, ganharia as eleições no primeiro turno.

No entanto, se sabe que isso de fato não ocorreu. Essa contradição nos resultados não é explicada por erros na amostra utilizada. Antes, ela revela um problema analítico maior, qual seja, a inadequação de extrapolar resultados da eleição presidencial com base em municípios.

O experimento mental elaborado a partir da próxima seção mostra a importância dessa questão.

Falácia distrital

Imagine um país hipotético composto por quatro cidades, como no quadro abaixo. A cidade A, a maior de todas, teve 1000 votos válidos em uma eleição presidencial. A cidade B apresentou 100, e as C e D, tiveram 10 votos válidos cada, totalizando 1120 votos válidos nacionais.

Quadro 1.3 – Eleição presidencial país hipotético

Cidade	Votos válidos	Votos partido A	Votos partido B	% partido A	% partido B
A	1000	600	400	60	40
B	100	40	60	40	60
C	10	2	8	20	80
D	10	4	6	40	60

Fonte: Elaboração própria.

Existem dois competidores. O partido A obteve 600, 40, 2 e 4 votos, em cada cidade respectivamente. Isso significa 60%, 40%, 20% e 40%. O partido B, de forma complementar, teve 40%, 60%, 80% e 60% de votos em cada cidade.

Vamos supor que neste país hipotético os juízes eleitorais podem escolher entre dois sistemas eleitorais para transformar os votos na cadeira presidencial. No primeiro,

trata-se de fazer uma média da proporção de votos obtidos por cada partido nos municípios. As cidades, nesse caso, atuam como colégios eleitorais de igual tamanho. Nesse caso, como mostra o quadro 2.3, o partido B sairia vencedor, com 60% da média de votos por município.

Quadro 2.3 – Resultado eleitoral sob 2 sistemas eleitorais

	Partido A	Partido B
1- Média de votos por cidade	40	60
2- % Votos válidos	57,68	42,32

Fonte: Elaboração própria.

No segundo sistema eleitoral em exame, somam-se os votos absolutos recebidos por cada partido em todas as cidades, e depois se dividem pelo total de votos válidos no país. Assim, o partido A obteve $(646/112) = 58\%$ dos votos e o partido B, $(474/1120) = 42\%$, e, dessa feita, o partido A seria eleito.

Esse simples exemplo hipotético serve para formular críticas à literatura que busca estimar impacto do PBF no resultado eleitoral. Como é sabido, o sistema eleitoral da eleição presidencial brasileira é o segundo tipo aqui explicado. O distrito é o todo o Brasil, e o partido vencedor é aquele que adquire a maioria dos votos válidos em todo o país.

No entanto, os coeficientes estimados a partir da regressões com base em municípios estão mostrando impactos para as *porcentagens* da votação do PT em cada cidade. Extrapolar esses resultados para a lógica da competição presidencial implica em igualar a importância eleitoral de todos os municípios. Como dito na introdução, 60% dos votos em uma grande metrópole têm a mesma importância, no modelo estabelecido pela literatura, a 60% dos votos em uma cidade pequena. Logo, os resultados encontrados pelos modelos podem dizer pouco sobre a lógica efetiva da competição presidencial, principalmente porque a distribuição de votos dos partidos não é homogênea pelas diferentes características municipais.

A importância desse exercício pode ser mostrada com poucos dados descritivos. Metade dos votos válidos na eleição presidencial de 2006 se concentra em menos de 5% das cidades. Esse pequeno grupo se diferencia fortemente dos demais 95% municípios onde habitavam o restante dos eleitores: a média do IDH em 2006 era de 0,704 no

primeiro grupo, e de 0,587 no segundo. O PBF também era muito menos presente no grupo das grandes cidades: em média, cerca de 14,9% das famílias recebiam o PBF, enquanto nas outras 95%, a média de beneficiários do programa era 34,25%. Ou seja, a distribuição do programa social tem distribuição muito heterogênea entre as cidades, e tem relação com seu tamanho.

A diversidade social e econômica entre os municípios também é ressaltada por Nicolau e Peixoto (2007), trabalho pioneiro no uso de base de dados desse nível para estudo do impacto do Bolsa-Família nas eleições presidentes. No entanto, a literatura de modo geral pouco se atentou para a importância de se incorporar a desigualdade do tamanho do eleitorado entre as cidades para realizar inferências sobre a lógica da competição presidencial. Coeficientes estimados com base em porcentagens municipais superestimam o efeito do PBF na medida que igualam em importância eleitoral cidades grandes, que tendem a ter menor porcentagem de beneficiários, com cidades pequenas, onde o programa social tem forte penetração⁸⁴.

Minha proposta para corrigir esses problemas consiste em recuperar em votos absolutos, município a município, os efeitos percentuais preditos do PBF a partir de modelos de regressão. O efeito total do programa de transferência de renda no voto é obtido pela soma dos valores absolutos de todos os municípios. Esse procedimento permite ponderar os efeitos eleitorais da distribuição do programa social pelo tamanho de cada cidade, ao mesmo tempo em que considera importante manter este nível como unidade de análise, de modo a captar efeitos contextuais locais, contemplando uma das preocupações levantadas por Corrêa (2015a), que também formulou críticas à extrapolação dos resultados, mas não logrou combinar dados de diferentes níveis.

Qual é o retorno do PBF em votos?

Como vimos, os efeitos substantivos do PBF nos modelos ajustados acima parecem indicar que o programa tem um impacto importante. No modelo OLS, a comparação entre o cenário contrafactual de nenhuma cobertura com o valor médio assumida por essa variável implica em aumento de 11 pontos percentuais na votação estimada do PT.

⁸⁴ Importante ressaltar que meu argumento não consiste em defender que o efeito do PBF é heterogêneo pelo tamanho da cidade. Antes, trata-se de incorporar efetivamente a regra do distrito eleitoral da competição presidencial.

Em termos de votos absolutos, essa porcentagem significa 10,5 milhões de votos. No entanto, essa estimativa está baseada em proporções municipais como unidade de análise, e não os votos válidos em cada localidade, o que seria adequado dada a regra eleitoral. Ou seja, comete o erro de falácia distrital.

No modelo OLS, ao aplicar o coeficiente do PBF (0,332), e recuperar depois em votos absolutos cidade a cidade, de acordo com sua cobertura e o número de votos válidos em cada cidade, o impacto do PBF é de 6,9 milhões de votos. Em termos percentuais, significa 7% do total de votos válidos em 2006, uma queda de impacto de cerca de 35% em comparação com o modelo baseado na proporção municipal da votação.

No modelo multinível, no qual coeficientes variam por unidade da federação, os efeitos do PBF são ainda menores: cerca de 5,2 milhões de votos, ou menos de 5,5% do total de votos válidos em 2006. Logo, pode-se observar que o efeito do PBF no resultado eleitoral, quando se corrige a falácia distrital, mostra-se consideravelmente pequeno.

De forma a reforçar minhas considerações, procedo aqui a uma replicação do modelo de Zucco (2013)⁸⁵. O autor defende a tese que programas de transferência de renda no Brasil (o autor analisa não apenas o PBF, mas também os programas do PSDB Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação) garantem retorno eleitoral para o incumbente, ainda que esse efeito seja de curto-prazo e sem impacto em eleições legislativas e na formação de identificações partidárias⁸⁶.

Uma das principais contribuições do estudo é de natureza metodológica. Como o PBF não foi distribuído de forma aleatória, - ao contrário, por exemplo, dos programas de transferência de renda mexicano e uruguaio (De La O, 2013; Ima *et al.*, 2016; Manacorda *et al.*, 2011), - Zucco (2013) argumenta que o impacto estimado do PBF no resultado eleitoral pode estar correlacionado com outras variáveis, observáveis e não-observáveis, o que poderia enviesar os resultados advindos de modelos tradicionais utilizados pela literatura.

Como forma de minimizar esses problemas, o autor emprega o *propensity score matching* (PSM, daqui em diante). Este procedimento metodológico procura aproximar a

⁸⁵ Cabe sublinhar que essa replicação só foi possível devido ao código detalhado disponibilizado pelo autor na base <https://dataverse.harvard.edu/dataverse/zucco>. Gostaria, assim, de ressaltar seu espírito público e colaborativo para a comunidade acadêmica. Agradeço fortemente a ajuda de Rafael Magalhães neste trabalho.

⁸⁶ Tratarei aqui apenas dos modelos sobre a cobertura do programa social em 2006.

análise de dados observacionais de situações experimentais, criando um pareamento de covariáveis em indivíduos beneficiários e indivíduos não-beneficiários (Ho *et al.*, 2007; Morgan e Wiship, 2007).

No caso de análise de dados de *survey*, o pareamento implica em restringir a amostra de não-beneficiários do PBF apenas aos indivíduos que são semelhantes aos beneficiários⁸⁷. No caso dos dados agregados, como estamos tratando aqui, o PSM utilizado por Zucco (2013) divide os municípios em estratos de acordo com a cobertura estimada do Bolsa-Família a partir das seguintes variáveis: a meta de cobertura estipulada pelo governo, o IDH municipal (em forma linear e polinomial), os votos do PT em 1998, a distância à capital de estado, o (log) do PIB *per capita*, a proporção de minorias raciais e de evangélicos pentecostais, *dummies* sobre a presença de governadores e prefeitos de PT e PSDB, e efeitos fixos por unidade da federação. Em outros termos, o autor utiliza, para a *estimação da cobertura do PBF*, que é o primeiro passo da análise de *matching*, grande parte das variáveis que são de modo geral tratadas pela literatura como controle nos modelos explicativos para os votos do PT⁸⁸.

Zucco (2013) divide os municípios em agrupamentos de acordo com sua cobertura estimada do PBF, com pontos de corte a cada 10% de famílias beneficiárias, conformando então 9 estratos diferentes. Para estimar o efeito causal do programa no voto, o autor emprega regressões OLS da proporção de votos do PT por cidade sobre a proporção de beneficiários do PBF efetivamente observada, controlando pela cobertura estimada e pela taxa de crescimento econômico.

A cada estrato o autor roda uma regressão. A suposição é que, dentro de cada grupo, a proporção de beneficiários do PBF efetivamente observada varia aleatoriamente em relação à proporção estimada. Dessa forma, seria possível minimizar problemas de inferência causal. O efeito médio do Bolsa-Família (ATE – *average treatment effect*) seria obtido pela média dos efeitos em cada estrato ponderada pelo número de municípios em cada agrupamento⁸⁹.

⁸⁷ Trato melhor dessa aspecto em outro capítulo.

⁸⁸ Diferentemente de outros trabalhos na literatura, no entanto, o autor inclui a meta de cobertura estipulada pelo governo. Esta variável tem correlação elevada com a cobertura observada, o que pode explicar a pequena magnitude do efeito do PBF encontrado por Zucco (2013) em comparação com resultados de outros estudos.

⁸⁹ Esse é o número de cidades por estrato: 402; 1219; 1143; 664; 672; 830; 458; 64; 20.

Para 2006, eleição central para o debate e meu foco de interesse, o autor encontra efeito de 0,145, com erro padrão de 0,041. A partir destas estimativas, Zucco (2013: 816) conclui que “results are statistically significant and substantively meaningfully when plausible changes in coverage are considered”. Ou seja, como grande parte da literatura, o autor defende que o impacto dos programas de transferência de renda é substantivo.

Analisemos seu impacto efetivo nos dois cenários que estou propondo. No primeiro, cometendo o erro da falácia distrital, considerando os municípios não ponderados como unidade de análise, o efeito do PBF resulta em 4,9 % dos votos válidos, resultado da multiplicação entre o coeficiente do ATE e a média da cobertura do PBF na amostra do autor (33,59%).

Trata-se, assim, de um efeito muito pequeno, sem maior impacto substantivo sobre o resultado eleitoral. Entretanto, mesmo esse resultado ainda se encontra superestimado, porque baseado na suposição de que todos os municípios contam igualmente no resultado eleitoral. Quando se calcula o efeito em votos absolutos, conforme minha proposta, o resultado é de pouco mais de 3 milhões de votos, o que significa pouco mais de 3,1% do total de votos válidos⁹⁰. Semelhantemente à queda encontrada no exercício com base no modelo OLS, tem-se uma diminuição de cerca de 35% do efeito do programa social.

A tabela abaixo resume os impactos percentuais estimados do PBF nos três modelos e nos dois cenários:

Tabela 3.3

	Efeito do PBF - % votos válidos	
	Unidade: % por municípios	Unidade: votos por municípios
Modelo OLS	11,14%	7,20%
Modelo multinível	8,73%	5,5%
Modelo Zucco	4,90%	3,18%

Ao se ajustar o modelo seguindo as regras de funcionamento da competição eleitoral presidencial brasileira, resolvendo, logo, a falácia distrital, os efeitos do

⁹⁰ Cabe ressaltar que utilizo, neste exercício, o coeficiente de efeito de cada cidade de acordo com seu estrato e não o ATE.

programa social diminuam, tanto nos modelos OLS e multinível, quanto no modelo de Zucco (2013)⁹¹.

Friso que não estou argumentando que o efeito marginal do PBF varia com o tamanho das cidades, tampouco é minha intenção defender que os efeitos tenham a magnitude mostrada nestes modelos. Antes, meu objetivo é ressaltar as distorções decorrentes da falta de atenção à falácia distrital.

Alguém poderia dizer que 3,18%, 5,5% e, mais ainda, 7,2% são efeitos expressivos. Por exemplo, dado que a diferença entre PT e PSDB no primeiro turno de 2006 foi de cerca de 7 pontos percentuais, o PBF teria importância fundamental. Em outras palavras, nesse raciocínio, em um cenário contrafactual de ausência do PBF, a vitória do PT (ou ao menos sua primeira posição no primeiro turno) estaria comprometida.

No entanto, esse raciocínio é equivocado. Uma forma de visualizá-lo é por via econométrica: a remoção do PBF da equação de determinantes de voto do PT implica em transferir para o termo de erro a porcentagem de votos conquistada como consequência do programa social. Isso significa que esses votos se distribuem, nesse cenário contrafactual, aleatoriamente entre todos os competidores, e não implica em perdas de voto para o PT na mesma magnitude que os votos advindos no cenário de fato observado.

Outra forma de visualizá-lo é por meio da decisão individual do eleitor. O raciocínio de que o PBF foi fundamental para o PT pois a magnitude de seu efeito se aproxima da diferença de votos em relação ao PSDB supõe que, em um mundo contrafactual onde não existisse o programa social, os eleitores votariam na oposição. No entanto, essa lógica é extremamente implausível: a decisão de voto não é baseada em uma única questão ou política pública⁹². Eleitores tomam suas decisões comparando, ponderando e analisando diversos componentes dos partidos e dos temas envolvidos em cada pleito.

⁹¹ Considero a discussão sobre inferência causal que Zucco (2013) elabora importante, contribuindo para o avanço dessa área de pesquisa. No entanto, como o próprio autor nota, a utilização do *propensity score matching* não resolve as dificuldades inerentes da análise observacional. Afinal, a constituição dos pareamentos e dos estratos continua sendo formatada por variáveis observáveis, como notam Morgan e Wiship (2007: 122). Angrist e Pischke (2009) argumentam que a regressão OLS se constitui em uma forma particular de *matching*. Além disso, afirmam que “the differences between regression and matching estimates are unlikely to be of major empirical importance” (Angrist e Pischke, 2009: 69-70). De fato, não existem diferenças significativas nos resultados apresentados por Zucco (2010) entre a estimação por OLS e a estimação via PSM.

⁹² Ver, a respeito, a análise de Soares (2000).

Essa crítica teórica encontra respaldo em resultados dos outros capítulos da tese, onde mostro que a importância do PBF na conformação dos votos é menor no Nordeste em comparação com Sudeste, mesmo que aquela região concentre grande parte dos beneficiários do programa social.

Em suma, meu argumento não consiste em dizer que PBF não teve efeito eleitoral. Os resultados mostram que seu impacto é estatisticamente significativo. No entanto, chamo atenção para o fato de que a magnitude deste efeito é relativamente pequena.

Cabe notar que alguns trabalhos da literatura recuperam votos por município e também mostram que impacto do PBF foi reduzido (Canêdo-Pinheiro (2015) para a eleição de 2006; Magalhães (2015) para o pleito 2010). O próprio Zucco (2015), em trabalho posterior, afirma que efeitos do programa em 2006 são relativamente diminutos, insuficientes, como nota, para “virar a eleição”.

Minha intenção aqui é sublinhar esse diagnóstico, que não é notado pelo conjunto da literatura. Parece haver um descompasso entre a importância atribuída ao programa para conformação dos resultados eleitorais e seu impacto substantivo. Ainda que tenha efeitos na competição eleitoral, é importante tomá-los na sua devida importância e magnitude. Dito de outra forma, é importante não confundir os “efeitos de uma causa” (*cause-of-effects*) com as “causas de um efeito” (*effects-of-causes*): os resultados e a dinâmica das eleições presidenciais vão muito além do PBF.

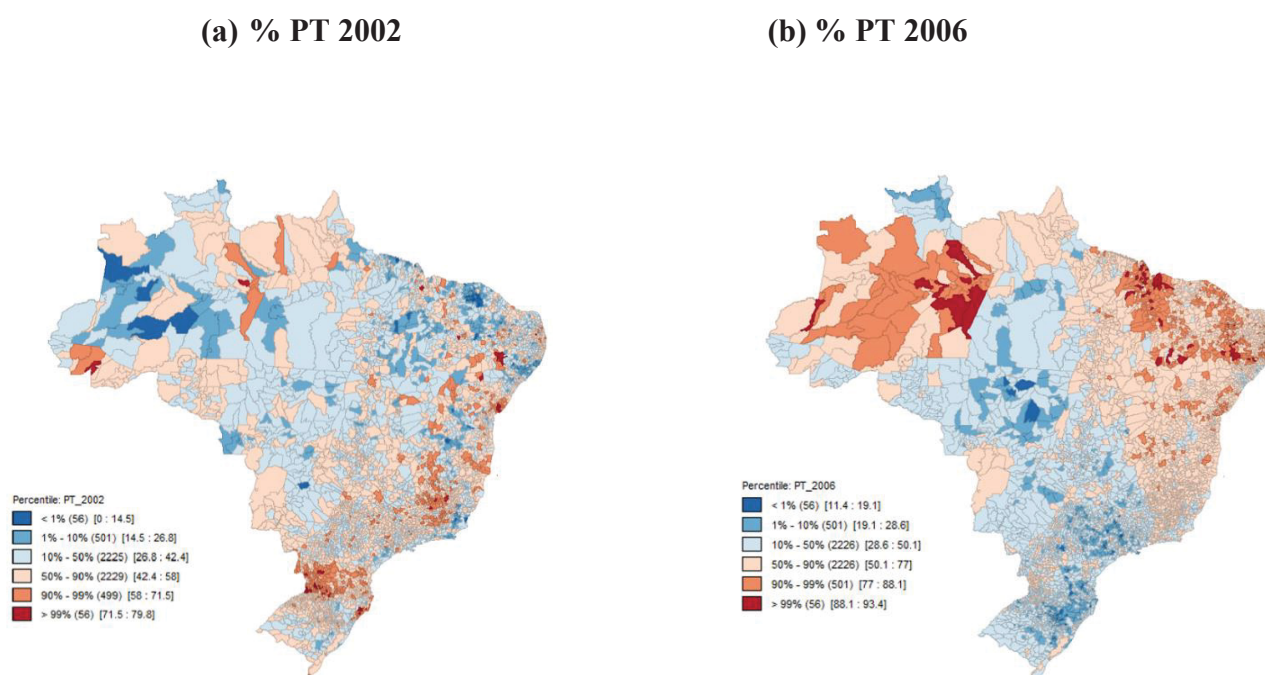
Estudos sobre eleição presidencial brasileira

Realinhamento

Outra tese corrente sobre as eleições presidenciais brasileiras é de que teria havido um realinhamento de bases eleitorais a partir de 2006. Mapas da distribuição de votos e correlações entre o desempenho dos partidos e indicadores sociais mostram que o perfil geográfico do voto no PT se alterou entre 2006 e 2002, passando de um padrão assentado em localidades mais desenvolvidas para outro assentado em lugares e regiões mais pobres (Hunter e Power, 2007; Nicolau e Peixoto, 2007; Zucco, 2008; Soares e Terron, 2008; Canêdo-Pinheiro, 2015). Esse perfil se manteria em 2010 e 2014 (Marzagão, 2013; Magalhães et al. 2015; Pereira *et al.*, 2015; Martins *et al.* 2016).

Os mapas abaixo mostram a distribuição municipal de votos do PT em 2002 e 2006, ressaltando a “marcha” para o Nordeste.

Figura 1.3 – Mapa % PT 2002 e PT 2006



Também ao nível individual, segundo alguns trabalhos, poder-se-ia verificar que o perfil social do eleitor do PT em 2002 seria diferente do seu eleitorado de 2006. Se na primeira eleição eram eleitores de classe mais elevada e ideologicamente identificados à esquerda que sufragavam o partido, na reeleição de 2006 foram os mais pobres que constituíram seu bastião (Singer, 2012; Carreirão, 2007a; Holzhacker e Balbachevsky, 2007).

Ainda que muitas vezes sejam tomadas como semelhantes, esses diagnósticos se referem a dimensões diferentes. Suponha-se que de fato o PT recebera, antes de 2006, maior porcentagem de votos nas cidades mais desenvolvidas. Disso não se segue que sua base eleitoral estava assentada em eleitores de classe média ou de ricos. Novamente, trata-se da questão de como fazer inferências sobre níveis micro contando com dados em nível superior de agregação. Colocando esses pontos em forma de questões: eleitores pobres habitantes de lugares ricos se comportaram, entre 2002 e 2006, da mesma forma que eleitores pobres moradores de localidades pobres?

Ainda que essencial, essas questões foram pouco debatidas pela literatura. Zucco (2010) é uma das exceções que procura avançar nessa agenda. A partir de métodos de inferência ecológica e análise de *survey*, o autor defende a tese de que a trajetória observada do PT seria apenas um exemplo particular de uma tendência geral no Brasil na qual as localidades mais desenvolvidas e eleitores de classe média tenderiam a apoiar partidos da oposição, sendo o inverso para as localidades e eleitores mais pobres. Em outras palavras, para o autor, o realinhamento de 2006 não deveria ser visto como uma surpresa.

No entanto, como o próprio autor reconhece, seus resultados não são conclusivos: os métodos de inferência ecológica são controversos, e as amostras dos *surveys* utilizados não são representativas de níveis subnacionais, não permitindo inferir com segurança o comportamento de eleitores pobres e ricos em localidades centrais e periféricas⁹³.

Além disso, uma leitura atenta em diferentes trabalhos mostra que a narrativa de que o PT tradicionalmente receberia mais votos em regiões ricas do Sudeste/Sul e entre eleitores de classe média, tida como evidente pela literatura, padece de comprovação empírica cabal. Por exemplo, ainda que Singer (1990), em trabalho muitas vezes citado como a referência empírica da “base eleitoral tradicional” do PT⁹⁴, mostre resultados de pesquisa eleitoral nacional de 1989 na qual o PT recebe mais votos de eleitores com maior educação, dados expostos pelo autor desagregados por região da cidade de São Paulo revelam perfil oposto: quanto mais pobre o bairro, maior a intenção de votos para o PT, contrariando a visão de que o partido teria um perfil calcado na classe média.

De modo semelhante, em análise multivariada de diversos *surveys* eleitores entre 1989 e 2006, Bohn (2011) não corrobora a tese de que o partido estaria calcado em eleitores de maior renda quando na oposição. Antes, quando significativos, os coeficientes tendem a ser negativos. Além disso, as *dummies* regionais revelam que o PT, já desde 1989, recebia mais votos no Nordeste que nas demais regiões do Brasil. Soares e Terron (2010), em análise ao nível dos municípios dos votos presidenciais do PT de 1989 a 2006, chegam a resultados semelhantes. Limongi e Guarnieri (2014; 2015), por sua vez, por meio da análise da distribuição de votos de acordo com escolaridade das

⁹³ Como exemplo de problemas da representatividade de *survey* para fazer análise desse tipo, basta visualizar a composição implausível do tamanho das amostras do gráfico 2 de Zucco e Power (2013: 19): eleitores pobres de cidades com alto IDH representam apenas 14% do total da amostra, ao passo que não pobres dessas mesmas localidades compõe 36%.

⁹⁴ Ver Power e Hunter (2007: 4).

urnas, mostram que não existe um padrão social claro do eleitorado do PT anteriormente à 2006.

Em suma, não é evidente e nem nítido qual seria social da base eleitoral do PT antes de 2006. Ainda mais importante para minha análise, a literatura pouco avançou no sentido de investigar tanto as dimensões macro quanto micro das mudanças que teriam ocorrido naquele ano.

Minha proposta aqui é avançar essa agenda, analisando o par considerado como fundante do realinhamento, 2002⁹⁵ e 2006, utilizando uma base de dados alternativa: dados de voto e do Cadastro Eleitoral por seção eleitoral (urna)⁹⁶. As seções eleitorais são o nível mais desagregado possível de informação sobre os votos dos eleitores brasileiros⁹⁷. Além disso, para cada urna, existem dados sobre o perfil social de cada eleitor inscrito, fornecido por este no momento do alistamento eleitoral ou na transferência de seu local de votação. Esta segunda informação consta do Cadastro Eleitoral.

Utilizar dados eleitorais e sociais ao nível das urnas é uma estratégia analítica valiosa, pois além de se trabalhar com informações ao nível mais desagregado possível, permite, diferentemente dos *surveys*, manter a localidade dos eleitores como uma variável importante⁹⁸. Ou seja, possibilita, de certa forma, interagir os níveis macro e micro (ainda que não se tenha informações propriamente sobre os indivíduos).

Como mensuração de perfil social, utilizo a porcentagem de eleitores inscritos em cada urna que se declara analfabeto, que sabe ler e escrever mas que não tem instrução formal e eleitores com ensino fundamental incompleto⁹⁹. Em média por seção, quase 60% dos eleitores tem esse perfil, que chamarei aqui como eleitorado de baixa escolaridade.

Considere, para análise, apenas as seções que foram utilizadas em ambos os anos de 2002 e 2006, bem como aquelas nas quais foi possível obter informações no Cadastro

⁹⁵ Como argumento em outro capítulo, é inadequado tomar os votos de 2002 como medida base eleitoral do PT. No entanto, a natureza do dado utilizado aqui não permite outra mensuração.

⁹⁶ Para exemplo de outros trabalhos com tipo de dado, ver Limongi e Guarnieri (2014, 2015); Limongi e Mesquita (2008); e Simoni Jr. (2012). Os dados são fornecidos pelo TSE ao Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (NECI) da USP.

⁹⁷ Em 2002 e 2006, observou-se em média de cerca de 260 votos válidos por urna.

⁹⁸ Nesse aspecto, avanço a análise de Limongi e Guarnieri (2014; 2015) segmentando a análise das urnas de acordo com características de suas municipalidades.

⁹⁹ Utilizo os dados do eleitorado tais como vigentes na eleição de 2006.

Eleitoral. Isso implica em perdas de seções em um e outro ano, mas sem impacto substantivo (em termos do total de votos válidos, as perdas foram da ordem de 10% em 2006 e 20% em 2002).

A tabela abaixo apresenta o índice de correlação de Pearson entre a porcentagem de eleitores de baixa escolaridade e a porcentagem de votos válidos do PT em 2002, em 2006 e o *swing* (Δ PT 2006 – 2002) entre ambos os anos, considerando as urnas de todo o Brasil.

Tabela 4.3

Correlação % baixa educação % votos – seção eleitoral	
Brasil	
	Correlação
PT 2002	-0,2161***
PT 2006	0,5616***
Δ PT 2006 – 2002	0,6152***
N	292.576

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Os dados confirmam a visão convencional de que o PT recebera mais votos em 2002 entre os mais educados, padrão inverso ao de 2006, revelando uma correlação positiva forte entre baixa escolaridade e *swing* 2006-2002. Nota-se, no entanto, que a associação em 2002 não é elevada, (-0,21) bem menor que em 2006 (0,56), matizando a visão segundo a qual o PT tinha por base a classe média antes de assumir o governo.

A desagregação dessas informações por localidades das urnas revela aspectos analiticamente interessantes. Nas análises abaixo, segmento as urnas de acordo com 2 critérios: as regiões a que pertencem (Nordeste, Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste), e o IDH de seus municípios.

Esses critérios são importantes para o debate da literatura. A tese do realinhamento tem um forte componente regional, na qual se afirma que o PT perde força no Sudeste e Sul e ganha relevo no Nordeste. O IDH, por sua vez, permite verificar como as votações do partido e o *swing* que ocorreu em 2006-2002 variam por educação da urna de acordo com o desenvolvimento social do município.

Vejamos inicialmente os dados por região:

Tabela 5.3

Correlação % baixa educação % votos – seção eleitoral					
	Nordeste	Sudeste	Sul	Norte	Centro-Oeste
	Correlação	Correlação	Correlação	Correlação	Correlação
PT 2002	-0,4689***	-0,0615***	0,0681***	-0,2939***	-0,1775***
PT 2006	0,3364***	0,5356***	0,4872***	0,2455***	0,4782***
Δ PT 2006 - 2002	0,6174***	0,5227***	0,4301***	0,4153***	0,6141***
N	85.894	111.592	55.153	20.150	19.787

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

As correlações desagregadas por região mostram resultados interessantes. O Nordeste se destaca por ter correlação negativa elevada em 2002, mas ao mesmo tempo, uma baixa correlação positiva em 2006 (apenas maior que a do Norte). Isso significa que o desempenho do partido em 2006 não estava fortemente atrelado às urnas de menor educação. Os resultados da região Sul também são importantes: desde 2002 o partido já era votado entre os menos educados. Ou seja, considerando o nível das urnas na região Sul do Brasil, o PT já não era um partido de classe média ao menos desde 2002.

As demais regiões seguem, de modo geral, o perfil nacional, com correlação negativa em 2002 e positiva em 2006. No entanto, cabe observar que a eleição de 2002 teve como candidato pelo PSB um ex-governador do Rio de Janeiro com base eleitoral entre os mais pobres. Se retirarmos as urnas desse estado no cálculo da correlação entre votos do PT em 2002 no Sudeste, o coeficiente passa a ser positivo, da ordem de 0,0538. Isso revela a importância de se considerar a estrutura da competição presidencial, como destacado por Limongi e Guarnieri (2014; 2015), e pode indicar caminhos analíticos interessantes para análises futuras.

Em suma, os coeficientes de correlação entre baixa escolaridade e votos no PT em 2002 e 2006 por região mostram um cenário muito mais complexo e heterogêneo do que faz crer a visão segunda a qual o PT, quando na oposição, recebia mais votos entre as pessoas com maior educação, perfil que seria invertido em 2006. Em algumas regiões, como o Sul, já em 2002 o partido tinha por base as urnas com menor escolaridade. No Nordeste, por sua vez, pode-se observar que a correlação de 2006 não é elevada, indicando que o partido obteve bom desempenho praticamente em todos os perfis sociais (de fato, o partido obteve, em média, 67,73% de votos válidos nas urnas do Nordeste).

Esse último resultado, ainda, ressoa diagnóstico semelhante elaborado em outros capítulos da tese, onde procuro mostrar, por meio de análise de *survey* e de dados agregados, que o desempenho do PT no Nordeste em 2006 não depende fortemente do PBF, programa direcionado à eleitores de perfil social mais destituído.

Por fim, divido as urnas segundo quintis de IDH de seus municípios. Inicialmente, organizo os estratos de acordo com o número de municípios¹⁰⁰. Assim, no primeiro estrato estão as 20% cidades com maior IDH, depois as 20% seguintes, assim por diante:

Tabela 6.3

Correlação % baixa educação % votos – quintis com base nos municípios					
	IDH - 1º quintil	IDH - 2º quintil	IDH - 3º quintil	IDH - 4º quintil	IDH - 5º quintil
	Correlação	Correlação	Correlação	Correlação	Correlação
PT 2002	0,1171***	-0,0278***	-0,1493***	-0,2217***	-0,1699***
PT 2006	0,4315***	0,1098***	0,1222***	0,1360***	0,0849***
Δ PT 2006 - 2002	0,3931***	0,1209***	0,2291***	0,2788***	0,2130***
N	136.430	48.514	39.233	37.567	30.832

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Os dados não poderiam ser mais claros quanto da relevância de se analisar apropriadamente as dimensões macro (ao nível dos municípios) e micro (ao nível das urnas) do realinhamento eleitoral. O sentido e a intensidade da relação entre escolaridade e votos entre 2002 e 2006 varia conforme o nível de desenvolvimento do município.

No primeiro quintil, ou seja, as cidades com maior IDH, o PT recebia em 2002 mais votos em urnas com menor educação. Essa relação é praticamente inexistente no segundo quintil e se torna negativa do terceiro em diante.

Além disso, nas cidades mais desenvolvidas, a correlação entre baixa escolaridade e voto em 2006 é bem maior que nos demais grupos de município, o que acaba se traduzindo em uma associação mais elevada também entre o swing 2006-2002 e a escolaridade.

De forma a aprofundar esse diagnóstico, a tabela abaixo mostra correlações com base apenas nas 50 cidades com maior IDH e as 50 com menor IDH.

¹⁰⁰ É bom ressaltar que, ainda que cada quintil contenha mesmo número de cidades, cerca de 1100, o número de urnas varia bastante, pois, como é evidente, as cidades maiores contêm mais urnas.

Tabela 7.3

Correlação % baixa educação % votos		
	50 com maior IDH	50 com menor IDH
	Correlação	Correlação
PT 2002	0,3112***	-0,1241***
PT 2006	0,7092***	-0,0101
Δ PT 2006 - 2002	0,5839***	0,0931***
N	36.208	965

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Os dados são ainda mais nítidos. Em termos analíticos, os resultados mostram que o PT, em 2002, quando na oposição, tinha maior penetração na classe baixa que na classe média e alta nas cidades com maior IDH, contrariando a visão segundo a qual sua base estava assentada na classe média.

Na tabela abaixo, por fim, analiso a relação entre votos e IDH dividindo agora as urnas de acordo com o número de votos válidos. Assim, no primeiro quintil estão as urnas que compõe os primeiros 20% de votos válidos nas cidades com maior IDH, depois, os 20% seguintes, assim por diante:

Tabela 8.3

Correlação % baixa educação % votos - quintis com base nos votos válidos					
	IDH - 1º quintil	IDH - 2º quintil	IDH - 3º quintil	IDH - 4º quintil	IDH - 5º quintil
	Correlação	Correlação	Correlação	Correlação	Correlação
PT 2002	0,1995***	0,0870***	-0,0022	-0,0677	-0,2291***
PT 2006	0,6770***	0,2788***	0,1823***	0,1772***	0,1390***
Δ PT 2006 - 2002	0,5666***	0,2910***	0,1762***	0,2173***	0,2931***
N	47.502	51.099	56.000	64.025	73.950

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Os resultados são semelhantes à análise anterior. Os dados não suportam a expectativa de que nas cidades do Nordeste ou em municípios com baixo IDH o apoio ao PT em 2006 viria principalmente dos eleitores com baixa educação. Antes, nessas localidades, o voto ao partido tendeu a ser generalizado. Na verdade, a correlação entre nível social e voto ficou ainda mais nítida no Sudeste e em localidades de elevado IDH.

Em suma, as análises aqui realizadas mostram a importância de se refinar as descrições sobre o realinhamento que teria acontecido em 2006. A literatura toma por sinônimo que mudanças em direção a lugares pobres implica em mudanças em direção a eleitores pobres. No entanto, o desenho de pesquisa aqui utilizado, ao combinar informações eleitorais e sociais das urnas com características dos municípios, permite verificar em que medida essa proposição é verdadeira.

Os resultados mostram que a relação entre o perfil social do eleitorado e o desempenho do PT em 2002, quando na oposição, e em 2006, quando no governo, varia conforme a região e o grau de desenvolvimento local. Mais ainda, as diferentes associações encontradas mostram que a narrativa padrão sobre o realinhamento se aplica apenas em alguns dos casos considerados.

Considerações finais

Análises sobre os determinantes e contornos das eleições presidenciais brasileiras cresceram nos últimos anos. Não sem justificativa, dada a importância do chefe do Executivo federal para o funcionamento do sistema político brasileiro.

A competição presidencial é a única disputa que tem como distrito todo o território nacional. Um eleitor habitante de uma metrópole como São Paulo tem o mesmo peso, para a conformação dos resultados eleitorais, que um eleitor de um município como Serra da Saudade (MG), que possuía em 2014 cerca de 820 habitantes. Em outras palavras, na corrida presidencial vale efetivamente o princípio democrático “uma pessoa, um voto”.

Certas proposições sobre a lógica da competição presidencial alçaram posição dominante: é praticamente um consenso de que o PBF foi importante para os resultados eleitorais, e alguns até falariam essencial para as vitórias do PT de 2006 a 2014. Além disso, é tido como evidente que a partir de 2006 teria ocorrido um realinhamento de bases eleitorais do partido.

Neste capítulo, procurei escrutinar essas teses ressaltando a importância de se recuperar as dimensões micro e macro do fenômeno eleitoral. Procurei ressaltar que a literatura perde a dimensão do problema ao apenas lembrar da crítica da falácia ecológica ao se referir às supostas cautelas que deveriam ser tomadas na análise de dados agregados.

De um lado, ressaltei que não existe uma incompatibilidade ou superioridade entre estudos baseados em dados individuais em comparação aos agregados. Particularmente, chamei atenção para o fato de que análises no nível dos municípios no caso brasileiro é analiticamente relevante para captar efeitos locais no comportamento eleitoral. O crescimento econômico local, a presença de maior ou menor número de evangélicos em eleições com forte pauta religiosa, o papel exercido pelos prefeitos, e a maior ou menor distribuição do PBF ao nível local, dentre outras variáveis, pode influenciar a formação de preferências e a decisão de voto do eleitor.

Mas, principalmente, procurei mostrar como uma consideração adequada das dimensões micro e macro altera os termos do debate sobre o efeito do PBF e a natureza e tipo de realinhamento das bases eleitorais.

Enquanto alguns trabalhos avançaram metodologicamente na estimação do efeito eleitoral do PBF sobre os beneficiários (Zucco, 2013; 2015), o conjunto da literatura pouco se atentou para as diferenças entre esse procedimento e um diagnóstico sobre o impacto do programa social para o resultado eleitoral, uma questão de pesquisa diversa no entanto no mínimo igualmente essencial. Nas palavras de Wright (1989: 384): “Election outcomes are the product of individual choices, but it is the collective outcome that parties and politicians try to influence, and it is the outcome that determines the allocation of power in democratic systems”.

Os coeficientes estimados dos efeitos do PBF em bases municipais, como faz grande parte da literatura, mostram efeitos médios nas cidades. Extrapolar as associações encontradas para o resultado eleitoral, no entanto, seria cair numa espécie de falácia ecológica que denominei de “falácia distrital”. A eleição presidencial não ocorre na média das cidades, mas antes, em um único distrito em todo território nacional.

No caso do PBF, esse problema é premente, pois trabalhar com proporções municipais implica em igualar, em importância eleitoral, cidades grandes, que tendem a ter menor porcentagem de beneficiários, com cidades pequenas, onde o programa social tem forte penetração.

De modo a resolver esse problema, propus uma simples solução. Trata-se de recuperar, em votos absolutos, o efeito percentual estimado do PBF em cada município. A soma dos votos de todos municípios consiste no efeito geral do programa social. A

partir de um modelo próprio e da replicação da análise de Zucco (2013), pode-se verificar que o efeito do PBF diminui quando se adota esse procedimento.

Mais do que isso, os efeitos do programa social não se mostram essenciais para a vitória do partido. Curiosamente, parte da literatura também nota isso, mas sem adequadamente frisar a conclusão ou suas consequências.

Uma análise conjunta entre as dimensões micro e macro permite ainda, avançar no debate sobre realinhamento eleitoral. Costuma-se considerar como sinônimo as interpretações segundo as quais o PT, a partir de 2006, teria uma nova base eleitoral assentada em cidades pobres e em eleitores pobres. No entanto, como sabe, a relação entre as dimensões não é necessária.

Minha proposta foi analisar dados eleitorais e educacionais por urna, permitindo conjugar informações ao menor nível possível com características das localidades dos eleitores. As evidências mostram que as flutuações que ocorreram entre 2002 e 2006 foram heterogêneas entre as regiões e o nível de desenvolvimento social das localidades: em alguns estratos o PT já recebia mais votos nas urnas de menor educação em 2002, e em outros sua *performance* em 2006 não esteve fortemente vinculada ao nível de escolaridade.

CONCLUSÃO

Eleições presidenciais em países de elevada desigualdade e nível de pobreza como o Brasil são marcadas pelo conflito distributivo. Desde 1994 até ao menos 2014, a competição presidencial é estruturada pela disputa entre PT e PSDB. Nos diferentes pleitos, distintas agendas permearam a competição eleitoral, mas em todas eleições a questão social se fez presente.

A análise da política eleitoral brasileira recente é marcada pela visão de que haveria, até 2006, uma disjuntiva entre a posição ideológica dos partidos e sua base social de apoio. Mainwaring *et al.* (2000: 69) afirmam que “o caso brasileiro no período pós-1985 move-se em direção oposta à experiência da Europa Ocidental, sobre a qual Lipset baseou sua afirmação [de que eleitores de baixa renda votam principalmente em partidos de esquerda, e os de mais alta renda nos partidos de direita]”

Nesse sentido, o pleito de 2006 é considerado paradigmático. Nesta disputa, segundo as principais análises, as bases eleitorais de PT e PSDB teriam se invertido. O PT finalmente teria sua base assentada nos eleitores mais pobres, principalmente situados no Nordeste e em localidades conhecidas como “grotões”, após ser historicamente sufragado e ter sido eleito em 2002 com voto de eleitores de classe média da região Sudeste e Sul, segundo a visão convencional.

Central para a operação do realinhamento eleitoral, ainda segundo a tese vigente, é o Programa Bolsa-Família, programa de transferência de renda condicionada que atinge considerável parcela da população e que foi responsável por impactos na redução da pobreza e da desigualdade. Da mesma forma que outros países da América Latina, a política social de transferência de renda está no centro do debate político-ideológico e a literatura especializada ressalta que ela foi uma das principais responsáveis pelo apoio obtido pelo PT na classe baixa e nas regiões mais pobres e desiguais do Brasil.

Nesta tese, procurei avançar no conhecimento sobre a competição eleitoral e a política distributiva no Brasil. Do ponto de vista geral, procurei ressaltar que, ainda que se negue ou minimize a dimensão clientelista do PBF, as explicações e interpretações vigentes guardam similaridades com uma visão eleitoral pautada pelo clientelismo ou por uma determinada abordagem de política distributiva na qual a renda transferida pelo

governo afeta unica, direta e mecanicamente seus beneficiários, sendo crucial para sua decisão de voto e para o resultado eleitoral.

Meu objetivo nesta tese foi ressaltar que o efeito do PBF, assim como de qualquer outra política pública importante politicamente, não pode ser tomado isoladamente, fora do contexto da disputa eleitoral e política. Partidos competidores disputaram bandeiras e discursos, e eleitores decidem seu voto frente a um grande número de questões e plataformas políticas.

No capítulo 1, o foco foi verificar a natureza do realinhamento de 2006 e o efeito regional do PBF. Elaborei uma medida alternativa de base de eleitoral, que considera a competição eleitoral no longo-prazo e distingue eleitores partidários de voláteis, ao nível municipal. Os resultados mostram que as mudanças eleitorais que ocorreram em 2006 não podem ser tomadas como realinhamento de bases eleitorais, mas antes como movimentações de eleitores voláteis. Além disso, a partir de modelos adequados, mostrei evidências de que o efeito marginal do PBF foi maior no Sudeste que no Nordeste, indicando que não se pode tomar os efeitos e a importância do PBF de forma isolada ou exclusiva.

No capítulo 2, procurei argumentar que a maior parte das análises supõe que os ganhos eleitorais oriundos da política pública deveriam ocorrer unica, direta e mecanicamente nos seus beneficiários. Tem-se como pressuposto que os benefícios alocados pelo governo aos mais pobres poderiam constituir causa suficiente para afetar seu comportamento eleitoral, ao passo que os demais eleitores decidiriam seu voto com base em outras questões.

Entretanto, procurei argumentar que esse pressuposto não é razoável. Eleitores não beneficiários podem ser afetados pela política tanto por receber benefícios de maneira indireta, quanto porque podem formar opiniões ou posições sobre a transferência de renda que podem ter impacto em seu comportamento político.

Evidências a partir de *surveys* mostram que indivíduos que conhecem beneficiários têm maior probabilidade de votar no PT em 2006 e 2010 em comparação aos indivíduos que não conhecem beneficiários, efeitos estes que são inclusive mais importantes no Sudeste que no Nordeste. Tais resultados indicam a importância da mobilização política e de contatos pessoais entre eleitores que perpassam a efetividade de qualquer política pública e estratégia partidária.

Finalmente, no capítulo 3, debati a magnitude do efeito do PBF e a dimensão micro e macro do realinhamento. Procurei argumentar que os estudos sobre o efeito eleitoral deste programa de transferência de renda com base nos municípios cometem uma espécie de falácia ecológica, que denominei de “falácia distrital”, quando extrapolam estimativas com base em porcentagens municipais para os resultados eleitorais. Esse raciocínio seria falacioso pois supõe que a competição presidencial ocorre como em um colégio eleitoral com cerca de 5.500 unidades de igual importância, desconsiderando a heterogeneidade do tamanho do eleitorado e da distribuição do PBF entre as cidades.

A partir da recuperação em votos absolutos, município a município, dos efeitos percentuais preditos do PBF para a eleição de 2006, procurei chamar atenção para o fato de que o efeito desta política social é menor do que usualmente se infere. Mais do que isso, sua magnitude não podem ser considerada como essencial para a conformação dos resultados eleitorais.

Ainda, no mesmo capítulo 3, utilizei base de dados ao nível das seções eleitorais (urnas) para avançar no entendimento sobre as dimensões micro e macro do realinhamento eleitoral. Não poucas vezes, confunde-se os níveis agregados e individuais das flutuações eleitorais ocorridas no par 2002-2006, tomando-se como sinônimo, por exemplo, mudanças do PT em direção às regiões mais pobres como mudanças em direção aos eleitores pobres.

As evidências levantadas ressaltam que a relação entre o perfil social do eleitorado e o desempenho do PT em 2002, quando na oposição, e em 2006, quando no governo, varia conforme a região e o grau de desenvolvimento local. Mais ainda, as diferentes associações encontradas mostram que a narrativa padrão oferecida pela literatura sobre o realinhamento se aplica apenas em alguns dos casos considerados.

Dada sua centralidade para as teorias sobre os determinantes e a dinâmica das eleições presidenciais, o foco de análise desta tese foi o pleito de 2006. Os estudos sobre o pleito de 2010 e 2014¹⁰¹ tendem a não apresentar novas hipóteses ou teorias: os argumentos da literatura ressaltam que o PBF continua com efeito eleitoral, mas o principal determinante dos resultados seria o novo padrão eleitoral vigente em 2006, o que reforçaria a tese do realinhamento.

¹⁰¹ Uma exceção é Zucco (2015), que estudando o pleito de 2014, chama atenção a importância de efeitos eleitorais indiretos do PBF.

Neste capítulo de conclusão, apresento brevemente resultados de análise sobre os pleitos de 2010 e 2014, com objetivo de demonstrar que a medida de base eleitoral de longo-prazo proposta no capítulo 1 é relevante para explicar também os resultados dessas disputas.

As regressões, com base em dados municipais, têm a mesma especificação dos modelos OLS utilizados no capítulo 1 e 3 dessa tese¹⁰². As variáveis de controle são atualizadas para o ano de 2010, com exceção das medidas econômicas (crescimento do PIB municipal e % do PIB formada pelo setor público), ajustadas para o respectivo ano eleitoral, e a *dummy* sobre prefeituras do PT, ajustada para 2009 e 2013, para os modelos de 2010 e 2014, respectivamente.

Estimo quatro modelos diferentes, alterando apenas a medida de base eleitoral. No primeiro, utilizo a distribuição de votos de 2006 (2010), seguindo a medida tradicionalmente utilizada pela literatura. No segundo modelo, lanço mão da flutuação entre 2002 e 2006 de modo a testar diretamente a hipótese de que as flutuações ocorridas entre esses anos conformaram a competição eleitoral subsequente.

No terceiro modelo, emprego as medidas de *core* e *swing* de PT e PSDB, tais como propostas no capítulo 1 dessa tese¹⁰³, devidamente atualizadas. Por fim, no último modelo, mantenho essas últimas medidas e retorno com a flutuação de 2002 e 2006, o que permite comparar o impacto de diferentes medidas de base eleitoral.

Os resultados apresentados abaixo mostram apenas os resultados dos coeficientes da base eleitoral, do PBF e das regiões:

¹⁰² Com erros-padrões *clusterizados* ao nível das unidades da federação.

¹⁰³ Para o modelo sobre as eleições de 2010, a medida de *core voter* consiste na média de votos de 1994 a 2006, e a de *swing voter* no desvio-padrão desse mesmo período. Para as eleições de 2014, o período coberto é 1994 a 2010.

Tabela 4.1 – Modelo OLS % PT 2010

VD % PT 2010	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
% PT 2006	0.677*** (0.0245)			
Δ % PT 2006-2002		0.301*** (0.0431)		0.308*** (0.0445)
% Core PT			0.412*** (0.110)	0.661*** (0.0862)
% Swing PT			1.029*** (0.119)	0.598*** (0.0928)
% Core PSDB			-0.150 (0.113)	-0.00175 (0.0944)
% Swing PSDB			-0.254** (0.0992)	-0.108 (0.0977)
% PBF	0.225*** (0.0494)	0.281*** (0.0618)	0.310*** (0.0599)	0.204*** (0.0545)
Sul	4.957* (2.460)	2.881 (1.782)	7.826*** (2.716)	3.190* (1.686)
Centro-Oeste	3.930*** (1.198)	2.815** (1.042)	-1.566 (1.943)	3.892*** (1.153)
Norte	-2.671 (2.083)	-4.198* (2.178)	-4.672 (2.922)	-3.464* (1.983)
Nordeste	-3.091 (2.476)	-1.352 (2.723)	-0.445 (2.964)	-3.936 (2.584)
Constante	36.49*** (6.900)	49.39*** (14.89)	39.25*** (7.354)	41.30*** (13.28)
Controles	SIM	SIM	SIM	SIM
N	5561	5561	5561	5561
adj. R2	0.815	0.782	0.680	0.815

Erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF em parênteses.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Tabela 4.2 – Modelo OLS % PT 2014

VD % PT 2014	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
% PT 2010	0.676*** (0.0476)			
Δ % PT 2006-2002		0.254*** (0.0371)		0.150** (0.0568)
% Core PT			0.433** (0.193)	0.531** (0.229)
% Swing PT			0.987*** (0.0975)	0.725*** (0.164)
% Core PSDB			-0.151 (0.153)	-0.0770 (0.173)
% Swing PSDB			-0.325*** (0.101)	-0.260* (0.129)
% PBF	0.208*** (0.0261)	0.331*** (0.0345)	0.247*** (0.0339)	0.225*** (0.0318)
Sul	3.291 (1.953)	8.573** (3.125)	3.057 (1.943)	3.370* (1.712)
Centro-Oeste	-0.794 (1.740)	-1.801 (2.371)	1.407 (1.666)	1.823 (1.630)
Norte	1.565 (1.661)	-1.831 (2.628)	-0.0799 (1.998)	0.488 (1.904)
Nordeste	-0.561 (2.942)	-0.689 (3.428)	-1.917 (3.004)	-2.772 (3.038)
Constante	3.605 (6.136)	32.80*** (9.834)	34.49** (14.93)	31.79* (16.20)
Controles	SIM	SIM	SIM	SIM
<i>N</i>	5562	5562	5562	5562
adj. <i>R</i> ²	0.867	0.766	0.841	0.847

Erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF em parênteses.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Os resultados dos primeiros modelos de ambos os anos mostram que de fato a distribuição de votos defasada tem forte relação com a *performance* do PT de 2010 e 2014. No modelo 2, pode-se visualizar que a flutuação que ocorreu entre 2002 e 2006 também tem relação positiva com o desempenho do partido nos anos sob investigação.

Essas evidências aparentemente reforçam a hipótese do realinhamento. Entretanto, como argumentei na tese, é importante mensurar base eleitoral com base na distribuição de votos no longo-prazo, além de incorporar medidas de eleitorado volátil. Os coeficientes de *core* e *swing voter* de PT e PSDB dos modelos 3 de 2006 e 2010 apresentam padrão esperado segundo uma visão que ressalta continuidade de padrões

eleitoral: os eleitores partidários e voláteis de PT apoiam o partido em 2010 e 2014, sendo o inverso verdadeiro para *core* e *swing voter* do PSDB.

Mais do que isso, no último modelo os resultados indicam que as medidas propostas de *core* e *swing* do PT tem coeficiente significativo e elevado mesmo na presença da variável que captura a flutuação entre 2006 e 2002, indicando que, ainda que relevantes, as movimentações eleitorais ocorridas na primeira reeleição do PT em 2006 não devem obliterar a importância das preferências eleitorais de longo-prazo.

O PBF continua apresentando efeito eleitoral nesses pleitos, ainda que sua magnitude tenha decaído em relação a 2006¹⁰⁴. Por fim, é interessante notar o comportamento das variáveis regionais: o Nordeste deixa de ser diferente do Sudeste (a categoria de referência) em 2010 e em 2014 praticamente nenhuma *dummy* apresentou efeito. Desenvolvimentos futuros da pesquisa podem aclarar esses pontos.

Nas últimas eleições presidenciais, bases eleitorais foram criadas e a competição se organizou em torno de dois partidos, PT e PSDB. Após a eleição de 2014, o sistema político brasileiro assiste a uma grave crise, que culminou no *impeachment* da presidente em 2016. Desde então, o cargo máximo do Executivo é ocupado pelo PMDB, em coalizão com PSDB e DEM (antigo PFL). Depois de quase 15 anos, o PT retorna à oposição.

A relação do novo governo liderado pelo PMDB com o PBF é dúbia. Parte de seus integrantes já defendera diminuição dos gastos com o programa social¹⁰⁵. Economistas ligados ao governo e o próprio ministro do Desenvolvimento Social e Agrário expressaram críticas à vazamentos da cobertura e erros de inclusão do PBF¹⁰⁶.

Por outro lado, menos de dois meses após assumir o cargo, o presidente anunciou aumento médio de 12,5% do valor transferido¹⁰⁷, revelando a importância do PBF no jogo político brasileiro. Em maio de 2017, mais de 13 milhões de famílias são beneficiárias do programa.

¹⁰⁴ Uma frutífera agenda de pesquisa futura consiste em verificar a dimensão temporal do efeito do PBF: indivíduos inscritos no programa a mais tempo são impactados de maneira diversa em comparação com famílias recém-incluídas?

¹⁰⁵ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/relator-do-orcamento-confirma-corte-de-r-10-bilhoes-no-bolsa-familia>. Acessado em setembro de 2017.

¹⁰⁶ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/pente-fino-encontra-11-milhao-de-irregularidades-no-bolsa-familia-diz-ministerio.html>. Acessado em setembro de 2017.

¹⁰⁷ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/29/temer-aumenta-valor-do-bolsa-familia-em-125.htm>. Acessado em setembro de 2017.

Mesmo com aguda crise política, o PBF continua sendo elemento importante para a disputa partidária brasileira. Quem irá no futuro capitalizar seus dividendos eleitorais, e como as bases eleitorais de longo-prazo se manterão com a crise que atinge o sistema político e partidário, apenas o jogo político poderá nos dizer.

BIBLIOGRAFIA

- Achen, Christopher. (2002) "Parental Socialization and Rational Party Identification". In: *Political Behavior*, Vol. 24, No. 2.
- Achen, Christopher; Shively, Phillips. (1995). **Cross-level inference**. University of Chicago Press.
- Agnew, John. (1996). "Mapping politics: how context counts in electoral geography". In.: *Political Geography*, 15.
- Aguilar, Rosario; Cunow, Saul; Desposato; Scott; Barone, Leonardo. (2015). "Ballot Structure, Candidate Race, and Vote Choice in Brazil". In.: *Latin American Research Review*, vol. 50, n.3.
- Alker, Hayward. (1969) "A typology of ecological fallacies". In.: Dogan, Mattei e Rokkan, Stein (ed.). **Quantitative ecological analysis in the social science**. Massachusetts Institute of Technology.
- Almeida, Alberto. (2007). **Por que Lula?**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Almeida, Alberto. (2010). **O dedo na ferida: menos imposto, mais consumo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Almeida, Maria Hermínia Tavares de (2004) "A política social no governo Lula". In.: *Novos Estudos Cebrap*, n.70.
- Alvarez, Michael e Nagler, Jonathan (1998) "When politics and models collide: estimating models of multiparty elections". In.: *American Journal of Political Science*, vol. 42, n.1
- Amaral, Oswaldo e Ribeiro, Pedro Floriano (2016) "Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014". In.: *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56.
- Ames, Barry (1994) "The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election". In.: *American Political Science Review*, vol. 88, no 1.
- Ames, Barry e Smith, Amy (2010) "Knowing Left From Right: Ideological Identification in Brazil, 2002-2006". In.: *Journal of Politics in Latin America*, 2, 3.
- Ames, Barry *et al.* (2013) "The Brazilian Electoral Panel Studies (BEPS): Brazilian Public Opinion in the 2010 Presidential Elections". In.: *IDB Technical Note*, No. 508.
- Angrist, Joshua e Pischke, Jorn-Steffen (2008). **Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion**. Princeton University Press
- Arretche, Marta. (2015) "Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais". In: Arretche, Marta (org.). **Trajetórias das Desigualdades**. Ed. Unesp.
- Aytaç, S. Erdem. (2014). "Distributive Politics in a Multiparty System: The Conditional Cash Transfer Program in Turkey". In.: *Comparative Political Studies*, Vol. 47(9) 1211–1237

Avelino, George; Biderman, Ciro; Barone, Leonardo. (2012) “Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil”. In.: *Dados*, vol. 55, n.4.

Bartels, Larry. (2010). “The study of electoral behavior”. In.: Jan E. Leighley (ed.). **The Oxford Handbook of American Politics and Political Behavior**.

Bezerra, Heloísa e Mundim, Pedro. (2011) “Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010?”. In.: *Opinião Pública*, vol. 17, n.2.

Bichir, Renata. (2010). “O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda”. In.: *Novos Estudos Cebrap*, n. 87.

Bichir, Renata. (2011). “Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do programa Bolsa-Família”. Tese de doutorado em Ciência Política, IESP-UERJ.

Biroli, Flávia e Mantovani, Denise. (2010). “Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao programa Bolsa Família e as eleições de 2006”. In.: *Opinião Pública*, vol. 16, n° 1

Bohn, Simone. (2011) “Social policy and vote in Brazil”. In.: *Latin American Research Review*, vol. 46, n.1

Bohn, Simone. (2013) “The electoral behavior of the poor in Brazil” In.: *Latin America Research Review*, vol. 48, n.2.

Brambor, Thomas; Clark, William; Golder, Matt. (2006) “Understanding interaction models: Improving empirical analyses”. In.: *Political Analysis*, 14 (1)

Brandão, André *et al.* (2008) “Opinião pública às vezes existe: uma avaliação do Programa Bolsa Família”. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP.

Bucheli, Juan Fernando (2015) “Conditional cash transfer schemes and the politicization of poverty reduction strategies”. In.: *Análisis Político*, n. 83.

Bueno, Natália e Dunning, Thad (2017) “Race, resources, and representation: evidence from Brazilian politicians”. In.: *World Politics*, n. 69 (2), 327-365.

Bursztyn, Marcel e Chacon, Suely (2011) “Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordeste”. In.: *Estudos Sociedade e Agricultura*, ano 19, vol. 1.

Camargo, Camila Fracaro *et al.*, (2013). “Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: O Que o Cadastro Único Revela?” In.: T. Campello e M. Côrtes Neri (eds) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília**. Brasília: Ipea.

Campbell, Angus; Converse, Philip; Miller, Warren; Stokes, Donald. (1980) *The American Voter*. University of Chicago Press, Chicago.

- Canêdo-Pinheiro, Maurício. (2015). “Bolsa família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de lula em 2006”. In.: *Economia Aplicada*, v. 19, n.1.
- Cardoso, Fernando Henrique (2008). “Avança Brasil: proposta de governo”. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas.
- Carraro, André *et al.* (2009) "It is the economy, companheiro!": an empirical analysis of Lula's re-election based on municipal data”. In.: *Economics Bulletin*, 01/2009; 29(2):976-991.
- Carreirão, Yan. (2007a). “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. In: *Opinião Pública*, vol.13, n. 2
- Carreirão, Yan. (2007b) “A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar”. In.: *Política e Sociedade*, n. 10, abril de 2007.
- Case, Anne. (2001). “Election goals and income redistribution: Recent evidence from Albania”. In.: *European Economic Review*, 45.
- Castro, Henrique Carlos de Oliveira *et al.*, (2009) “Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira”. In.: *Opinião Pública*, vol. 15, n.2.
- Cesop (2016). Intenção de voto para presidente 2006 - VOX POPULI/BRASIL06.OUT-02488. In.: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/busca/CESOP/pesquisa_usuario>
- Cesop (2016) Intenção de voto para presidente 2006 – ESEB 2010. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/busca/CESOP/pesquisa_usuario>
- Cho, Wendy (1998) “If the assumption fits...: a comment on the King Ecological Inference Solution”. *American Journal of Political Science*, 48, 1.
- Cho, Wendy e Manski, Charles (2010) “Cross-Level/Ecological Inference” In.: **Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford University Press.
- Cohn, Amélia (2012). **Cartas ao Presidente Lula – Bolsa Família e Direitos Sociais**. 1.ed. Ed. Pensamento Brasileiro.
- Coleman, James (1994) **Foundations of Social Theory**. Belknap Press of Harvard University Press
- Converse, Philip (1966) “The concept of a normal vote”. In.: Campbell, Angus (ed.) **Elections and the Political Order**, New York, NY: Wiley.
- Corrêa, Diego (2015a) “Conditional Cash Transfer Programs, the Economy, and Presidential Elections in Latin America”. In.: *Latin American Research Review*, v. 50
- Corrêa, Diego (2015b) “Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006”. In.: *Opinião Pública*, vol. 21, n.3.
- Corrêa, Diego e Cheibub, José Antonio (2016). “The Anti-Incumbent Effects of Conditional Cash Transfer Programs”. In.: *Latin American Politics & Society*, 58(1).

- Cox, Gary. (2010) “Core voter, swing voter and distributive politics”. In.: Shapiro, Ian; Stokes, Susan; Wood, Elisabeth Jean; Kirshner, Alexander (eds.). **Political Representation**. Cambridge University Press, Cambridge.
- Cox, Gary e McCubbins, Mathew D. (1986). “Electoral Politics as a Redistributive Game”. *Journal of Politics* 48: 370–89.
- Cox, Kevin (2005). **Political Geography: critical concepts in the Social Sciences**. Volume III. Ed. Routledge.
- Dalhberg, Matz e Johansson, Eva (2002). “On the Vote-Purchasing Behavior of Incumbent Governments”. In.: *The American Political Science Review*, vol. 96, n.1.
- De La O, Ana. (2013) “Do conditional cash transfers affect electoral behavior? Evidence from a randomized experiment in Mexico”. In.: *American Journal of Political Science*, 57 (1): 1-14.
- De La O, Ana. (2015) **Crafting Policies to End Poverty in Latin America**. Cambridge University Press.
- Diaz-Cayeros, Alberto; Estévez, Federico; Magaloni, Beatriz. (2012). **Strategies of vote buying: democracy, clientelism and poverty reduction in Mexico**. Mimeo
- Diaz-Cayeros, Alberto e Magaloni, Beatriz. (2009) “Aiding Latin America’s poor”. In.: *Journal of Democracy*, 2.
- Dixit, Avinash e Londregan, John. (1996). “The determinants of success of special interest in redistributive politics”. In.: *Journal of Politics*, Vol. 58, No. 4.
- Draibe, Sonia. (2003). “A política social no período FHC e o sistema de proteção social”. In.: *Tempo Social*, vol. 15, n.2.
- Dogan, Mattei e Rokkan, Stein. (1969). **Quantitative ecological analysis in the social science**. Massachusetts Institute of Technology.
- Downs, Anthony. (1999). **Uma teoria econômica da democracia**. Edusp, São Paulo.
- Duncan, Otis e Davies, Beverly. (1953). “An alternative to ecological correlation”. In.: *American Sociological Review*, 18.
- Esping-Andersen, Gosta. (1991). “As três economias políticas do welfare state”. In.: *Lua Nova*, n. 24.
- Ethington, Phillip e McDaniel, Jason. (2007). “Political places and institutional spaces”. In.: *Annual Review of Political Science*, 10.
- Fenwick, Tracy. (2009). “Avoiding Governors: the success of Bolsa Família”. In.: *Latin American Research Review*, vol. 44, n.1.
- Firebaugh, G. (2001). “Ecological fallacy, statistics of. In: Smelser NJ, Baltes PB (ed.) **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. Oxford: Elsevier Science.
- Fizbein *et al.*, (2009). Conditional cash transfer – A World Bank Policy Research Report.

- Fried, Brian. (2009). "Distributive politics and conditional cash transfers: the case of Brazil's Bolsa Família". In.: *World Development*, vol. 40, n. 5.
- Gelman, Andrew e Hill, Jennifer. (2007). **Data analysis using regression and multilevel/hierarchical models**. Cambridge University Press.
- Golden, Miriam e Min, Brian. (2013). "Distributive politics around the world". In.: *Annual Review of Political Science*, vol. 56
- Gómez Bruera. (2015). "Participation under Lula: between electoral politics and governability" In.: *Latin America Politics and Society*, vol. 57, n. 2.
- Goodman, Leo. (1953). "Ecological regression and behavior of individuals". In.: *American Sociological Review*, 18, 6.
- Goodman, Leo. (1959). "Some alternatives to ecological correlation". In.: *American Journal of Sociology*, 64, 6.
- Green, Donald; Palmquist, Bradley; Schickler, Eric (2002) **Partisan Hearts and Minds**. Yale University Press.
- Hagopian, Frances. (1996). **Traditional Politics and Regime Change in Brazil**. Cambridge University Press.
- Hall, Anthony. (2006). "From Fome Zero to Bolsa Família: social policies and poverty alleviation under Lula". In.: *Journal of Latin American studies*, 38 (4).
- Hall, Anthony. (2008). "Brazil's Bolsa Família: A double-edged sword?". In.: *Development and Change*, Volume 39, Issue 5, pages 799–822, September 2008.
- Hanmer, Michael e Kalkan, Kerem. (2013). "Behind the curve: Clarifying the Best Approach to Calculating Predicted Probabilities and Marginal Effects from Limited Dependent Variable Models". In.: *American Journal of Political Science*, Vol. 57, No. 1
- Hanushek, E; Jackson, J.; Kain, J. (1974). "Model specification, use of aggregate data, and the ecological correlation fallacy". In.: *Political Methodology*, n.1, vol.1
- Hevia, Felipe. (2011). "Relaciones Sociedad-Estado, participación ciudadana y clientelismo político en programas contra la pobreza: el caso de Bolsa Família en Brasil". In.: *América Latina Hoy*, 57
- Ho, Daniel *et al.* (2007). "Matching as nonparametric preprocessing for reducing model dependence in parametric causal inference". In.: *Political Analysis*, 15.
- Holzhacker, Denile e Balbachevsky, Elizabeth. (2007). "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". In.: *Opinião Pública*, vol. 13, n.2.
- Houtzager, Peter. (2008). "The silent revolution in anti-poverty programmes – minimum income guarantees in Brazil". In.: *IDS Bulletin*, vol. 38, nº 6, 2008.
- Huckfeldt, Robert e Sprague, John. (1987). "Networks in context: The social flow of political information". In.: *The American Political Science Review*, vol. 81, issue 4.

- Hunter, Wendy e Power, Timothy. (2005). "Lula's Brazil at midterm". In.: *Journal of Democracy*, Volume 16, Number 3.
- Hunter, Wendy e Power, Timothy. (2007). "Rewarding Lula: Executive power, social policy and the Brazilian elections of 2006" In.: *Latin American politics and society*. Vol., 49, n. 1.
- Idema, Timo. (2009). "Core voters or swing voters? The distributive politics of higher education spending". Paper apresentado na APSA. Disponível em: http://papers.ssrn.com/Sol3/papers.cfm?abstract_id=1450309
- Imai, Kosuke; King, Gary e Rivera, Carlos Velasco. (2016). "Do nonpartisan programmatic policies have partisan electoral effects? Evidence from two large scale randomized experiments". Working paper.
- Katz, Jonathan e King, Gary. (1999). "A statistical model for multiparty electoral data". In.: *American Political Science Review*, vol. 93, n.1.
- Kerstenetzky, Celia Lessa. (2009). "Redistribuição e desenvolvimento: A economia política do programa bolsa-família". In.: *Dados*, vol. 52, n. 1.
- Kiewiet, Roderick. (1983). **Macroeconomics & micropolitics**. University of Chicago Press.
- Key Jr., V. O. (1955). "A Theory of Critical Elections". In.: *Journal of Politics*, Vol. 17, No. 1.
- Key Jr., V.O. (1959). "Secular Realignment and the party system". In.: *Journal of Politics*, Vol. 21, No. 2.
- King, Gary. (1996). "Why context should not count". In.: *Political Geography*, vol. 15, n.2.
- King, Gary. (1997). **A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data**. Princeton: Princeton University Press.
- King, Gary; Tomz, Michael; Wittenberg, Jason (2000). "Making the Most of Statistical Analyses: Improving Interpretation and Presentation". In.: *American Journal of Political Science*, Vol. 44, No. 2.
- Kitschelt, Hebert e Wilkinson, Steven. (2007). "A research agenda for the study of citizen-politician linkages and democratic accountability" in Hebert Kitschelt e Steven Wilkinson (eds.) **Patrons, clients, and policies**. Cambridge University Press.
- Kramer, Gerald. (1983). "The ecological fallacy revisited: aggregate versus individual level findings on economics and elections". In.: *American Political Science Review*, vol. 77, n. 1.
- Landim Jr., Henrique. (2007). "Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Economia dos Municípios Brasileiros". Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/33P.pdf>.

- Larcinese, Valentino; Snyder Jr., James; Testa, Cecília. (2012). “Testing Models of Distributive Politics using Exit Polls to Measure Voters’ Preferences and Partisanship”. In.: *British Journal of Political Science*, vol. 43, Issue 04.
- Lavareda Antônio. (1991). **A democracia nas urnas: o processo eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo.
- Layton, Matthew e Smith, Amy. (2012). “Incorporating Marginal Citizens and Voters: The Conditional Electoral Effects of Targeted Social Assistance in Latin America” In.: *Comparative Political Studies*, Vol. 48(7).
- Lício, Elaine; Rennó, Lúcio; Castro, Henrique Carlos. (2009). “Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido”. In.: *Opinião Pública*, vol. 15, nº 1.
- Lindbeck, Assar e Weibull, Jorgen. (1987). “Balanced-budget redistribution as the outcome of political competition”. In.: *Public Choice*, n. 52.
- Linos, E. (2013). “Do conditional cash transfer programs shift votes? Evidence from the Honduran PRAF”. In.: *Electoral Studies*, 32, 864-874.
- Limongi, Fernando e Cortez, Rafael. (2010). “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. In.: *Novos Estudos Cebrap*, n. 88
- Limongi, Fernando e Guarnieri, Fernando. (2014). “A base e os partidos”. In.: *Novos Estudos Cebrap*, n. 99.
- Limongi, Fernando e Guarnieri, Fernando. (2015). “Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil”; In.: *Opinião pública*, vol. 21, nº 1.
- Limongi, Fernando e Mesquita, Lara. (2008). “Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004”. In.: *Novos Estudos Cebrap*, n.81
- Lindert, Kathy *et al.*, (2007). “Nuts and bolts of Brazil’s Bolsa Família Program: Implementing Conditional Cash Transfers in a Decentralized Context”. In.: World Bank Social Protection Paper.
- Lindert, Kathy e Vincensini, Vanina. (2010). “Social Policy, Perceptions and the Press: An Analysis of the Media’s Treatment of Conditional Cash Transfers in Brazil”. Discussion Paper, n. 1008, World Bank.
- Lipset, Seymour e Rokkan, Stein. (1990) “Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments” in Mair, Peter (org.) **The West European Party System**. Oxford University Press, Oxford.
- Long, Scott e Freese, Jeremy. (2014). **Regression Models for Categorical Outcomes Using Stata**. College Station, TX: Stata Press.
- Mainwaring, Scott; Meneguello, Rachel; Power, Timoty (2000). **Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo**. Paz e Terra, São Paulo.

- Magalhães, André; Silva, Marcelo Eduardo Alves; Dias, Fernando de Mendonça. (2015). “Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010”. In.: *Opinião Pública*, vol. 21, n.3.
- Manacorda, Marco, E. Miguel, and A. Vigorito. (2011). “Government Transfers and Political Support”. In.: *American Economic Journal: Applied Economics*, 3(3): 1–28.
- Marques, Ângela Cristina Salgueira. (2008) “O Programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias: o lugar ocupado pelo Estado na configuração dialógica dos espaços de debate público”. In: *ECO-PÓS*, v.11, n.1.
- Marques, Rosa. (2005). “A importância do Bolsa-Família nos municípios brasileiros”, In.: *Cadernos de Estudo Desenvolvimento Social em Debate*, n.1.
- Martins, Diogo; Mansano, Fernanda; Parré, José; Plassa, Wander. (2016). “Fatores que contribuíram para a reeleição da presidente Dilma Rousseff”. In.: *Política e Sociedade*, vo. 15, n. 32.
- Marzagão, Thiago. (2013). “A dimensão geográfica das eleições brasileiras”. In.: *Opinião Pública*, vol. 19, n2.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). “Perfil das pessoas e famílias no Cadastro Único do Governo Federal”.
- Medeiros, Marcelo; Britto, Tatiana e Soares, Fábio. (2007). “Transferência de renda no Brasil”. In.: *Novos Estudos Cebrap*, n. 79.
- Melo, Carlos Ranulfo. (2010). “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. In.: *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 4.
- Melo, Marcus André. (2005). “O sucesso inesperado das reformas de segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social”. In.: *Dados*, vol. 48, n.4.
- Menocal, A. (2001). “Do old habits die hard? A statistical exploration of the politicisation of Progresa, Mexico’s latest federal poverty-alleviation programme, under the Zedillo administration”. In.: *Journal of Latin American Studies*, 33.
- Morgan, Stephen e Wiship, Christopher. (2007). **Counterfactuals and Causal Inference: Methods and Principles for Social Research. Analytical Methods for Social Research**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mostafa, Joana *et al.*, (2010). “Efeitos econômicos do gasto social no Brasil”. In: Castro, Jorge Abrahao *et al.* (Ed.). **Perspectivas da política social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010.
- Nardulli, Peter. (1994). “A Normal Vote Approach to Electoral Change: Presidential Elections, 1828-1984”. In.: *Political Behavior*, vol. 16, n. 4.
- Neri, Marcelo *et al.*, (2013). “Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família”. In Campello e Cortez (org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA.

- Nicolau, Jairo. (2014). “Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória”. In.: *Opinião Pública*, vol. 20, n.3.
- Nicolau, Jairo e Peixoto, Vitor. (2007). “Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006”. XXXI Encontro da Anpocs.
- Nupia, Oskar. (2011). “Anti-poverty programs and presidential election outcomes: familias en acción in Colombia”. Bogotá, Universidad de los Andes/Cede.
- O’Donnell, Guillermo. (1996). “Poverty and inequality in Latin America: Some political reflections”. Working paper, number 225. University of Notre Dame.
- Oliveira, Carlos e Turgeon, Mathieu. (2015). “Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro”. In.: *Opinião Pública*, vol. 21, n.3.
- Paes de Barros, Ricardo *et al.* (2000). “Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável”. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 42.
- Paes de Barros, Ricardo *et al.*, (2007). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA.
- Paes de Barros, Ricardo *et al.*, (2008). “A importância das cotas para a focalização do programa bolsa-família”, Texto para discussão, n. 1349.
- Paes-Sousa, Rômulo e Vaitsman, Jeni. (2007). “Cadernos de Estudos Desenvolvimento em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2004-2006”, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Paiva, Luis Henrique *et al.* (2013). “Do Bolsa-Família ao Brasil sem Miséria” in Campello e Cortez (org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA.
- Peixoto, Vitor e Rennó, Lúcio. (2011). “Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil”. In.: *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2.
- Penfold-Becerra, Michael (2007) “Clientelism and Social Funds: Evidence from Chavez’s Misiones”. In.: *Latin American Politics and Society*. Vol. 49, n. 4.
- Pereira, Ana *et al.* (2015). “A eleição de Dilma em 2010 e seus determinantes: evidências empíricas do Programa Bolsa Família”. In.: *Análise Econômica*, n. 64.
- Pierucci, Flávio e Prandi, Reginaldo. (1995). “Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994”. In.: *Opinião Pública*. Vol. 3, n.1.
- Porto, Vasconcellos e Bastos. (2004). in Rubim, Antonio (org.) **Eleições presidenciais 2002 no Brasil**. Hacker Editores
- Przeworski, Adam e Sprague, John. (1986). **Paper stones**. The University of Chicago Press.
- Rawlings, Laura e Rubio, Gloria. (2005). “Evaluating the impact of conditional cash transfer programs”. The World Bank Research Observer 20.1.

Rego, Walquíria Leão e Pinzani, Alessandro. (2013). **Vozes do Bolsa-Família – autonomia dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp.

Rennó, Lúcio. (2007). "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". In.: *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2.

Rennó, Lúcio e Cabello, Andrea. (2010). "As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?". In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 74.

Rennó, Lúcio e Silva, Thiago. (2014). "Perdendo o fio da meada: ambiguidades e contradições na teoria do realinhamento". In.: *BIB*, n.77, 1º.

Ribeiro, Ricardo Mendes. (2014). "Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL". In.: *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 22, n. 49.

Robinson, W. S. (1950). "Ecological correlations and the behavioral of individuals". In: *American Sociological Review*, vol. 15, n.3.

Rocha, Sonia. (2011). "O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre pobreza". In.: *Economia e Sociedade*, vol. 20, n.1.

Sandberg, Johan e Tally, Engel. (2015). "Politicisation of Conditional Cash Transfers: The Case of Guatemala". In.: *Development Policy Review*, n.33.

Santos, Wanderley Guilherme. (1979). **Cidadania e Justiça**, Ed. Campus.

Schwartz, Sharon. (1994). "The fallacy of the ecological fallacy: the potential misuse of a concept and the consequences". In.: *American Journal of Public Health*. 84(5).

Selvin, Kevin. (1958). "Durkheim's Suicide and Problems of Empirical Research", In.: *American Journal of Sociology*, vol. 63, n. 6.

Sewall, Renne. (2008). "Conditional Cash Transfer Programs in Latin America". In.: *SAIS Review of International Affairs*, vol. 28, n.2.

Schady, Norbert. (2000). "The political economy of expenditures by the Peruvian social fund (FONCODES), 1991-95". In.: *The American Political Science Review*, 94, 289-304.

Shepsle, Kenneth e Weingast, Barry. (1981). "The Political Economy of Benefits and Costs: A Neoclassical Approach to Distributive Politics" In.: *Journal of Political Economy*, n. 89, n. 4.

Silva, Maria Ozanira da Silva *et al.* (2012). **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. Ed. Cortez.

Simoni Jr., Sergio. (2012). "Flutuação do voto e sistema partidário: o caso de São Paulo", Dissertação de Mestrado, DCP-USP.

Singer, André. (1990). "Collor na periferia: a volta por cima do populismo?" in Lamounier, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. Sumaré/Idesp, São Paulo.

- Singer, André. (2012). **Os sentidos do lulismo**. Ed. Companhia das Letras.
- Snijders, Tom e Bosker, Roel. (2012). **Multilevel analysis**. SAGE Publications.
- Soares, Fábio Veras; Ribas, Rafael; Osório, Rafael. (2010). "Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família". In.: *Latin American Research Review*, vol. 45, n.2.
- Soares, Gláucio. (2000). "Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal". In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 43.
- Soares, Gláucio e Terron, Sonia. (2008). "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". In.: *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2
- Soares, Gláucio e Terron, Sonia. (2010). "As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio". In.: *Opinião Pública*, vol. 16, n. 2.
- Soares, Sergei e Sátyro, Natália. (2009). "O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras", TD 1424, IPEA.
- Souza, Tatiane e Cribari Neto, Francisco. (2013). "Uma estimativa do impacto eleitoral do Programa Bolsa-Família". In.: *Rev. Bras. Biom.*, vol. 31, n.1.
- Sprinz, Detlef. (2000). "Cross-level inference in political Science". In.: *Climatic Change*, 44.
- Stokes, Susan. (2005). "Perverse accountability: a formal model of machine politics with evidence from Argentina". In.: *American Political Science Review*, vol.99, n. 3, p. 315-25.
- Stokes, Susan. (2009). "Political Clientelism" in Carles Boix and Susan C. Stokes (ed.) **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford University Press.
- Stokes, Susan; Dunning, Thad; Nazareno, Marcelo; Brusco, Valeria. (2013). **Brokers, voters and clientelism: the puzzle of distributive politics**. Cambridge University Press.
- Subramanian *et al.* (2009). "Revisiting Robinson: the perils of individualistic and ecologic fallacy". In.: *International Journal of Epidemiology*, n.38.
- Tendências. (2007). Encarte. In.: *Revista Opinião Pública*, vol.13, nº1.
- Thomé, Débora. (2013). **O Bolsa-Família e a social-democracia**. Ed FGV.
- Tomz, Michael; Tucker, Joshua; Wittenberg, Jason (2002) "An Easy and Accurate Regression Model for Multiparty Electoral Data". In: *Political Analysis*, 10:1
- Valente, Ana Luiza. (2003). "O Programa Nacional de Bolsa Escola e as ações afirmativas no campo educacional". *Revista Brasileira de Educação*, 2003, nº 24.
- Ward, Michael D. and Gleditsch, Kristian Skrede. (2008). **Spatial Regression Models**. Sage Publications.
- Winters, Matthew. (2010). "Exploring Changes Over Time in the Targeting of a Cash Transfer Program in Ecuador". Presented at the 2009 and 2010 Midwest Political Science Association Annual Meetings.

Wright, Gavin. (1974). "The political economy of new deal spending: an econometrics analysis". In.: *The review of economics and statistics*, vol. 56, n. 1.

Wright, Gerald. (1989). "Level of analysis effects on explanation of voting: the case the 1982 US Senate Elections". In.: *British Journal of Political Science*, vol. 19, n.3.

Zucco, Cesar. (2008). "The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Election". In.: *Journal of Latin American Studies*, vol. 40(1).

Zucco, Cesar. (2010). "Poor places, poor voters: Persisting patterns in presidential elections in Brazil", Working paper.

Zucco, Cesar. (2013). "When pay outs pay off: conditional cash-transfer and voting behavior in Brazil 2002-2010". In.: *American Journal of Political Science*, 47(3).

Zucco, Cesar. (2015). "The Impacts of Conditional Cash Transfers in Four Presidential Elections (2002-2014)". In.: *Brazilian Political Science Review*, 9(1).

Zucco, Cesar e Power, Timothy. (2013). "Bolsa-Família and the Shift in Lula's Electoral Base, 2002-2006". In.: *Latin American Research Review*, 48(2).

Zuckerman, Alan. (2005). **The social logic of politics: personal networks as contexts for political behavior**. Temple University Press

Anexo A.1 - Breve histórico do PBF e sua relação com disputa eleitoral no Brasil

Programas de transferência de renda condicionada (CCT, na sigla em inglês) a nível local começaram a ser implementados no Brasil a partir de 1995, nas prefeituras de Campinas, Ribeirão Preto e Santos, todas do estado de São Paulo, e no governo estadual do Distrito Federal (DF) (Silva *et al.*, 2012). Curiosamente, são prefeitos e governados do PT e do PSDB que lideraram as primeiras experiências brasileiras com esse tipo de política.

Em todos esses programas, em que pese algumas diferenças, os governos transferiam mensalmente dinheiro diretamente à famílias pobres, com exigência de contrapartidas relacionadas à frequência escolar das crianças. Como ressalta Rocha (2011), entretanto, essas localidades se diferenciavam muito do restante do Brasil. Todas têm relativamente baixa taxa de pobreza, e não apresentam muitas restrições orçamentárias. Isso possibilitou, por exemplo, o pagamento de um salário mínimo no programa do DF¹⁰⁸.

A visibilidade e o rápido sucesso na opinião pública tornaram esse tipo de programa uma espécie de panaceia. Rocha (2011) destaca que nas campanhas municipais para as prefeituras em 1996 vários candidatos de diversos partidos apresentaram propostas de implementação de CCT, mesmo em locais de precárias condições fiscais e burocráticas. Soares e Sátyro (2009) observam que ocorreu uma verdadeira explosão de programas locais nos anos seguintes

As experiências locais atingiram aos poucos o nível federal, à época controlado pelo PSDB¹⁰⁹. Em 1997, o governo aprova uma lei conhecida como Programa de Garantia de Renda Mínima, visando ajudar no financiamento de CCT's locais, cobrindo parte de seus custos de operação.

Na campanha presencial de 1998, os termos “fome, pobreza e desigualdade” passam a ser centrais no programa do PSDB (Thomé, 2013). O partido havia sido eleito em 1994 sob a bandeira da queda da inflação, mas já desde 1998 procura conceder, em

¹⁰⁸ A magnitude do benefício do programa foi utilizada na campanha presidencial de 2006 pelo ex-governador do DF, então candidato do PDT, para criticar o baixo valor do PBF. Ver Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – Presidente 2006. In: Acervo de Programas Políticos do Dixa. Dixa – Laboratório de Estudos Eleitorais, em Comunicação Política e Opinião Pública – IESP/Uerj.

¹⁰⁹ Na verdade, as discussões nacionais já tinham um precedente, com o projeto de Renda Mínima proposta por um senador do PT de SP.

alguma medida, ênfase em políticas sociais. Mais do que isso, Draibe (2003) diz que a grande mudança no programa de governo do partido no âmbito das políticas sociais entre os dois pleitos foi a ênfase nos CCT's. O programa do PSDB propunha em realizar uma “nova revolução nas políticas sociais e de transferência de renda” (Cardoso, 2008: 3). No entanto, ainda naquele momento, a visão que se defendia era de que programas de transferência de renda deveriam ser atribuição apenas dos poderes locais, cabendo ao governo federal apenas o cofinanciamento.

O segundo mandato do PSDB foi marcado pela disputa dentro da coalizão em torno da definição da candidatura presidencial no pleito de 2002. E uma das principais arenas de conflito foi no âmbito de *credit-claiming* de políticas sociais. Alguns analistas notam que o então presidente desejava que a plataforma da candidatura governista em 2002 focasse nas políticas sociais (Almeida, 2007). Segundo Melo (2005: 868): “Fernando Henrique Cardoso também queria ter um programa que fosse carro-chefe do seu segundo mandato e esperava que inovações nas políticas sociais desempenhassem tal papel”.

Lideranças do PFL, principal aliado do PSDB no governo federal, se movimentaram no Congresso a partir de 1999 para aprovar uma emenda constitucional conhecida como “Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza”, cuja proposta previa o financiamento de políticas sociais por meio de aumento na alíquota de impostos.

Diante da relutância de ministros do governo da área da Fazenda e do Planejamento em apoiar a proposta, setores do PFL se uniram publicamente ao PT para defender maior ênfase nas políticas sociais¹¹⁰. Após meses de negociações, e provavelmente temendo desgastes eleitorais, o governo decidiu apoiar a proposta.

Buscando reforçar sua imagem e sua plataforma para 2002, o governo organiza, nos últimos anos de seu segundo mandato, um conjunto de políticas sociais em uma marca chamada de “Rede de Proteção Social”¹¹¹. Dois dos principais programas dessa rede são os primeiros programas de transferência de renda condicionada do governo federal,

¹¹⁰ <https://www.senado.gov.br/noticias/OpinioPublica/inc/senamidia/historico/1999/10/zn101952.htm>
As desavenças entre PSDB e PFL acabariam por resultar na quebra da coligação PSDB-PFL na eleição de 2002.

¹¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=Yi0778u6PxY>

criados em 2001¹¹²: o Programas Bolsa-Escola Federal (PBE) e o Programa Bolsa-Alimentação (PBA)¹¹³.

Ambos consistiam, grosso modo, em transferência de dinheiro mensal às famílias consideradas pobres, tendo como contrapartida a frequências dos filhos à escola e cuidados médicos de gestantes e recém nascidos. A identificação e o cadastro das famílias era realizada pelos municípios, a partir de cotas definidas por critérios técnicos, e a seleção de beneficiários e a operacionalização do pagamento era realizado pelo governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal. Para identificar e coletar informações sobre as famílias, foi criado o Cadastro Único dos Programas Sociais.

O PBE era vinculado ao Ministério da Educação e o PBA ao da Saúde. Ou seja, os programas de transferência de renda estavam diretamente vinculados à ministérios cujos titulares eram dois importantes pré-candidatos do PSDB (Almeida, 2006), sendo enfim escolhido o então ministro da Saúde.

Em 2002, às vésperas da eleição, foi criado o Cartão-Cidadão, um cartão eletrônico para saque dos diversos programas. O presidente, no lançamento do cartão, declara que: “O Governo FHC – como eles chamam – conseguiu combater a inflação, fez a estabilidade. E parece que isso teria sido a marca desse Governo. Não acho bom isso. Se vocês quiserem saber o que acho que conseguimos deixar marcado no Brasil é que, pela primeira vez na nossa História, chegamos aos mais pobres – aos mais pobres, mesmo, nos rincões e locais mais perdidos do Brasil”¹¹⁴.

Não passou despercebido a vinculação entre as políticas e o calendário eleitoral, seja na imprensa¹¹⁵, seja entre os partidos. Um deputado do PCdoB afirmou que: “Isso parece mais uma rede de proteção eleitoral do que de proteção social”. Valente (2003) nota que PT criticara o baixo valor da transferência concedida pelo PBE e pelo PBA (15 reais por criança, com máximo de 45 reais por família)

¹¹² O Benefício de Prestação Continuada começou a vigorar efetivamente em 1996, no entanto este é um programa de assistência social de transferência de renda não condicionada, de caráter constitucional.

¹¹³ Tem ainda o Auxílio-Gás, transferência de renda não condicionada. Nesse mesmo ano ocorre ainda a criação dos programas de transferência de renda do estado e da cidade de São Paulo, formulados respectivamente pelo PSDB e PT.

¹¹⁴ <http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/discurso-do-presidente-da-republica-fernando-henrique-cardoso-na-cerimonia-de-lancamento-do-%C2%A5cartao-cidadao%C2%A5-rio-de-janeirorj/>

¹¹⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2605200212.htm>

Enquanto o governo se movimentava para construir uma plataforma e discurso para a eleição de 2002, o principal partido da oposição também formulava sua proposta de política social. Em outubro de 2001, o PT apresenta o Projeto Fome-Zero, de combate à fome e à pobreza¹¹⁶.

Fica claro a relação entre política social e a disputa eleitoral. Partidos, de todas as vertentes, buscam plataformas que possam ter apelo eleitoral, prometem e distribuem políticas sociais com esse intuito. Mais do que isso, cabe frisar que o alcance de cada política está condicionada às estratégias de competição dos partidos na formação de discursos.

Ainda que Zucco (2013) encontre evidências de que em 2002 o PBE e o PBA apresentaram retorno eleitoral para o PSDB, não se pode sobredimensionar a importância eleitoral dessas políticas. Levantamento de Porto, Vasconcellos e Bastos (2004) mostra que o candidato governista do PSDB dedicou pequena parte de seu tempo a programas de transferência de renda em sua propaganda eleitoral na TV¹¹⁷. Além disso, o programa de governo de seu partido concedia poucas frases à esta política¹¹⁸.

As evidências coletadas pelos autores, além disso, mostram que as menções do candidato do PT a programas sociais de transferência de renda são inexpressivas. Seu programa eleitoral da TV, antes, concede ênfase na conjuntura econômica e social. Em diagnóstico semelhante, Almeida (2004: 13) afirma que “no terreno das políticas sociais (...), pouco se disse durante a disputa eleitoral”.

O PSDB é derrotado pelo PT no pleito de 2002 que desde então ganhou todas as eleições presidenciais. Seu governo se inicia em 2003 com a bandeira, na área social, do programa Fome Zero. No discurso de posse, o presidente declara que: “defini entre as prioridade de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”¹¹⁹.

Tratava-se de um projeto abrangente, que se dividia em políticas estruturais, políticas específicas e locais. Dentre as primeiras, constavam os programas de

¹¹⁶ http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/011017/doc_sintese.pdf

¹¹⁷ O candidato do PSB também tocou no assunto, ressaltando seus programas locais no RJ (Cheque Cidadão).

¹¹⁸ <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-serra.pdf>

¹¹⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>

transferência de renda, especificamente o Bolsa-Escola e o Renda Mínima¹²⁰. Esses programas figuravam ao lado de propostas de reforma agrária, de incentivo à agricultura familiar e de geração de emprego. Central na proposta original era a instalação de diversos comitês nas cidades com objetivo de atendimento à população pobre e de fortalecimento da “sociedade civil” com atividades de formação política.

Ou seja, dentro do projeto social original do governo do PT, os programas de transferência de renda não figuravam como proeminentes ou centrais. Um CCT foi implementado em 2003, o Cartão-Alimentação, mas o dinheiro repassado às famílias deveria ser destinado exclusivamente na compra de alimentos.

A despeito da aprovação pela opinião pública, desde o seu princípio, o Fome Zero apresentou grandes dificuldades operacionais. A boa recepção que encontrara nos meios de comunicação logo seria revertida em críticas¹²¹. O fracasso do principal programa do governo poderia prejudicar as chances de reeleição do governo.

O presidente decide, então, alterar seu foco na política social. A partir de diagnóstico¹²² formulados por técnicos fora dos quadros tradicionais do partido¹²³, o presidente decide fortalecer os programas de transferência de renda, desidratando, paulatinamente, os comitês locais e outras políticas que se encontravam no guarda-chuva do Fome-Zero.

A avaliação que se fazia na época, no entanto, era de que os programas vigentes padeciam de problemas burocráticos, notadamente a ausência de coordenação e de um cadastro unificado de qualidade. Nessas condições, era possível, e de fato acontecia, de uma família receber benefícios de todos os programas, enquanto outra, nas mesmas condições, não receber nenhum.

Assim, em dezembro de 2003, o governo edita uma Medida Provisória (MP) criando o Programa Bolsa-Família (PBF), que consiste na unificação dos programas de transferência de renda federais. Inicialmente, o PBF era vinculado diretamente à presidência, denotando sua importância na agenda do governo. Posteriormente, seria

¹²⁰ Que seria aprovado pela Câmara em 2004.

¹²¹ Matéria de VEJA em fevereiro de 2003 tinha como título “Fome Zero, confusão dez”.

¹²² http://www.fedesp.org.br/superior/politica_econ_ref_estrut.pdf

¹²³ Houtzager (2008) relata história semelhante na implementação do programa Renda Mínima na cidade São Paulo.

criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para gerir o programa.

O PBF consiste em benefícios básicos direcionados à população extremamente pobre e benefícios variáveis destinados à famílias pobres com crianças. As contrapartidas são, basicamente, frequência escolar, vacinação e exames pré-natal para gestantes e cuidados de saúde de nutrizes¹²⁴.

A MP foi aprovada como projeto de lei de conversão em 2004. Ao contrário do que se poderia esperar, a tramitação da proposta no Congresso Nacional não revela disputa entre governo e oposição¹²⁵. Antes, a aprovação do projeto foi feita por votação simbólica.

Mais do que isso, grande parte das emendas apresentadas pela oposição buscou ampliar os benefícios do programa – incorporando idosos, deficientes, aumentando o limite de renda - ou restringir o poder do Executivo na definição de valores e de elegibilidades. Esses parlamentares ressaltavam que o PBF não mais era que a integração de programas criados no governo anterior, sob a égide PSDB-PFL, e logo, não havia motivos para rejeitá-lo.

Essa questão fica ainda mais interessante quando se lembra que o PBF era inicialmente alvo de fortes críticas de setores da esquerda e do PT. Uma eminente economista dos quadros do partido disse em entrevista: “é um espanto que (...) faça uma nova Agenda que proponha para o Brasil – único país que tem políticas universais em saúde, no ensino público básico e no INSS (...) a focalização dos programas sociais¹²⁶. Almeida (2004: 8) resalta que a ênfase na CCT “aponta para uma concepção de proteção social e um estilo de fazer política social que se afastam das expectativas difusas sobre a atuação reformadora do PT”¹²⁷.

Gómez Bruera (2015) argumenta que considerações eleitorais guiaram a construção do Programa Bolsa-Família. O primeiro mandato do PT na presidência corria

¹²⁴ Os parâmetros do programa se alteraram com o correr dos anos, sempre no sentido de aumentar a cobertura e o valor das transferências. Para maiores detalhes, consultar Soares e Sátyro (2009) e Paiva *et al.* (2013)

¹²⁵ Agradeço a Lilian Sendretti pelo trabalho realizado.

¹²⁶ Trata-se de Maria da Conceição Tavares. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2104200312.htm>

¹²⁷ Ver ainda coluna do jornal O Estado de São Paulo: “Bolsa-Família, de patinho feio a grande trunfo político” <http://economia.estadao.com.br/blogs/fernando-dantas/bolsa-familia-de-patinho-feio-a-grande-trunfo-politico/>

o risco de terminar sem uma marca social forte, o que poderia significar em derrotas eleitorais. Matéria de imprensa de setembro de 2004 apontava que: “A atuação do governo na área social, bandeira histórica do PT e um dos motivos pela eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caminha a passos lentos e preocupa a cúpula do Executivo¹²⁸”.

Sintomático dessa visão é a avaliação que Hunter e Power (2005) elaboram sobre os dois primeiros anos de governo do PT. Além de reforçarem o diagnóstico de fracasso do Fome Zero, os autores também se mostram céticos ao sucesso do PBF:

Although it would be premature to write off the Fome Zero and Bolsa Família programs as failure (...) it is fair to say that the strong reputation that the PT earned in the past two decades for its ability to effectively implement innovative social programs at the local level has yet to be replicated at the national level (Hunter e Power, 2005: 132)

Em suma, com a vantagem do olhar retrospectivo, pode-se observar que não era evidente e automático o triunfo que o PT poderia obter do PBF. Desde o princípio o programa esteve envolto em problemas de implementação, sendo alvo de críticas ideológicas e políticas, isto sem contar as disputas sobre a responsabilidade de formulação do programa com partidos oposicionistas, que aprovaram sem objeções sua promulgação.

Eleição 2006

O ano de 2005 foi marcado pelo surgimento do escândalo de corrupção conhecido como mensalão, que atingiu em cheio ao PT. A avaliação do governo e a identificação com o PT despencaram, e a oposição, notadamente o PSDB, dava como certa a vitória eleitoral no ano seguinte.

No entanto, a partir do começo de 2006, pesquisas indicavam que a intenção de voto no PT na disputa presidencial estava crescendo. Mais do que isso, mostravam forte apoio ao partido entre os mais pobres, e, em especial, entre beneficiários do PBF.

O programa expandiu rapidamente no primeiro semestre de 2006. O governo decidira antecipar o cumprimento da meta de governo de 11 milhões de beneficiários para

¹²⁸ <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI383965-EI1194,00Area+social+enfrenta+dificuldades+e+preocupa+Lula.html>

a metade do ano. Pesquisas de avaliação indicam que o PBF obtinha importantes impactos sociais e econômicos, com boa focalização entre os mais pobres, ainda que com problemas na verificação de cumprimento das condicionalidades.

Não demorou para que setores da mídia apresentassem o programa como grande ativo eleitoral do PT. Discursos começaram a ser elaborados de que o PBF continha forte componente clientelista, e representava uma política de compra de votos. Pesquisas de intenção de voto que destacavam importante polarização social e regional nas preferências eleitorais reforçavam esse diagnóstico.

O governo buscava sublinhar ter tomado medidas para evitar uso eleitoral “indevido” do programa. O MDS decidira que a partir de julho de 2006 nenhuma família nova seria incluída no PBF, e ainda alterou parâmetros da divulgação e propaganda do programa social, minimizando a exposição da marca e logotipo do governo federal. Os órgãos de fiscalização e controle da administração, como o Tribunal de Contas da União, realizaram auditoria e concluíram que não existiam indícios de uso político do PBF em 2006.

Na campanha eleitoral presidencial, o PT elenca o PBF como uma de suas bandeiras, mas não se restringe ao programa, ressaltando outras políticas sociais e resultados econômicos (Carreirão, 2007b). O programa de governo para o período 2007-2010 cita o PBF apenas 5 vezes¹²⁹. O candidato do PSDB, ex-governador de São Paulo, por sua vez, afirma que, caso eleito, manteria o PBF, concedendo, no entanto, maior ênfase nas chamadas “portas de saída”¹³⁰. Apresenta, ainda, o programa estadual de transferência de renda de São Paulo, Renda Cidadã, como exemplo de seu compromisso com políticas desse tipo.

A eleição de 2006 talvez seja a mais estudada pela Ciência Política brasileira. Diversos autores consideram-na uma eleição crítica, ressoando o conceito formulado por Key Jr. (1955: 4) a mais de 60 anos para estudar a dinâmica política norte-americana: “the decisive results of the voting reveal a sharp alternation of the pre-existing cleavage within the electorate”, com duração de longo-prazo e impactos importantes no funcionamento do sistema político como um todo.

¹²⁹ http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf

¹³⁰ É comum em outros países da América Latina desafiantes também defenderem os programas de transferência de renda implementados pelos incumbentes.

Central em todos os diagnósticos está a importância do PBF. A distribuição do programa social é considerada como uma - se não a principal - das explicações para os resultados eleitorais. O PT ganha a eleição de 2006, com altas margens de voto no Nordeste e Norte do país, ao menos tempo em que perde em São Paulo e no Sul do país, em correlação quase perfeita com a distribuição regional do programa de transferência de renda.

Mais do que isso, segundo boa parte dos diagnósticos, o PBF ajudaria a conformar uma mudança da base social de apoio eleitoral ao PT. Segundo grande parte dos analistas, as bases eleitorais do PT, único partido competitivo em todas as eleições presidenciais, teriam passado por uma inversão: o partido desde então teria passado a receber maior apoio no Nordeste, e nas pequenas cidades, enquanto perderia força na sua antiga base do Sudeste e Sul, e nas grandes metrópoles. Processo análogo, segundo alguns autores, teria ocorrido ao nível individual: eleitores de menor escolaridade e renda, outrora avessos a votar no partido, passariam a constituir a base eleitoral do partido a partir daquele pleito.

Ainda que a literatura não tenha se dedicado com afínco a entender as razões da perda de apoio eleitoral nos setores de classe média¹³¹, é ponto praticamente consensual que setores populares, particularmente localizados no Nordeste, passaram a apoiar o PT e, em boa medida, isto teria se dado devido ao PBF.

¹³¹ Hunter e Power (2007) e Singer (2012) sugerem que os escândalos de corrupção do mensalão teriam motivado o abandono de setores de classe média que outrora apoiavam o partido ciosos de seu discurso ético. Rennó (2007), no entanto, analisando dados de survey, não comprava essa hipótese. Corrêa e Cheibub (2016) apresentam tese mais robusta: os programas de transferência teriam motivado a saída do eleitorado contrário à essas políticas.

Anexo B.1 – Modelos completos

Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral % PT 2002

VD % PT 2006	A - OLS		B –Erro espacial	
% PT 2002	0.360***	(0.0519)	0.369***	(0.0115)
% PBF	0.332***	(0.0464)	0.192***	(0.0129)
Sul	0.378	(2.082)	-2.252**	(1.0602)
Centro-Oeste	-5.715***	(1.672)	-6.202***	(1.422)
Norte	-3.801	(3.140)	-1.582	(1.5078)
Nordeste	5.310**	(2.275)	10.694***	(1.0495)
Prefeitura PT	-1.713**	(0.797)	-1.42***	(0.341)
Governador PT	-4.835**	(2.003)	-5.22***	(1.09)
% Δ PIB 2006-2005	0.0550***	(0.0137)	0.022***	(0.006)
% População Urbana	0.0231	(0.0210)	0.027***	(0.007)
IDH	-17.29	(12.85)	-41.33***	(3.59)
(Ln) população	0.888**	(0.391)	0.157	(0.115)
% Minorias raciais	0.240***	(0.0486)	0.173***	(0.013)
% Pentecostais	0.109	(0.0644)	0.162***	(0.027)
% PIB setor público	0.135***	(0.0426)	0.038***	(0.011)
Constante	7.295	(7.377)	37.35**	(2.59)
<i>Lambda</i>			0.747***	(0.0109)
<i>N</i>	5563		5563	
adj. R^2	0.726		0.854	
Log likelihood			-18939.77	
Akaike info criterion			37911.5	
Schwarz criterion			38017.5	

Erros-padrões em parênteses. No modelo OLS, os erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Anexo C.1 – Modelos completos

Modelos aditivos OLS e espacial com base eleitoral *core* e *swing*

VD % PT 2006	A - OLS		B –Erro espacial	
% Core PT	0.400***	(0.121)	0.366***	(0.0318)
% Swing PT	0.201**	(0.0750)	0.232***	(0.0316)
% Core PSDB	-0.0485	(0.112)	-0.074***	(0.0286)
% Swing PSDB	0.227***	(0.0738)	0.118***	(0.025)
% PBF	0.340***	(0.0414)	0.195***	(0.0129)
Sul	-0.956	(1.946)	-4.077***	(1.072)
Centro-Oeste	-5.520***	(1.502)	-6.168***	(1.395)
Norte	-3.457	(3.266)	-1.537	(1.479)
Nordeste	3.282	(2.444)	8.833***	(1.056)
Prefeitura PT	-1.971**	(0.753)	-1.507***	(0.341)
Governador PT	-3.704*	(2.010)	-3.989***	(1.099)
% Δ PIB 2006-2005	0.0409**	(0.0163)	0.019***	(0.006)
% População Urbana	0.0370*	(0.0195)	0.026***	(0.007)
IDH	-22.38*	(11.94)	-42.79***	(3.60)
(Ln) população	0.555	(0.391)	0.069	(0.116)
% Minorias raciais	0.217***	(0.0432)	0.166***	(0.013)
% Pentecostais	0.0129	(0.0702)	0.101***	(0.028)
% PIB setor público	0.126***	(0.0390)	0.032***	(0.011)
Constante	14.71	(12.26)	44.43***	(3.65)
<i>Lambda</i>			0.742***	(0.011)
<i>N</i>	5564		5564	
adj. <i>R</i> ²	0.733		0.855	
Log likelihood			-18920.5975	
Akaike info criterion			37879.2	
Schwarz criterion			38005.1	

Erros-padrões em parênteses. No modelo OLS, os erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF.

p* < 0.1, *p* < 0.05, ****p* < 0.01

Anexo D.1 – Modelos completos

Modelos interativos OLS com base eleitoral *core* e *swing*

VD % PT 2006	A - OLS		B- OLS	
% Core PT	0.424***	(0.126)	0.393***	(0.125)
% Swing PT	0.208**	(0.0810)	0.200**	(0.0747)
% Core PSDB	-0.0362	(0.117)	-0.0541	(0.115)
% Swing PSDB	0.243***	(0.0771)	0.228***	(0.0758)
% PBF	0.398***	(0.0626)	0.23***	(0.0636)
Nordeste	8.075*	(4.247)	8.172*	(4.345)
Nordeste * % PBF	-0.0700	(0.0747)	0.0857	(0.0747)
Sudeste			1.396	(2.436)
Sudeste * % PBF			0.176***	(0.0543)
Norte			0.00128	(4.865)
Norte * % PBF			0.112	(0.0849)
Sul			1.407	(2.556)
Sul * % PBF			0.127	(0.0815)
Prefeitura PT	-1.975**	(0.770)	-1.945**	(0.757)
Governador PT	-4.348*	(2.275)	-3.515*	(2.055)
% Δ PIB 2006-2005	0.0524***	(0.0184)	0.0430**	(0.0168)
% População Urbana	0.0411**	(0.0193)	0.0377*	(0.0197)
IDH	-17.82	(11.82)	-20.56	(12.47)
(Ln) população	0.663	(0.445)	0.549	(0.387)
% Minorias raciais	0.181***	(0.0367)	0.205***	(0.0490)
% Pentecostais	-0.0384	(0.0702)	0.0219	(0.0733)
% PIB setorpúblico	0.131***	(0.0419)	0.126***	(0.0394)
Constante	7.940	(12.15)	11.49	(12.25)
N	5564		5564	
adj. R ²	0.728		0.733	

Erros-padrões são *clusterizados* ao nível das UF em parêntesis.

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Anexo E.1 – modelos completos

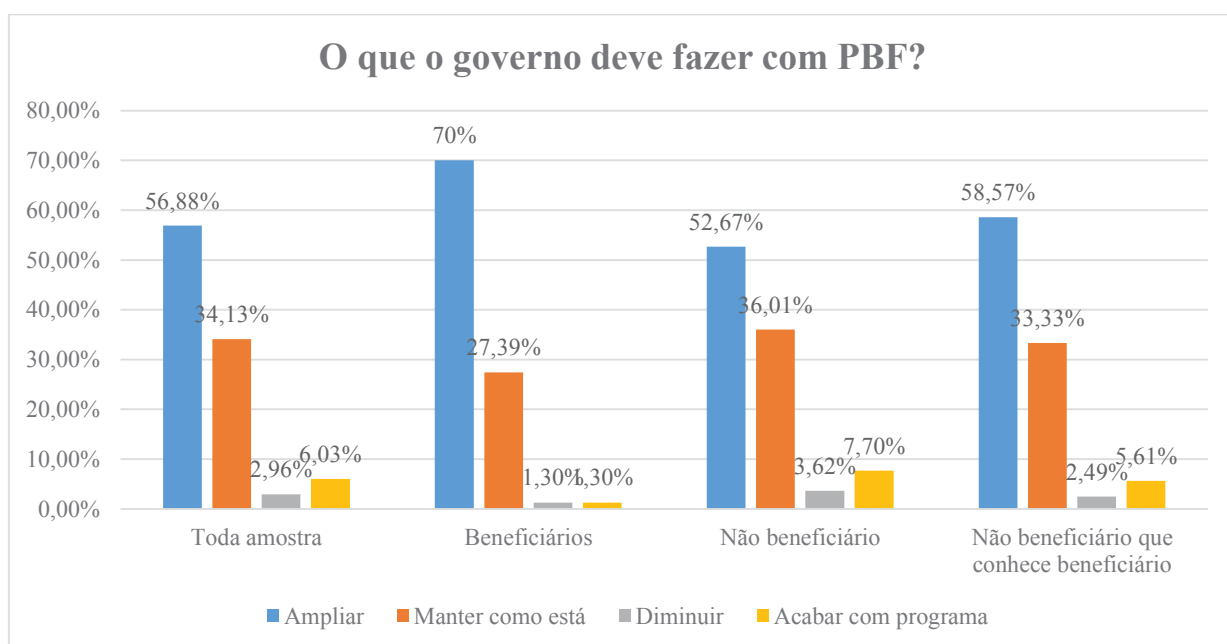
Modelo multinível com base eleitoral core e swing

VD % PT 2006	A –Multinível	Erro-padrão
% Core PT	0.378***	(0.0317)
% Swing PT	0.218***	(0.0330)
% Core PSDB	-0.0751***	(0.0284)
% Swing PSDB	0.132***	(0.0262)
% PBF	0.260***	(0.0262)
Sul	-5.866	(6.333)
Centro-Oeste	-8.444	(6.353)
Norte	-6.549	(5.280)
Nordeste	6.231	(4.957)
Prefeitura PT	-1.301***	(0.422)
Governador PT	-5.326	(5.264)
% Δ PIB 2006-2005	0.0313***	(0.00717)
% População Urbana	0.00938	(0.00774)
IDH	-17.42***	(3.680)
(Ln) população	0.186	(0.123)
% Minorias raciais	0.194***	(0.0113)
% Pentecostais	0.0599**	(0.0265)
% PIB setor público	0.0809***	(0.0122)
Constante	25.57***	(5.729)
N	5564	
Number of groups	27	
<i>Random-effects Parameters</i>		
Desvio-padrão (% PBF)	0.1032***	(0.021)
Desvio-padrão (constante)	10.9***	(1.755)
Corr (% PBF – constante)	-0.716***	(0.144)
Log likelihood	-19496.065	

Standard errors in parentheses chi2(3) = 1508.78 Prob> chi2 = 0.0000

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Anexo A.2 – Apoio ao PBF - BEPS - 2010



Anexo B.2 - Determinantes de receber e conhecer PBF - 2006

	RECEBE		CONHECE	
	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>
Renda (Até 1 S.M.)				
De 1 a 5 S.M.	-0.468*** (0.144)	0.626*** [0.472,0.831]	-0.136 (0.152)	0.873 [0.649,1.175]
De 5 a 10 S.M.	-1.021*** (0.267)	0.36*** [0.213,0.608]	-0.513*** (0.198)	0.599*** [0.406,0.882]
Mais de 10 S.M.	-2.168*** (0.614)	0.114*** [0.034,0.38]	-0.431* (0.244)	0.650* [0.403,1.049]
Escolaridade (Até 4ª série)				
De 5ª a 8ª série	-0.396** (0.162)	0.672** [0.490,0.924]	-0.215 (0.147)	0.807 [0.604,1.077]
Ensino Médio	-0.806*** (0.177)	0.446*** [0.315,0.631]	-0.405*** (0.152)	0.667*** [0.496,0.898]
Ensino Superior	-1.672*** (0.379)	0.188*** [0.089,0.395]	-0.861*** (0.204)	0.423*** [0.284,0.630]
Gênero (Masculino)				
Feminino	0.309** (0.124)	1.361** [1.067,1.736]	0.292*** (0.103)	1.339*** [1.094,1.638]
Idade (16 a 24 anos)				
De 25 a 29 anos	-0.366* (0.220)	0.693* [0.45,1.066]	-0.0527 (0.187)	0.949 [0.657,1.369]
De 30 a 39 anos	-0.022 (0.181)	0.977 [0.685,1.394]	-0.0879 (0.160)	0.916 [0.669,1.254]
De 40 a 49 anos	-0.247 (0.194)	0.781 [0.534,1.142]	-0.263 (0.165)	0.769 [0.556,1.062]
Mais de 50 anos	-1.171*** (0.208)	0.31*** [0.206,0.466]	-0.810*** (0.168)	0.445*** [0.320,0.618]
Região (Centro-Oeste)				
Sudeste	0.209 (0.261)	1.232 [0.738,2.057]	-0.515*** (0.200)	0.598*** [0.404,0.884]
Nordeste	0.667** (0.261)	1.949** [1.169,3.250]	0.923*** (0.220)	2.517*** [1.634,3.877]
Norte	0.483 (0.313)	1.62 [0.878,2.990]	-0.0828 (0.260)	0.921 [0.553,1.533]
Sul	-0.429 (0.313)	0.651 [0.352,1.20]	-1.037*** (0.231)	0.355*** [0.226,0.557]

Porte Município				
(Capital de UF)				
Região Metropolitana	-0.459*	0.632*	0.210	1.234
	(0.256)	[0.383,1.042]	(0.171)	[0.883,1.725]
Município Grande	-0.157	0.855	0.351**	1.421**
	(0.241)	[0.532,1.371]	(0.174)	[1.011,1.997]
Município Médio	-0.151	0.86	0.255*	1.291*
	(0.202)	[0.578,1.278]	(0.155)	[0.953,1.749]
Município Pequeno	0.514***	1.671***	0.802***	2.229***
	(0.185)	[1.162,2.404]	(0.162)	[1.623,3.062]
Tipo Município				
(Urbano)				
Município Rural	0.690***	1.993***	0.256	1.292
	(0.163)	[1.450,2.741]	(0.183)	[0.903,1.850]
Constante	-1.704***	0.182***	0.227	1.254
	(0.435)	[0.077,0.426]	(0.384)	[0.591,2.664]
<i>N</i>	1956		1956	
<i>AIC</i>	1722.8		2305.7	
<i>Log likelihood</i>	-840.39769		-1131.8617	

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Em parênteses se encontra o erro-padrão do coeficiente de regressão (log-odds). Em colchete se encontra intervalos de confiança de 95% para as razões de chance ($\exp(\beta)$).

Categorias base estão em negrito.

Anexo C.2 - Determinantes de receber e conhecer PBF – 2010 - BEPS

	RECEBE		CONHECE	
	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>
Renda (Até 1 S.M.)				
Até 2 S.M.	-0.361 (0.233)	0.697 [0.441,1.101]	0.0469 (0.256)	1.048 [0.635,1.730]
De 2 a 5 S.M.	-0.601** (0.257)	0.548** [0.331,0.907]	-0.345 (0.253)	0.709 [0.431,1.164]
Acima de 5 S.M.	-1.297** (0.519)	0.273** [0.0988,0.756]	-0.315 (0.330)	0.730 [0.382,1.394]
Escolaridade (Até 4ª série)				
De 5ª a 8ª série	-0.663** (0.286)	0.515** [0.294,0.902]	-0.552** (0.270)	0.576** [0.339,0.978]
Ensino Médio Incompleto	-0.974** (0.407)	0.378** [0.170,0.838]	-0.340 (0.387)	0.712 [0.333,1.521]
Ensino Médio Completo	-1.305*** (0.322)	0.271*** [0.144,0.509]	-0.509* (0.284)	0.601* [0.345,1.049]
Ensino Superior	-2.764*** (0.728)	0.0630*** [0.0151,0.262]	-1.115*** (0.369)	0.328*** [0.159,0.676]
Gênero(Masculino)				
Feminino	-0.0768 (0.19)	0.926 [0.638,1.344]	0.126 (0.179)	1.134 [0.799,1.610]
Idade (18 a 24 anos)				
De 25 a 29 anos	-0.322 (0.372)	0.724 [0.349,1.502]	0.422 (0.336)	1.524 [0.788,2.947]
De 30 a 39 anos	-0.302 (0.308)	0.739 [0.404,1.352]	0.216 (0.276)	1.242 [0.723,2.132]
De 40 a 49 anos	-0.0441 (0.314)	0.957 [0.517,1.770]	-0.0397 (0.307)	0.961 [0.527,1.753]
Mais de 50 anos	-1.415*** (0.348)	0.243*** [0.123,0.481]	-0.774*** (0.297)	0.461*** [0.257,0.826]
Raça (Brancos)				
Minorias raciais	0.472** (0.222)	1.603** [1.038,2.477]	0.632*** (0.188)	1.882*** [1.303,2.719]

Região (Centro-Oeste)				
Sudeste	-0.000792 (0.319)	0.999 [0.535,1.867]	0.0646 (0.267)	1.067 [0.632,1.800]
Nordeste	0.751** (0.339)	2.120** [1.091,4.119]	1.706*** (0.336)	5.506*** [2.849,10.64]
Norte	-0.0118 (0.378)	0.988 [0.471,2.072]	0.329 (0.315)	1.390 [0.750,2.575]
Sul	-0.584 (0.399)	0.558 [0.255,1.220]	-0.596* (0.328)	0.551* [0.290,1.047]
Porte Município (Capital e RM)				
Município Grande	0.336 (0.281)	1.399 [0.807,2.426]	0.612** (0.266)	1.844** [1.094,3.109]
Município Médio	-0.0232 (0.357)	0.977 [0.486,1.965]	-0.0883 (0.290)	0.915 [0.519,1.615]
Município Pequeno	0.360 (0.302)	1.433 [0.792,2.592]	0.883*** (0.289)	2.419*** [1.373,4.260]
Tipo Município (Rural)				
Urbano	-0.259 (0.329)	0.771 [0.405,1.469]	-0.370 (0.462)	0.691 [0.279,1.708]
Constante	0.295 (0.586)	0.295 [-.853,1.444]	1.599 (1.005)	1.599 [0.466, 5.483]
<i>N</i>	866		866	
<i>AIC</i>	854.8		989.0	
<i>Log pseudolikelihood</i>	-405.40981		-472.52087	

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Em parênteses se encontra o erro-padrão do coeficiente de regressão (log-odds). Em colchete se encontra intervalos de confiança de 95% para as razões de chance (exp(beta)).

Categorias base estão em negrito.

Anexo D.2 - Determinantes de receber e conhecer PBF – 2010 - ESEB

	RECEBE		CONHECE	
	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>
Renda (Até 1 S.M.)				
Até 2 S.M.	-0.582 (0.361)	0.741 [0.376,1.459]	-0.0803 (0.309)	0.923 [0.504,1.690]
De 2 a 5 S.M.	-0.970*** (0.369)	0.518* [0.265,1.015]	-0.491 (0.301)	0.612 [0.339,1.105]
Acima de 5 S.M.	-2.584*** (0.629)	0.102*** [0.0310,0.333]	-0.924*** (0.349)	0.397*** [0.200,0.787]
Escolaridade (Até primário incompleto)				
Primário Completo	-0.234 (0.449)	0.792 [0.328,1.909]	0.180 (0.363)	1.197 [0.587,2.440]
Fundamental Incompleto	-0.338 (0.443)	0.713 [0.300,1.699]	-0.194 (0.393)	0.823 [0.381,1.780]
Fundamental Completo	-0.902* (0.467)	0.406* [0.162,1.014]	-0.140 (0.376)	0.870 [0.416,1.818]
Ensino Médio	-1.458*** (0.440)	0.233*** [0.0981,0.552]	-0.868** (0.383)	0.420** [0.198,0.890]
Ensino Superior	-4.647*** (0.834)	0.00959*** [0.00187,0.0492]	-0.954** (0.420)	0.385** [0.169,0.877]
Gênero (Masculino)				
Feminino	0.489* (0.272)	1.631* [0.957,2.779]	0.340** (0.171)	1.405** [1.005,1.965]
Idade (16 a 24 anos)				
De 25 a 29 anos	-0.808* (0.470)	0.446* [0.177,1.119]	0.0595 (0.314)	1.061 [0.574,1.962]
De 30 a 39 anos	-0.406 (0.396)	0.666 [0.307,1.447]	-0.241 (0.263)	0.786 [0.470,1.315]
De 40 a 49 anos	-0.826* (0.440)	0.438* [0.185,1.037]	-0.784*** (0.274)	0.456*** [0.267,0.781]

Acima de 50 anos	-2.244*** (0.463)	0.106*** [0.0428,0.263]	-1.193*** (0.284)	0.303*** [0.174,0.529]
Raça (Branços)				
Minorias raciais	0.414 (0.293)	1.513 [0.851,2.688]	0.278 (0.183)	1.321 [0.922,1.893]
Região (Centro-Oeste)				
Sudeste	-0.231 (0.680)	0.793 [0.209,3.005]	0.325 (0.334)	1.384 [0.719,2.662]
Nordeste	0.841 (0.683)	2.319 [0.608,8.846]	0.419 (0.360)	1.521 [0.751,3.080]
Norte	-0.0167 (0.744)	0.983 [0.229,4.226]	0.853* (0.436)	2.346* [0.998,5.517]
Sul	-0.109 (0.813)	0.897 [0.182,4.416]	0.867** (0.396)	2.379** [1.095,5.169]
Porte Município (capital)				
RM	0.419 (0.386)	1.520 [0.714,3.236]	0.682*** (0.228)	1.977*** [1.264,3.092]
Municípios Grandes	0.336 (0.370)	1.399 [0.678,2.888]	0.00230 (0.234)	1.002 [0.634,1.585]
Municípios Médios	0.384 (0.317)	1.469 [0.789,2.733]	0.455** (0.207)	1.576** [1.050,2.364]
Municípios Pequenos	0.305 (0.347)	1.357 [0.688,2.676]	0.481** (0.201)	1.618** [1.092,2.397]
Tipo Município (Urbano)				
Rural	1.103** (0.455)	3.015** [1.237,7.348]	1.210*** (0.360)	3.352*** [1.655,6.792]
Constante	-1.921* (1.009)	0.1464* [0.020, 1.058]	-1.034 (0.661)	0.355 [0.097,1.298]
<i>N</i>	1988		1988	
<i>AIC</i>	45752961.4		117628480.0	
<i>Log</i>	-22876457		-58814216	

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Anexo E.2 - Determinantes de voto no PT – 2006

	1 – EFEITO DIRETO		2 – EFEITO DIRETO E INDIRETO	
	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>
Recebe PBF	0.957*** (0.146)	2.605*** [1.959,3.465]	0.862*** (0.147)	2.367*** [1.774,3.160]
Conhece beneficiário	-	-	0.562*** (0.113)	1.755*** [1.405,2.192]
Renda (Até 1 S.M.)				
De 1 a 5 S.M.	-0.290* (0.152)	0.748* [0.556,1.007]	-0.292* (0.153)	0.747* [0.553,1.008]
De 5 a 10 S.M.	-0.409** (0.200)	0.664** [0.449,0.984]	-0.373* (0.202)	0.689* [0.464,1.024]
Mais de 10 S.M.	-0.629** (0.248)	0.533** [0.327,0.867]	-0.601** (0.251)	0.548** [0.335,0.897]
Escolaridade (Até 4ª série)				
De 5ª a 8ª série	-0.230 (0.147)	0.794 [0.596,1.060]	-0.218 (0.148)	0.804 [0.602,1.075]
Ensino Médio	-0.566*** (0.151)	0.568*** [0.422,0.763]	-0.539*** (0.152)	0.583*** [0.433,0.786]
Ensino Superior	-0.846*** (0.208)	0.429*** [0.285,0.645]	-0.774*** (0.209)	0.461*** [0.306,0.695]
Gênero (Masculino)				
Feminino	-0.111 (0.104)	0.895 [0.730,1.097]	-0.140 (0.105)	0.869 [0.708,1.068]
Idade (16 a 24 anos)				
De 25 a 29 anos	0.415** (0.189)	1.515** [1.046,2.194]	0.422** (0.190)	1.525** [1.051,2.213]
De 30 a 39 anos	0.0795 (0.161)	1.083 [0.790,1.483]	0.0979 (0.162)	1.103 [0.803,1.514]
De 40 a 49 anos	0.0226 (0.167)	1.023 [0.738,1.418]	0.0573 (0.168)	1.059 [0.762,1.471]
Mais de 50 anos	0.129 (0.168)	1.138 [0.818,1.583]	0.222 (0.171)	1.249 [0.893,1.745]
Região (Centro-Oeste)				
Sudeste	-0.303 (0.207)	0.739 [0.492,1.109]	-0.237 (0.209)	0.789 [0.524,1.188]
Nordeste	0.615*** (0.220)	1.849*** [1.201,2.848]	0.530** (0.222)	1.699** [1.100,2.625]
Norte	-0.298	0.742	-0.290	0.748

	(0.265)	[0.441,1.248]	(0.267)	[0.444,1.261]
Sul	-0.693*** (0.238)	0.500*** [0.314,0.797]	-0.579** (0.240)	0.560** [0.350,0.898]
Porte Município				
(Capital de UF)				
Região Metropolitana	0.123 (0.176)	1.130 [0.800,1.596]	0.0841 (0.178)	1.088 [0.767,1.542]
Município Grande	-0.192 (0.180)	0.825 [0.580,1.175]	-0.248 (0.183)	0.780 [0.546,1.116]
Município Médio	-0.232 (0.160)	0.793 [0.579,1.086]	-0.281* (0.162)	0.755* [0.549,1.037]
Município Pequeno	-0.0737 (0.162)	0.929 [0.676,1.276]	-0.169 (0.164)	0.844 [0.612,1.166]
Tipo Município				
(Urbano)				
Município Rural	0.176 (0.175)	1.192 [0.847,1.678]	0.171 (0.175)	1.186 [0.842,1.673]
Constante	0.640* (0.387)	1.895 (0.734)	0.343 (0.394)	1.408 [0.651, 3.046]
<i>N</i>	1795		1795	
<i>AIC</i>	2232.9		2210.4	
<i>Log likelihood</i>	-1094.4655		-1082.2079	

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Em parênteses se encontra o erro-padrão do coeficiente de regressão (log-odds). Em colchete se encontra intervalos de confiança de 95% para as razões de chance ($\exp(\beta)$).

Categorias base estão em negrito.

Anexo F.2 - Determinantes de voto no PT – 2010 - BEPS

	1 – EFEITO DIRETO		2 – EFEITO DIRETO E INDIRETO	
	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>
Recebe PBF	-0.145 (0.221)	0.865 [0.561,1.336]	-0.252 (0.225)	0.777 [0.500,1.208]
Conhece beneficiário	-	-	0.511** (0.210)	1.668** [1.104,2.518]
Renda (Até 1 S.M.)				
Até 2 S.M.	-0.133 (0.245)	0.875 [0.542,1.415]	-0.137 (0.244)	0.872 [0.541,1.406]
De 2 a 5 S.M.	-0.0432 (0.253)	0.958 [0.583,1.573]	-0.0284 (0.252)	0.972 [0.593,1.593]
Acima de 5 S.M.	0.419 (0.345)	1.520 [0.773,2.989]	0.423 (0.349)	1.526 [0.771,3.023]
Escolaridade (Até 4ª série)				
De 5ª a 8ª série	-0.563** (0.268)	0.569** [0.336,0.963]	-0.515* (0.266)	0.598* [0.355,1.007]
Ensino Médio Incompleto	-0.771** (0.367)	0.463** [0.225,0.950]	-0.759** (0.367)	0.468** [0.228,0.962]
Ensino Médio Completo	-0.670** (0.301)	0.512** [0.284,0.922]	-0.643** (0.300)	0.526** [0.292,0.947]
Ensino Superior	-1.472*** (0.379)	0.230*** [0.109,0.483]	-1.372*** (0.381)	0.254*** [0.120,0.535]
Gênero(Masculino)				
Feminino	-0.185 (0.178)	0.831 [0.586,1.178]	-0.218 (0.179)	0.804 [0.566,1.143]
Idade (18 a 24 anos)				
De 25 a 29 anos	0.143 (0.334)	1.153 [0.599,2.221]	0.119 (0.337)	1.127 [0.582,2.181]
De 30 a 39 anos	0.160 (0.300)	1.174 [0.652,2.112]	0.122 (0.304)	1.130 [0.622,2.051]
De 40 a 49 anos	-0.299 (0.319)	0.742 [0.397,1.386]	-0.304 (0.318)	0.738 [0.395,1.377]
Mais de 50 anos	-0.368 (0.302)	0.692 [0.383,1.251]	-0.318 (0.304)	0.727 [0.401,1.319]
Raça (Branco)				
Minorias raciais	0.575*** (0.201)	1.778*** [1.199,2.635]	0.522*** (0.202)	1.685*** [1.135,2.504]

Religião (Católica)				
Protestante	-0.229 (0.272)	0.796 [0.467,1.357]	-0.258 (0.269)	0.773 [0.456,1.309]
Pentecostal	-0.122 (0.274)	0.885 [0.517,1.514]	-0.155 (0.280)	0.856 [0.494,1.483]
Outra religião	-0.267 (0.310)	0.766 [0.417,1.407]	-0.304 (0.307)	0.738 [0.404,1.348]
Região (Centro-Oeste)				
Sudeste	0.118 (0.307)	1.125 [0.616,2.054]	0.105 (0.312)	1.110 [0.602,2.048]
Nordeste	0.486 (0.345)	1.627 [0.828,3.197]	0.359 (0.353)	1.431 [0.717,2.859]
Norte	-0.636* (0.369)	0.530* [0.257,1.091]	-0.696* (0.375)	0.498* [0.239,1.039]
Sul	-0.307 (0.376)	0.736 [0.352,1.537]	-0.278 (0.380)	0.758 [0.360,1.596]
Porte Município (Capital e RM)				
Município Grande	-0.126 (0.265)	0.882 [0.524,1.483]	-0.167 (0.267)	0.847 [0.502,1.427]
Município Médio	-0.510 (0.324)	0.601 [0.319,1.133]	-0.504 (0.326)	0.604 [0.319,1.145]
Município Pequeno	-0.0301 (0.297)	0.970 [0.542,1.737]	-0.130 (0.299)	0.878 [0.489,1.579]
Tipo Município (Rural)				
Urbano	-0.719** (0.325)	0.487** [0.258,0.922]	-0.712** (0.322)	0.491** [0.261,0.922]
Constante	1.221** (0.583)	3.389** [1.08, 10.63]	1.015* (0.591)	2.758* [0.867, 8.78]
<i>N</i>	691		691	
<i>AIC</i>	953.0		947.7	
<i>Log pseudolikelihood</i>	-450.49745		-446.82701	

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Em parênteses se encontra o erro-padrão do coeficiente de regressão (log-odds). Em colchete se encontra intervalos de confiança de 95% para as razões de chance (exp(beta)).

Categorias base estão em negrito.

Anexo G.2 - Determinantes de voto no PT – 2010 - ESEB

	RECEBE		CONHECE	
	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>	Coeficiente	<i>Exp(Beta)</i>
Recebe PBF	0.509* (0.301)	1.663* [0.922,2.998]	0.476 (0.307)	1.610 [0.881,2.941]
Conhece PBF	-	-	0.0961 (0.191)	1.101 [0.757,1.601]
Renda (Até 1 S.M.)				
Até 2 S.M.	0.139 (0.307)	1.149 [0.629,2.098]	0.136 (0.308)	1.146 [0.627,2.096]
De 2 a 5 S.M.	-0.0416 (0.300)	0.959 [0.532,1.729]	-0.0335 (0.302)	0.967 [0.535,1.748]
Acima de 5 S.M.	0.447 (0.347)	1.564 [0.792,3.090]	0.465 (0.350)	1.592 [0.801,3.163]
Escolaridade (Até primário incompleto)				
Primário Completo	-0.174 (0.392)	0.841 [0.390,1.811]	-0.169 (0.393)	0.845 [0.391,1.826]
Fundamental Incompleto	-0.540 (0.402)	0.583 [0.265,1.281]	-0.532 (0.403)	0.588 [0.267,1.294]
Fundamental Completo	-0.965** (0.380)	0.381** [0.181,0.803]	-0.962** (0.382)	0.382** [0.181,0.808]
Ensino Médio	-1.427*** (0.378)	0.240*** [0.114,0.504]	-1.412*** (0.377)	0.244*** [0.116,0.510]
Ensino Superior	-1.658*** (0.424)	0.190*** [0.0829,0.438]	-1.644*** (0.423)	0.193*** [0.0843,0.443]
Gênero (Masculino)				
Feminino	-0.326* (0.181)	0.722* [0.506,1.029]	-0.331* (0.181)	0.718* [0.504,1.023]
Idade (16 a 24 anos)				
De 25 a 29 anos	-0.00907 (0.330)	0.991 [0.519,1.892]	-0.00961 (0.329)	0.990 [0.519,1.889]
De 30 a 39 anos	0.0323 (0.286)	1.033 [0.590,1.809]	0.0374 (0.287)	1.038 [0.591,1.823]
De 40 a 49 anos	0.110 (0.293)	1.117 [0.629,1.983]	0.123 (0.294)	1.130 [0.635,2.013]

Acima de 50 anos	-0.237 (0.290)	0.789 [0.447,1.393]	-0.219 (0.294)	0.803 [0.452,1.428]
Raça (Branços)				
Minorias raciais	0.267 (0.198)	1.306 [0.886,1.927]	0.263 (0.198)	1.301 [0.882,1.920]
Religião (Católica)		0.535***	-0.627***	0.534***
Evangélica	-0.625*** (0.214)	[0.352,0.815]	(0.214)	[0.351,0.813]
Outra religião	-0.304 (0.239)	0.738 [0.461,1.180]	-0.302 (0.239)	0.739 [0.463,1.181]
Região (Centro-Oeste)				
Sudeste	0.292 (0.344)	1.340 [0.683,2.628]	0.287 (0.344)	1.333 [0.679,2.616]
Nordeste	0.156 (0.374)	1.168 [0.562,2.430]	0.152 (0.374)	1.164 [0.559,2.422]
Norte	0.570 (0.422)	1.768 [0.774,4.041]	0.553 (0.425)	1.739 [0.756,4.001]
Sul	0.252 (0.409)	1.287 [0.578,2.867]	0.234 (0.409)	1.264 [0.567,2.820]
Porte Município (capital)				
RM	-0.162 (0.231)	0.850 [0.541,1.336]	-0.177 (0.232)	0.838 [0.532,1.320]
Municípios Grandes	-0.283 (0.252)	0.753 [0.460,1.234]	-0.290 (0.252)	0.749 [0.457,1.226]
Municípios Médios	-0.342 (0.218)	0.710 [0.463,1.089]	-0.355 (0.219)	0.701 [0.456,1.077]
Municípios Pequenos	-0.0441 (0.227)	0.957 [0.613,1.495]	-0.0545 (0.229)	0.947 [0.605,1.482]
Tipo Município (Urbano)				
Rural	-0.485 (0.394)	0.616 [0.284,1.334]	-0.497 (0.397)	0.608 [0.279,1.324]
Constante	1.266* (0.735)	3.546* [0.840, 14.97]	0.735 (0.586)	2.086 [0.662,6.572]
<i>N</i>	1771		1771	
<i>AIC</i>	110380446.0		110344297.1	
<i>Log</i>	-55190196		-55172121	